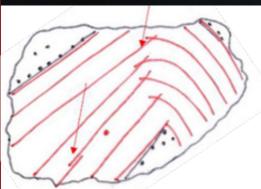




Revista Eletrônica da Fundação Araporã

A ARQUEOLOGIA BRASILEIRA E SUAS CONEXÕES















MOITARÁ REVISTA ELETRÔNICA DA FUNDAÇÃO ARAPORÃ ISSN 2248-0355 | ARARAQUARA | N.9 | V.10 | 142 p. | Janeiro-Dezembro | 2022

Moitará é um revista desenvolvida pela Fundação Araporã para a divulgação e troca de conhecimentos sobre Educação, Patrimônio Cultural, Arqueologia, Relações Etnicorraciais, Histórias e Culturas Indígenas.

Editores

Robson Rodriaues Ângela Cristina Ribeiro Caires

Comissão Editorial Executiva

Ângela Cristina Ribeiro Caires Niminon Suzel Pinheiro Robson Antonio Rodrigues

Assistente Editorial

Maria Laura Scarpa Natália Carvalho de Oliveira Checchi

Comissão Técnica

Carla Verônica Pequini (Diagramação) Maria Tereza Carvalho (Revisão)

Conselho Editorial

Alessandra Aparecida Vieira Camila Azevedo de Moraes Whichers Dulcelaine Lúcia Lopes Nishikawa Edmundo Antonio Peggion Fábio Grossi dos Santos Fabiola Andrea da Silva Grasiela Lima Graziele Accolini Josiane Kunzler Liana Maria Silvia Trindade Marcel Mano Mariano Marcos Terena Marisa Coutinho Afonso Marivaldo Aparecido de Carvalho Natália Carvalho de Oliveira Checci Natália Morato Fernandes Niminon Suzel Pinheiro Pedro Paulo Funari Raphael Rodrigues Renate Brigitte Viertler Rosana Aparecida da Silva Silvia Maria Schumiziaer de Carvalho Silvia Regina Paes

Solange Nunes Oliveira Schiavetto Suselaine Zaniolo Mascioli

Contato

Endereço Postal Fundação Araporã Avenida Antônio Alves Araújo, 820 Parque Igaçaba - CEP: 14.804-394 Araraguara/SP

> Fone: (016) 99702 6645 CEP: 14.804-408

E-mail

revistamoitara@amail.com

Site

www.fundacaoarapora.org.br

ISSN 2448-0355



EDITORIAL

Nesta nova edição, dando prosseguimento a nossa proposta de renovação da **Revista Moitará**, cujo objetivo, conforme já anunciado em números anteriores, é apresentar publicações relacionadas à produção científica, análises e reflexões de membros e colaboradores da Fundação Araporã, tendo como referências seus quatro grupos de estudos e pesquisas: GEA (Grupo de Estudos Arqueológicos), GEERERI (Grupo de Estudos Educação das Relações Etnicorraciais e na Temática Indígena), GEMP (Grupo de Estudos em Museologia e Patrimônio) e GEP (Grupo de Educação Patrimonial), desta vez é o GEA (Grupo de Estudos Arqueológicos) que tem a grata satisfação de oferecer sua contribuição, e apresentar a revista de número 9, volume 10, ano 2022, que tem como tema a arqueologia brasileira.

A arqueologia no Brasil não é uma atividade recente, haja vista que remonta ao período colonial, segue uma trajetória marcada por momentos ou fases distintas e perpassa discussões que contemplam questões ligadas a diferentes regiões do país. A arqueologia brasileira, como bem anotou Funari (2013), importante estudioso da área, "Começou como uma ação aristocrática no século XIX e apenas no meio do XX começou sua relevante trajetória, tanto acadêmica, quanto social. Nos últimos vinte anos, mais ou menos, a arqueologia no Brasil se expandiu de forma exponencial e tem tudo para progredir de forma ainda mais dinâmica no futuro".

Com as transformações assistidas na sociedade capitalista recente, a arqueologia vem passando por mudanças epistemológicas e incluindo novas questões, como, por exemplo, a Arqueologia Industrial, a Arqueologia Social e a Arqueologia Colaborativa.

² Pedro Paulo A. Funari, Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências - **Cienc. Cult.** vol. 65 no. 2 São Paulo Apr./June 2013 - http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=\$0009-67252013000200010> Acesso em 14 dez. 2022.

Com o objetivo de contribuir com esta disciplina, este número da **Moitará** traz sete (7) artigos que versam sobre a arqueologia no Brasil, sendo que três (3) enfocam pesquisas realizadas na região norte (Pará e Piauí), três (3) na região sudeste (São Paulo) e um (1), que por tratar de questões relacionadas à produção cerâmica, entende-se que pode ser enquadrado no contexto geral do cenário brasileiro.

Esperamos que os trabalhos aqui apresentados possam ampliar os conhecimentos sobre a pesquisa arqueológica no Brasil.

Boa leitura!

Robson Rodrigues Ângela Cristina Ribeiro Caire editores

MOITARÁ - REVISTA ELETRÔNICA DA FUNDAÇÃO ARAPORÃ - V. 10, N. 9 (2022)

Edição Grupo de Estudos A ARQUEOLOGIA BRASILEIRA E SUAS CONEXÕES

SUMÁRIO

Editorial

Robson Rodrigues Ângela Cristina Ribeiro Caires

Apresentação

Ângela Cristina Ribeiro Caires

SEÇÃO 1 - ARTIGOS

ARTÉFATOS PARA ABRASÃO E POLIMENTO: calibradores/abrasadores e polidores do Sítio Porto de Santarém

Wagner Fernando da Veiga e Silva e Tallyta Suenny Araújo da Silva

DESTRUIÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM ÁREAS DE FRONTEIRAS AGRÍCOLAS NA AMAZÔNIA: um alerta para os danos irreversíveis ao patrimônio arqueológico causados por atividades da agropecuária e agroindústria

Mário Mamede

MEIO AMBIENTE E A ARTE RUPESTRE: representações ambientais nos registros rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC

Michel Justamand, Albérico Nogueira de Queiroz, Olivia Alexandre de Carvalho, Gabriel Frechiani de Oliveira, Cristiane de Andrade Buco, Ana Cristina Alves Balbino, Vitor José Rampaneli de Almeida, Matteus Freitas de Oliveira, Leandro Paiva, Camila Marques Maton, Giovanna Neiva Luz, Felipe de Sousa Soares, João Rafael Almeida Nolêto, Ana Caldeiras, Gabriela Paes Rabello de Oliveira e Mara Barreto Sinhosewawe Xavante

MOITARÁ - REVISTA ELETRÔNICA DA FUNDAÇÃO ARAPORÃ - V. 10, N. 9 (2022)

REPRESENTANDO A CADEIA OPERATÓRIA CERÂMICA: reflexões sobre o uso de materiais orgânicos e seus efeitos na cerâmica arqueológica Letícia Ribeiro Ferreira da Silva

COMPLEXIDADE ARQUEOLÓGICA E INTERAÇÕES CULTURAIS NO VALE DO RIO MOGI-GUAÇU

Giovanna Bordonal Gobesso e Marcel Mano

USINA TAMOIO: um Olhar sob a Perspectiva dos Campos do Patrimônio Industrial e da Arqueologia Industrial

Ângela Cristina Ribeiro Caires

MEMÓRIA E MATERIALIDADE CULTURAL NO ASSENTAMENTO BELA VISTA DO CHIBARRO

Robson Rodrigues e Dulcelaine Lúcia Lopes Nishikawa



APRESENTAÇÃO

Esta edição de nossa revista apresenta trabalhos que discutem temas relacionados à Arqueologia Brasileira, lembrando que esta disciplina, já consolidada na realidade brasileira, segue uma trajetória marcada por momentos ou fases distintas e perpassa discussões que contemplam questões ligadas a diferentes regiões do país.

Contando com a participação de membros dos Grupos de Estudos Arqueológicos (GEA) e de Educação Patrimonial (GEP) da Fundação Araporã e de colaboradores convidados, este número da Revista Moitará foi organizado com o objetivo de oferecer uma contribuição para as discussões que envolvem a arqueologia no Brasil a partir de trabalhos que trazem diferentes reflexões sobre esta atividade em nosso país. Nesta edição contamos com sete (7) trabalhos que apresentam diferentes visões a respeito do patrimônio arqueológico e cultural.

No primeiro artigo de Wagner Fernando da Veiga e Silva e Tallyta Suenny Araújo da Silva, intitulado **Artefatos para Abrasão e Polimento: calibradores/abrasadores e polidores do Sítio Porto de Santarém**, autor e autora apresentam uma "descrição qualitativa da coleção de calibradores/abrasadores e polidores exumados no sítio Porto de Santarém/PA na área do empreendimento Petróleo Sabbá entre os anos de 2020 e 2021". Mostram que a coleção recolhida nas escavações arqueológicas realizadas "apresenta variedade no uso de matérias-primas, dimensões dos artefatos, usos e etapas na cadeia operatória". E ainda, que "A função intermediária que esses instrumentos possuem na cadeia operatória de produção de outros objetos auxilia a inferir sobre a produção desses demais utensílios que podem nem sempre ser encontrados no registro arqueológico". A análise possibilita a ampliação do conhecimento sobre a ocupação tapajônica na região pesquisada.

No segundo artigo cujo título é **Destruição de sítios** arqueológicos em áreas de fronteiras agrícolas na Amazônia: um alerta para os danos irreversíveis ao patrimônio arqueológico causados por atividades da agropecuária e agroindústria, o autor, Mário Mamede, diante das constantes denúncias de destruição de sítios arqueológicos em áreas de expansão de fronteiras agrícolas, especialmente na área da agricultura e da pecuária extensivas, expressa sua preocupação com o avanço das áreas de fronteiras agrícolas e expõe a necessidade de salvamento e documentação de sítios arqueológicos identificados nessas áreas, seja em trabalhos de licenciamento ambiental ou mesmo quando este não acontece. Propõe que sejam realizados trabalhos que realmente procurem

estabelecer regras efetivas para a proteção desses sítios arqueológicos que sofrem diversos impactos antrópicos, e, nesse processo, são destruídos devido a ações relacionadas à expansão agropecuária e de obras de infraestrutura na região. Entende os sítios arqueológicos como patrimônio cultural e assim fala sobre a necessidade de ampliação da legislação protetora. Para ele, "O uso atual da terra precisa ser compatibilizado com a preservação do patrimônio arqueológico."

Continuando na reaião norte do Brasil, no trabalho de Michel Justamand e outros/as, intitulado Meio Ambiente e a Arte Rupestre: representações ambientais nos registros rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara - PNSC, autores e autoras refletem sobre a arte rupestre encontrada na Serra da Capivara no estado de Piauí. Buscam compreender os significados dessa arte e de suas relações com o cotidiano e o meio ambiente vivido por povos ancestrais. Destacam que para estes povos a arte rupestre possuía um significado, retratando o cotidiano, demonstrando processos e procedimentos (caça, ritos, etc.) e serviam, ainda, como espécies de ícones devocionais. Salientam que nas representações ambientais as intenções eram demonstrar a realidade e suas relações com o bioma. A arte rupestre é entendida pelos autores como forte indicador de que o ambiente coexiste associado à cultura e à categoria de paisagem, possibilitando a intersecção entre as dimensões da natureza e da sociedade em uma síntese dialética na aual os imaginários arqueológicos podem fluir em busca da reconstituição de vivências inimagináveis sem o desenvolvimento dessa ciência.

Em Repensando a Cadeia Operatória Cerâmica: reflexões sobre o uso de materiais orgânicos e seus efeitos na cerâmica arqueológica, Letícia Ribeiro Ferreira da Silva se vale de sua experiência de mais de uma década de trabalho em laboratório e apresenta um trabalho no qual se propõe a "repensar a análise da cadeia operatória cerâmica a partir do uso de elementos orgânicos que permeiam, em diversos níveis, a produção da cerâmica arqueológica no Brasil." Preocupada com a carência de atenção que os orgânicos recebem em técnicas e tipológicas, Letícia debruca-se "sobre as etapas produtivas que compõem a cadeia operatória cerâmica a partir do uso de orgânicos e, para cada etapa, apresenta ações e efeitos desses elementos sobre os objetos." Vai buscar nos manuais de análise nacionais e internacionais elementos que permitam uma maior compreensão da interferência desses materiais no resultado da produção cerâmica e desenvolve sua reflexão à luz das teorias arqueológicas sociais tais como arqueologia comportamental e dos aestos.

O trabalho de Giovanna Bordonal Gobesso e Marcel Mano, que tem como título **Complexidade Arqueológica e Interações Culturais no Vale Do Rio Mogi-Guaçu**, realiza um estudo dos vestígios arqueológicos referentes às ocupações indígenas do vale do Rio Mogi-Guaçu no Centro Norte Paulista, em particular na região onde se situa

o município de Pirassununaa. A partir de diversas referências o estudo "problematiza uma suposta homogeneidade dessas ocupações, associadas acriticamente à tradição Tupi-Guarani." Autora e autor preocupam-se com o apagamento ou ignorância da existência de povos indígenas na região. Utilizando como referência o trabalho pioneiro de Manoel Pereira de Godoy e outras pesquisas, procuram mostrar a presença indígena no município e mesmo na região desde o início do século XVII (1625). Destacam, por meio da análise de vestígios arqueológicos encontrados, especialmente cerâmica, a complexidade da ocupação indígena na região, caracterizando uma interação entre grupos distintos. Para eles, "a existência de sítios de ocupação pertencentes a tradições arqueológicas diferentes, e a existência de vestígios híbridos, sugerem a região centro norte paulista como área de confluência e estabelecimento de rede de contatos entre grupos distintos". Estudam as migrações e questionam a hipótese de que estas se davam por questões ecológicas e climáticas, o que não se constata em Pirassununga.

Ângela Cristina Ribeiro Caires, em Usina Tamoio: Um Olhar sob a Perspectiva dos Campos do Patrimônio Industrial e da Arqueologia Industrial, ao lançar um olhar sobre a Usina Tamoio, agroindústria sucroalcooleira localizada na cidade de Araraguara/SP. perspectiva dos campos do Patrimônio Industrial e da Arqueologia Industrial, destaca a importância dessa empresa como patrimônio cultural da cidade. Reconstrói a histórica da construção do Império Tamoio em seus aspectos materiais e imateriais, e enfatiza as relações sociais e de trabalho que prevaleciam na empresa, especialmente no período em que a mesma esteve sob o controle acionário da família Morganti, e que deixaram fortes marcas na vida e na memória de seus antigos trabalhadores e moradores. Mostra que esta agroindústria, hoje paralisada, reúne um rico Patrimônio Industrial que se reveste de importante valor social como parte do registro de vida de seus antigos trabalhadores e moradores, que guardam em suas memórias o tempo trabalhado e vivido na usina como um tempo bom e aprazível. Com este trabalho, o intuito da autora é mostrar que o conceito de patrimônio cultural hoje vai muito além da materialidade e do tangível. Sem dúvida, as edificações que ainda estão presentes no território da Usina Tamoio, bem como alguns vestígios materiais de suas ruínas, são de extrema relevância. Mas, mais que isto, são as memórias que antigos trabalhadores e moradores têm do tempo em que trabalhavam e viviam naquele lugar, e que, com as ferramentas de hoje, tentam reviver, que constitui, de fato, o principal patrimônio dessa usina. Ao lançar um olhar para a Usina Tamoio na perspectiva do Patrimônio Industrial e da Arqueologia Industrial sua preocupação volta-se sobretudo para a necessidade de preservação e a salvaguarda deste importante Patrimônio Cultural de Araraguara, algo que, apesar de algumas iniciativas já registradas, precisa ser melhor discutido pelos poderes público e privado e pela sociedade como um todo.

Finalmente, em Memória e Materialidade Cultural no Assentamento Bela Vista Do Chibarro, Robson Antônio Rodrigues e Dulcelaine Lúcia Lopes NishiKawa trazem uma importante contribuição para pensarmos como populações diferentes, em diferentes contextos históricos e sociais, são capazes de produzir novas histórias e ressignificar espaços ou lugares a partir de suas vivências, mas, muitas vezes, tendo também como referência vivências anteriores. Autora e autor elegem para estudo e reflexão um espaço que constitui um importante patrimônio histórico cultural do município de Araraguara/SP, a fazenda Bela Vista do Chibarro, antiga propriedade da Usina Tamoio, e que abriga atualmente um assentamento rural, o Assentamento Bela Vista do Chibarro. Procuram sistematizar e reaistrar as contribuições dos assentados, atores sociais, que hoje ocupam o espaço, antes ocupado pelos antigos trabalhadores e moradores da Usina Tamoio, na construção coletiva do patrimônio histórico local. Assim, vão buscar nas histórias, lendas, construções míticas criadas pelos assentados e que pairam sobre um casarão, antiga sede da fazenda, e ainda existente no local, a ressignificação deste patrimônio, com o intuito de fortalecer a concepção da importância da sua preservação.



ARTEFATOS PARA ABRASÃO E POLIMENTO: calibradores/ abrasadores e polidores do Sítio Porto de Santarém Wagner Fernando da Veiga e Silva² e Tallyta Suenny Araújo da Silva³

Resumo: Este artigo objetiva apresentar uma descrição qualitativa da coleção de calibradores/abrasadores e polidores exumados no sítio Porto de Santarém na área do empreendimento Petróleo Sabbá entre os anos de 2020 e 2021. A coleção apresenta variedade no uso de matérias-primas, dimensões dos artefatos, usos e etapas na cadeia operatória. A função intermediária que esses instrumentos possuem na cadeia operatória de produção de outros objetos auxilia a inferir sobre a produção desses demais utensílios que podem nem sempre ser encontrados no registro arqueológico.

Palavras-Chave: Calibradores/abrasadores; Polidores; Porto de Santarém/PA.

Abstract: This article aims to present a qualitative description of the collection of shaft straighteners/abraders and polishing stones exhumed at the Porto de Santarém site in the area of the PetróleoSabbá project between the years 2020 and 2021. The collection presents variety in the use of raw materials, dimensions of the artifacts, uses and steps in the operating chain. The intermediary function that these instruments have in the operative chain of production of other objects helps to infer about the production of these other tools that may not always be found in the archaeological record.

Keywords: Straighteners/abraders; Polishing; Porto de Santarém/PA.

1 - A sociedade tapajônica pelos relatos de Viajantes

Quando a frota espanhola, liderada por Francisco de Orellana, alcançou as proximidades da atual cidade de Santarém no século XVI, os Tapajó ocupavam a foz do rio Tapajós. Essa expedição produziu a primeira crônica etnohistórica do rio Amazonas. Certa ênfase foi dada no relato às flechas envenenadas utilizadas pelos índios, que teriam atacado e ferido alguns dos expedicionários, forçando os espanhóis a desviar seu percurso da margem direita para a margem esquerda do

² Sócio Diretor da Inside Consultoria Científica- e-mail:wagnerveiga67@yahoo.com.br

³ Pós-Doutoranda UFPA – e-mail: tallytasuenny@gmail.com

Amazonas (CARVAJAL, 2011).

Quase um século depois da expedição de Orellana, o padre Cristóbal de Acuña também mencionaria o uso de flechas envenenadas pelos Tapajó (1641, p. 38). Durante a expedição comandada por Pedro Teixeira, entre outras informações, Acuña também registrou que os Tapajó possuíam mais de 500 famílias e que possuiriam abundância de alimentos. Companheiro de viagem de Acuña, Maurício de Heriarte (1874) deixou registradas outras informações, além das que estão presentes em Acuña: os Tapajó possuíam grande número de guerreiros grandes e fortes; realizavam culto e oferendas a ídolos; e possuíam aparente organização político-social.

Outro aspecto interessante a ser observado a partir dos relatos dos expedicionários diz respeito às redes comerciais entre os indígenas. Ao comentar sobre os indígenas do rio Trombetas, Heriarte menciona que este povo, junto com os Tapajó, tinham louças cerâmicas em abundância, que eram de boa qualidade e variedade, e que seriam comercializadas com "outras províncias por contrato" (HERIARTE, 1874, p.39).

Cerca de 20 anos após a expedição de Pedro Teixeira da qual vieram os relatos de Acuña e Heriarte, o padre jesuíta Felipe Bettendorff (1909) fundou a missão do Tapajós, e deixou em seus escritos o relato sobre uma princesa e oráculo indígena de nome Maria Moaçara. Algumas mulheres deveriam possuir posição de destaque, pois Bettendroff (1909) afirma que os indígenas escolhiam, entre as mulheres com maior nobreza, uma para consultar e seguir as decisões.

Entidades espirituais e um antigo antepassado mumificado também representavam papéis importantes na vida e nos cerimoniais dos Tapajó. Bettendorff (1909) testemunhou algumas festividades dos indígenas. Em uma dessas, as índias levavam vasilhames com bebida alcoólica até o terreiro onde ocorriam suas festividades, e lá, os homens lhes diziam para ficarem agachadas e com as mãos sobre os olhos, enquanto um dos feiticeiros falava em uma voz alterada, dizendo representar uma entidade espiritual (BETTENDORFF, 1909). Sobre o antepassado mumificado, Bettendorff (1909, p. 354) diz que:

(...) guardando os índios Tapajoz o corpo mirrado de um de seus antepassados, que chamavam de Monhangarypy, quer dizer primeiro pae, lhe iam fazendo suas honras com suas offertas e dansas já desde muitíssimos annos, tendo-o pendurado debaixo da cumieira de uma casa, como a um tumulo a moda de caixão (...)

Comercialização, densidade populacional, belicosidade e cerimônias são aspectos importantes para pensar os possíveis usos e motivos para os artefatos arqueológicos que esse artigo irá debater. Como se verá adiante, alguns objetos que se supõe terem sido produzidos nos calibradores/abrasadores e polidores podem ser

utilizados para caça ou guerra, além de objetos que podem fazer parte da rede comercial entre povos indígenas ou serem utilizados em cerimoniais.

2 -Histórico de pesquisas arqueológicas no Tapajós

As pesquisas arqueológicas mais sistemáticas na região de Santarém datam de 1971, quando ocorreu o levantamento feito pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA), coordenado por Ulpiano de Menezes (SIMÕES, ARAÚJOCOSTA, 1978). Nesse levantamento, foram identificados 27 sítios, que contribuíram para o debate sobre as ocupações antigas em área de várzea e terra firme, visto que durante a pesquisa identificou-se sítios localizados em zonas intermediárias entre a várzea e a terra firme, que estavam situados próximos a lagoas. Além disso, durante a pesquisa foi possível refletir para as relações sociais e comerciais para além do espaço interno, visto que foram encontradas estradas que conectavam alguns sítios entre si.

Outras investigações, também realizadas no âmbito do PRONAPABA, foram as de Nigel Smith (SIMÕES, ARAÚJO-COSTA, 1978) e Celso Perota (MARTINS, 2012). Devido a esses estudos foi possível apontar para a ocorrência de algumas áreas com cerâmica estilísticamente diferente, que sugerem limites da influência estilística de Santarém.

As pesquisas sistemáticas na área vieram a se somar aos estudos já feitos anteriormente por outros pesquisadores, como os de Frederick Hartt (1985), Barbosa Rodrigues (1875), Frederico Barata (1950, 1951, 1953a, 1953b, 1954, 1968) e Curt Nimuendajú (1953), que tiveram significativa contribuição para o conhecimento sobre a cultura material e características dos sítios da região.

Nesse sentido, por exemplo, Hartt (1985), ao explorar as margens do rio Tapajós e a de planalto, defendeu que enquanto a margem direita do rio teria sido ocupada pelos Tapajó etnohistóricos, a parte esquerda deste rio foi habitada pelos Mundurucu. Pesquisa posterior na região do Tapajós, que investigou sepultamentos em um sítio localizado na margem esquerda do rio, chamou atenção para a semelhança das práticas de sepultamento identificadas nesse sítio, com as relatadas para os Mundurucu (FONSECA, 2015).

Já o etnólogo Curt Nimuendajú (1949, 2004), identificou, entre os anos de 1923 e 1926, 65 assentamentos em Santarém e no seu entorno, além de caminhos entre os sítios e antigos poços, propondo ainda que a terra preta teria sido formada devido à ocupação indígena. Com essas pesquisas, Nimuendajú apontou como área de influência da cultura tapajônica, a região que se estendia da margem sul do lago Grande de Vila Franca à margem direita do rio Amazonas, entre o Lago Grande e Arapixuna.

Os sítios e materiais encontrados por Nimuendajú, Hartt, Barata e Barbosa Rodrigues foram alvo de várias pesquisas posteriores. Graças às coleções formadas ao longo dos anos, diferentes pesquisas arqueológicas foram realizadas, caracterizando a cultura material tapajônica (CORRÊA, 1965; GOMES, 2002; GUAPINDAIA, 1993; PALMATARY, 1939).

Nas últimas décadas, a região de Santarém e arredores do Tapajós continuaram a ser pesquisadas através de novas escavações sistemáticas (ALVES, 2017, 2012; ARAÚJO DA SILVA, 2016; GOMES, 2010; GOMES, LUIZ, 2013; QUINN, 2004; SCHAAN, 2010, 2012, 2014; SCHAAN, ALVES, 2015; SCHAAN, LIMA, 2012; SILVA, 2016, TROUFFLARD, 2017), junto com estudos que conjugam análises de coleções em museus e reservas, material de escavação e experimentações (LIMA, 2017; LIMA, MORAES, SÁ, 2020; MORAES, LIMA, SANTOS, 2013).

3 -Os polidores e calibradores/abrasadores do sítio Porto de Santarém (Petróleo Sabbá)

Participaram das atividades as escolas UME Vinte Oito de Fevereiro; UMEAs peças líticas apresentadas neste artigo foram encontradas na área STM-04 do sítio Porto de Santarém, referente a área do empreendimento Petróleo Sabbá (Figura 1). Os calibradores/abrasadores e polidores foram encontrados em quase todas as unidades escavadas nessa área, sendo, assim, tipos de artefatos bastante recorrentes na região.

Figura 1: Área de Escavação do empreendimento Petróleo Sabbá no sítio Porto de Santarém.



Nessa área foram abertas mais de 60 Unidades de Escavação, sendo realizadas escavações ampliadas em uma área de pequeno platô produzido por ação antrópica, que apresentou grande densidade de material arqueológico. Esse platô possuía altitude média de 28m a 32m em relação ao nível do mar e estava localizado na porção Centro-Oeste do terreno. Destaca-se que essa porção do terreno já havia sofrido impacto por remoção mecânica de parte do solo, no início dos anos 2000, tendo sido retirado pelo menos 50 cm de solo, sugerindo, portanto, que o platô observado durante as atividades de salvamento arqueológico teria dimensões maiores antes desses impactos.

Das escavações, foram exumados 70.007 vestígios cerâmicos e 89.063 vestígios líticos, sendo que calibradores/abrasadores e polidores totalizam mais de 5.000 exemplares, e a maior parte da amostra é formada por lítico lascado. A predominância do material lascado também fica evidente pelo fato do sílex ser a matéria-prima mais recorrente no material analisado, seguido pelo arenito, que representa 7,41% da matéria-prima na amostra analisada. O arenito está associado principalmente com a ocorrência de calibradores/abrasadores e polidores.

Figura 2: Calibradores/Abrasadores em arenito encontrado na Escavação Ampliada 5.

Fonte: Inside.

Grande parte desses calibradores/abrasadores e polidores estava presente nas unidades que compõem a Escavação Ampliada 5 e a Escavação Ampliada 29. Na Escavação Ampliada 5 foi verificada uma

feição entre aproximadamente 50cm a 120cm de profundidade, mas a escavação, de uma forma geral, alcançou a profundidade de 150cm. Feições também foram encontradas na Escavação Ampliada 29, que possuíam profundidades e tamanhos variados, mas que, em geral, ocorreram entre aproximadamente 40cm a 160cm de profundidade.



Figura 3: Polidor em laterita encontrado na Escavação Ampliada 25.

Fonte: Inside.

5 - Discussão

Artefatos do tipo calibrador foram identificados em diferentes sítios arqueológicos (ARAÚJO DA SILVA, 2016; LIMA, 2005; FUNARI, SCHIAVETTO, 2006; MORAES, LIMA, SANTOS, 2013; SILVESTRE, BUC, 2015; SOUZA NETO, BERTRAND, 2010). Para o sítio Porto de Santarém, além dos calibradores que possuem sulcos polidos, denominados às vezes na literatura local como abrasadores sulcados, também ocorrem abrasadores planos/polidores, brocas e fragmentos de uso desconhecido, que possuem as duas faces alisadas e uma borda fina (Figura 4).

As experimentações realizadas por Silvestre e Buc (2015) testaram o uso de calibradores na produção e/ou acabamento de diferentes

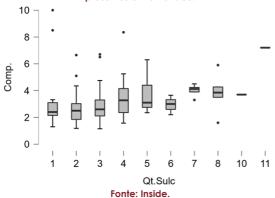
objetos, como: (1) afilar pontas de osso; (2) regular hastes de pontas de projéteis; (3) produção de tembetás cilíndricos de quartzo; e (4) acabamento de contas de concha ou lítica. A partir da observação das características morfológicas dos sulcos produzidos em cada atividade, juntamente com as variáveis métricas e os padrões de rastros microscópicos, as autoras puderam constatar que os calibradores dos sítios arqueológicos analisados podem ter sido utilizados para a produção de tembetás, contas de colar em conchas e líticas.

Para o sítio Porto de Santarém, é possível cogitar ainda a hipótese do uso de calibradores/abrasadores para a produção de muiraquitãs e outros adornos, como alargadores, e rodelas de fuso/discos perfurados e discos não perfurados. Durante a escavação da área do empreendimento Petróleo Sabbá, foram identificadas contas de colar, que podem ter sido produzidas nesses calibradores. A possível relação de calibradores com a regulagem de hastes de pontas de projéteis também pode ser associada aos relatos etnohistóricos sobre o uso de flechas envenenadas pelos Tapajó (ACUÑA, 1641; CARVAJAL, 2011).

As autoras também destacam em sua análise quantidade de sulcos por artefato. Em pesquisa anterior feita por um dos autores desse artigo (ARAÚJO DA SILVA, 2016), pôde-se constatar diversidade na quantidade de sulcos e de faces utilizadas, havendo inclusive peças mais espessas que apresentavam sulcos em suas laterais e não apenas nas faces.

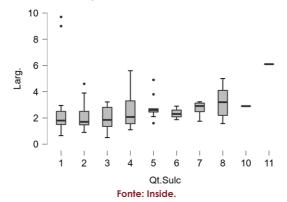
Em pesquisas anteriores (ARAÚJO DA SILVA; SCHAAN, 2021) também foi possível verificar um uso mais intenso ou "subaproveitamento" das faces, conforme a quantidade de sulcos presente em cada superfície. Nesse sentido, quando verificada a presença de sulcos em apenas uma das faces trabalhadas, não é possível verificar uma correlação entre calibradores de dimensões pequenas e a quantidade de sulcos (Figura 4, Figura 5).

Figura 4: Comprimento em centímetros de calibradores, conforme a quantidade de sulcos presentes em uma face.



A amostra analisada anteriormente em outra área do sítio Porto (ARAÚJO DA SILVA; SCHAAN, 2021) evidenciou que há artefatos com maior comprimento e/ou largura que apresentam apenas um suco em apenas uma face (Figura 4, Figura 5).

Figura 5: Largura em centímetros de calibradores, conforme a quantidade de sulcos presentes em uma face.



Menos frequentes que os calibradores/abrasadores sulcados, são os artefatos em arenito, frequentemente de morfologia alongada ou quase retangular, que parecem também ter sido utilizados para polimento/abrasão (Figura 6). Esse tipo de artefato também já foi encontrado em diferentes partes do sítio Porto.

Figura 6: Artefato em arenito provavelmente utilizado para a abrasão de outros objetos.



Fonte: Inside.

Conclusão

As escavações realizadas no sítio Porto de Santarém, área Projeto Sabbá, revelaram novas informações sobre a ocupação tapajônica, complementando dados já conhecidos para a região. Na área Porto Sabbá, foi detectada a presença de um montículo de origem antrópica, no qual entre as suas camadas existiam feições arqueológicas, cuja ocorrência já foi documentada para a região. Portanto, a área escavada contribui para compreender os padrões de ocupação e descarte de cultura material realizados pelos Tapajó antigamente.

No que tange aos artefatos analisados neste artigo, a distribuição de instrumentos para abrasão e polimento nessa área, e sua ocorrência em todo o sítio Porto sugerem que os objetos produzidos por meio desses instrumentos deveriam ser de uso corriqueiro. Apesar de algumas áreas terem maior concentração desses tipos de instrumentos do que outras são desconhecidas a não ocorrência dos mesmos em algum setor do sítio.

A matéria-prima dos polidores e calibradores/abrasadores também deveria ser de fácil acesso. Isso é perceptível seja pela formação geológica da região, seja pela quantidade de calibradores/abrasadores "pouco" utilizados, considerando a baixa quantidade de sulcos produzidos em uma superfície, sendo assim descartado seu uso frequente, mesmo tendo a possibilidade de ainda serem utilizados.

Referências

ACUÑA, Christoval. **Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas por el padre Christoval de Acuña**, religioso de la Compañía de lesus, y Calificador de la Suprema General Inquisicion, aoqual fue, y se hizo por orden de su Magestad, el ano de 1639, por la provincia de Quito en los reynos del Perù, al Excelentissimo Señor Conde Duque de Olivares. Madrid, Imprenta de Reyno, 1641.

ALVES, Daiana. **Dark Earth Plant Management in the Lower Tapajos.** PhD in Archaeology. University of Exeter, 2017.

____. Ocupação indígena na foz do rio Tapajós (3260-960 AP): estudo do sítio Porto de Santarém, baixo Amazonas. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Belém, 2012

ARAÚJO DA SILVA, TallytaSuenny. **Banquete lapidoso**: tecnologia lítica em contextos festivos no sítio Porto de Santarém, Baixo Amazonas. 2016. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. UFMG, 2016.

ARAÚJO DA SILVA, TallytaSuenny; SCHAAN, Denise.Entre esprits, gestes et pierres: chaîne opératoire lithique sur le site de Porto de Santarém, Amazonie. **L'Anthropologue**, vol. 25, issue 2, 2021. DOI: https://doi.org/10.1016/j.anthro.2021.102869.

BARATA, Frederico. A arte oleira dos Tapajó. Considerações sobre a cerâmica e dois tipos de vasos característicos. **Publicação nº 2 do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará.** Belém, 1950.

____. A arte oleira dos Tapajó II. Os cachimbos de Santarém. **Revista do Museu Paulista**. Nova serie, n° V, SP. 205, 1951.

____. A arte oleira dos Tapajó III. Alguns elementos novos para a tipologia de Santarém. P**ublicação**, **n° 6. Instituto de Antropol ogia e Etnologia do Pará.** Belém, 1953a.

____. Uma análise estilística da cerâmica de Santarém. **Cultura**, nº 5. Ministério da Educação e Cultura, RJ, 1953b.

____. O muiraquitã e as "contas" dos Tapajó. **Revista do Museu Paulista.** Nova serie, n°VIII, SP, 1954.

____. **As artes plásticas no Brasil.** Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1968.

BARBOSA RODRIGUES, J. **Exploração e estudo do Valle do Amazonas.** O rio Tapajós. Typographia Nacional, Rio de Janeiro, 1875.

BETTENDORFF, João F. Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Tomo LXXII. Parte I. Rio de Janeiro, 1909.

CARVAJAL, Gaspar de. **Descubrimiento del río de las Amazonas.** Madrid: Babelia. 70p, 2011 [1542].

CORRÊA, Conceição. Estatuetas de cerâmica na cultura Santarém: classificação e catálogo das coleções do Museu Goeldi. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, n.4, p. 3-88, 1965.

FONSECA, Diego. **Estudos de práticas funerárias no contexto amazônico.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

FUNARI, Pedro Paulo A.; SCHIAVETTO, Solange Nunes de O. Pesquisas Arqueológicas na região central do Estado de São Paulo. **Revista de História da Arte e da Cultura**, n. 6, p. 155-174, 2006.

GOMES, Denise M. C. **Cerâmica Arqueológica da Amazônia**: vasilhas da Coleção Tapajônica MAE-USP. São Paulo: Edusp/FAPESP/Imprensa Oficial do Estado. 355p, 2002.

____. Os contextos e os significados da arte cerâmica dos Tapajó. Arqueologia amazônica. Editado por E. Pereira & V. L. C. Guapindaia v. 1, p. 213-234. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/ SECULT/ IPHAN, 2010.

GOMES, Denise; LUIZ, José G. Contextos domésticos do sítio do Porto, Santarém, Pará, identificados a partir de contribuição da geofísica por meio do método GPR. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 8, n. 3, p. 639-656, set-dez, 2013.

GUAPINDAIA, Vera. L. C. **Fontes Históricas e Arqueológicas sobre os Tapajó de Santarém**: a Coleção Frederico Barata do Museu Paraense Emílio Goeldi. Dissertação de Mestrado em História, UFPE, Recife, 1993.

HARTT, Charles. F. Taperinha e os sítios dos moradores dos altos. Contribuições para Ethnologia do Valle do Amazonas. **Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**, vol. VI, RJ, 1885.

HERIARTE, Mauricio de. **Descripção do estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas.** Vienna d'Austria: Imprensa do filho de C. Gerold, 1874.

LIMA, Anderson Márcio Amaral. **Contextualização espacial, histórica e tecnológica dos muiraquitãs amazônicos.** 2017. UFOPA, [S. I.], 2017.

LIMA, Anderson Márcio Amaral; MORAES, Claide de Paula; SÁ, Mayara dos Santos Ramos de. Os discos perfurados do período Tapajônico: análise tecnológica e questões contextuais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, vol.15, n.3, pp. 1-21, 2020.

LIMA, Ângelo Pessoa. **Função dos calibradores e sua inserção na cultura material Tupiguarani.** 2005. UFMG, [S. I.], 2005.

MARTINS, Cristiane M. P. **Arqueologia do Baixo Tapajós**: ocupação humana na periferia do domínio tapajônico. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Belém, 2012.

MORAES, Claide de Paula; LIMA, Anderson Márcio Amaral; SANTOS, Rogério Andrade dos. Os artesãos das Amazonas: a diversidade da indústria lítica dos Tapajó e o muiraquitã. In: ROSTAIN, Stéphen (org.). Antes de Orellana: **Actasdel 3er Encuentro Internacional de Arqueología**

Amazónica. Lima: Instituto Francés de Estudios Andinos, p. 133–140, 2013.

NIMUENDAJÚ, Curt. Os Tapajó. **Revista de Antropologia**, vol. 1, n. 1, p. 53-61, 1953. Recuperado de http://www.etnolinguistica.org/biblio:nimuendaju-1953-tapajo.

PALMATARY, Helen. C. Tapajo Pottery. Ethnologiska Studier, vol. 8, 1939.

QUINN, Ellen R. **Excavating "Tapajó" ceramics at Santarém**: their age and archaeological context, 2004.

SCHAAN, Denise.Salvamento Arqueológico do Sítio PA-ST-42: Porto de Santarém. Relatório Final. UFPA, 2010.

_____. Salvamento Arqueológico do Sítio PA-ST-42: Porto de Santarém – Ano II. Relatório Final. Volume 1 e 2. UFPA, 2012.

_____. Salvamento Arqueológico do Sítio PA-ST-42: Porto de Santarém – Anos III e IV. Relatório Final. UFPA, 2014.

SCHAAN, Denise; ALVES, Daiana. **As escavações no Sítio Porto de Santarém. Um Porto, Muitas Histórias**: Arqueologia em Santarém. Organizado por Denise PahlSchaan e Daiana Travassos Alves. Belém: Gráfica Supercores, pp. 35-59, 2015.

SCHAAN, Denise; LIMA, Anderson. **A grande expansão geográfica dos Tapajós. Arqueologia, Patrimônio e Multiculturalismo na beira da estrada.** Organizadora Denise Schaan. 1ª Ed. Belém: GKNoronha, p.205-217, 2012.

SILVA, Anna B. C. da. **Do luxo ao lixo: um estudo arqueológico do material cerâmico dos bolsões do sítio Porto de Santarém, baixo Amazonas.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Belém, 2016.

SILVESTRE, Romina; BUC, Natacha. Experimentação e traceologia: explorando a funcionalidade dos "calibradores" dos sítios arqueológicos de tradição TupiGuarani, Argentina. **Teoria & Sociedade**, vol. 23, n.1, pp. 125-151.

SIMÕES, Mário F.; ARAUJO-COSTA, Fernanda. **Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos.** Vol.30. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, 1978.

SOUZA NETO, L. D. de; BERTRAND, D. Mapeamento dos sítios arqueológicos do município de Florânia/RN. **Mneme - Revista de Humanidades**, [S. I.], v. 7, n. 15, 2010.

TROUFFLARD, Joanna. **Relationship between upland and riverine settlements in the Lower Amazon region during late precolonial times.** PhD in Anthropology. University of Florida, 2017.

DESTRUIÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM ÁREAS DE FRONTEIRAS AGRÍCOLAS NA AMAZÔNIA: um alerta para os danos irreversíveis ao patrimônio arqueológico causados por atividades da agropecuária e agroindústria Mario Mamede

Resumo: Os constantes relatos e denúncias de destruição de sítios arqueológicos em áreas de lavouras agrícolas se revelam uma literatura preocupante, pois, por mais que atentemos à manutenção de sítios arqueológicos em áreas de preservação, o espaço dedicado hoje às fronteiras agrícolas se configura em uma barreira para que esse patrimônio arqueológico se mantenha preservado. A atual normativa do IPHAN (IN 2015) estabelece que, em casos específicos, empreendimentos como linhas de transmissão de energia podem desviar seus trechos originais de sítios arqueológicos descobertos ao longo da obra pelos trabalhos de licenciamento ambiental, para mantê-los em áreas de preservação. Tal atitude, apesar de prevista na atual normativa (2015), não atenua a possibilidade de que os sítios arqueológicos em áreas de preservação ambiental não sejam destruídos. A expansão da agropecuária continuará a fazer uso do solo, com criação de animais, aragem, culturas agrícolas, construção de cercas, tornando a perda dessa materialidade arqueológica algo irreversível. Assim, o presente trabalho obietiva alertar para o fato de que sem o trabalho da pesquisa advindo do salvamento arqueológico, diversos tipos de informações sobre a ocupação pré-histórica estarão perdidas, mesmo que esses espaços façam parte de áreas de preservação ambiental.

Palavras-Chave: Arqueologia; Fronteiras Agrícolas; Patrimônio Cultural.

Abstract: The constant reports and denunciations of destruction of archaeological sites in areas of agricultural crops is a worrying literature, because, as much as we try to maintain archaeological sites in preservation areas, the space dedicated today to agricultural borders is configured in a barrier so that this archaeological heritage remains preserved. The current IPHAN regulations (IN 2015) establish that, in specific cases, projects such as power transmission lines can divert their original stretches of archaeological sites discovered during the

² Arqueólogo/Historiador. Bacharel e Licenciado em História – PUC-GO. Especialista em História do Brasil e de Goiás – UFG-GO. Especialista em Museografia e Patrimônio Cultural – Faculdade Clarentiano-GO. Mestrando em História e Arqueologia – PUC-GO. Bolsista FAPEG-GO. Consultor Inside Arqueologia. e-mail: mariopmamede@gmail.com

work of environmental licensing, to keep them in conservation areas. Such an attitude, although foreseen in the current regulations, does not attenuate the possibility that archaeological sites in environmental preservation areas will not be destroyed. The expansion of agriculture and livestock will continue to make use of the soil, with animal husbandry, plows, agricultural crops, construction of fences, making the loss of this archaeological material irreversible. Thus, the present work aims to alert to the fact that without the research work arising from the archaeological rescue, various types of information about this prehistoric occupation will be lost even if these spaces are part of environmental preservation areas.

Keywords: Archeology. Agricultural Borders. Cultural Heritage.

1 - Introdução

Este artigo tem o objetivo de documentar os riscos de perda, sem qualquer estudo, de sítios arqueológicos que se encontram em áreas de fronteiras agrícolas, e que foram descobertos durante a fase de licenciamento ambiental.

Para discutir nosso ponto de vista, tomamos como exemplo os trabalhos realizados pela Inside Consultoria na Linha de Transmissão Tramo Oeste, cuja localização está próxima à área da Rodovia Transamazônica, que trata-se de um canal rodoviário importante para a integração do território paraense ao nacional, é um dos caminhos responsáveis pelo aumento do processo de colonização da região, trouxe mudanças no uso do solo, que originalmente suportava a pecuária e agricultura de subsistência de seus primeiros colonos. Hoje, o uso tornou-se mais extensivo, com grandes ocupações agropecuárias.

Com informações do contexto arqueológico da região baseadas nos estudos do projeto da Linha de Transmissão Tramo Oeste desenvolvidos pela empresa Inside Consultoria de arqueologia, traçamos um perfil geral da localidade e sua importância para os estudos de grupos pretéritos que ali habitaram, antes da chegada do europeu ao nosso território.

Tais informações apresentam um leque importante para discussão de pesquisas relacionadas à arqueologia, não só pelos trabalhos de arqueologia preventiva, que são feitos no contexto da expansão de obras de infraestrutura. Também existe a necessidade do crescimento de estudos acadêmicos, e de trabalhos que realmente procurem estabelecer regras efetivas para proteção dos sítios arqueológicos que sofrem diversos impactos antrópicos, e são destruídos nesse processo, devido a ações relacionadas à expansão agropecuária na região.

Os constantes relatos e denúncias de destruição de sítios arqueológicos em áreas de agropecuária revelam uma questão preocupante, pois o espaço dedicado hoje às fronteiras agrícolas se configura em uma barreira para que esse Patrimônio Cultural

Arqueológico se mantenha protegido e preservado.

Desta forma, alguns sítios arqueológicos da região estão ameaçados devido ao uso intensivo do solo. Esse uso descomedido do solo pela prática agrícola tem causado danos irreversíveis ao Patrimônio Arqueológico, como confirmam os resultados da análise de nossos dados, que apontam indícios de que a influência desse tipo de agropecuária causa danos ao Patrimônio Arqueológico (MAMEDE, 2021, p. 21)

Desta forma, os trabalhos desenvolvidos em arqueologia para a LT – Tramo Oeste chamaram a atenção para o panorama ameaçador que as práticas da agropecuária e da agroindústria podem significar para sítios arqueológicos identificados. A pesquisa realizada apresentou relevantes informações do quanto essas atividades de lavoura modificam e transformam a estrutura de sítios arqueológicos e o quanto esses fatores estão colocando em perda consideráveis fontes de pesquisas acerca da ocupação humana na Amazônia.

2 - Fronteiras Agrícolas

De acordo com Mamede (2021, p. 25), as fronteiras agrícolas assumiram formas variadas nas diversas regiões do país. Tais variações no tempo e no espaço decorreram não apenas da diversidade da origem dos migrantes que ocuparam as várias áreas de expansão, mas também, principalmente, das relações de produção que nortearam o processo de povoamento e ocupação dos territórios.

Em se tratando da perspectiva histórica, o deslocamento humano nessa região se dá pela problemática do desenvolvimento territorial através do processo de colonização e desenvolvimento de fronteiras agrícolas, integradas ao território e ao modelo de desenvolvimento nacional iniciado em 1970, e que obedecia à meta da integração territorial e da expansão do mercado interno, e posteriormente à política agroexportadora (SCHNEIDER, 2010, p. 45).

A incorporação de novas fronteiras agrícolas ao contexto socioeconômico nacional desempenhou três funções básicas. No plano econômico, possibilitava a produção de gêneros alimentícios básicos. No plano social, representava uma orientação para os fluxos migratórios, sendo o lócus da recriação da pequena produção e, no plano político, era a válvula de escape de tensões sociais geradas no campo (SILVA, 1982, p. 48).

Dessa forma, a colonização dessa região surgiu como uma opção por parte do Governo Federal, no sentido de fazer uma ampla distribuição de terras na fronteira, evitando-se, assim, uma redistribuição de terras já apropriadas no resto do país.

Assim, colonização pressupõe também deslocamento, sendo que a estratégia era beneficiar diretamente os projetos privados de colonização, criando diretamente "frentes pioneiras" que canalizavam para as regiões estagnadas o excedente populacional camponês

não de todo empobrecido. Essas estratégias políticas para promover a colonização das novas fronteiras agrícolas, até então consideradas vazias do ponto de vista demográfico, influenciaram em muito o processo de desenvolvimento dos novos espaços agricultáveis (SCHALLENBERGER, 2010, p. 39).

A expansão da fronteira agrícola no Pará, como em quase todo o país, envolveu simultaneamente ou sucessivamente duas modalidades de ocupação distintas: uma de simples povoamento por posseiros ou ocupantes das novas áreas até então não ocupadas ou escassamente habitadas; e outra de apropriação formal por empreendimento onde a terra e os diversos recursos naturais passaram a ser controlados pelo capital.

Essa questão é preocupante, porque de todas as ações antrópicas de modificação da Paisagem e do Meio Ambiente, a Agropecuária e a Agricultura extensiva são atividades que mais causam impactos a sítios arqueológicos por serem trabalhos perenes, e essas atividades não possuem uma legislação que obrigue seus promotores a desenvolver ações de estudos ou preservação relacionadas aos sítios arqueológicos.

Podemos perceber que as áreas denominadas de fronteiras agrícolas sofrem muito esse tipo de ação, pois são regiões onde o cultivo de grandes extensões de terras para lavouras de cana-de-açúcar, soja e milho, entre outras culturas, são formadoras de uma nova paisagem, que avança sobre terrenos outrora ocupados por grupos pretéritos e originários, como podemos comprovar nas evidências comuns a essas áreas que são as terras pretas (TPA ou TPI), e vestígios cerâmicos encontrados em superfície, conforme identificado por Schaan (2020, p. 37), Inside (2018, p. 88).

Entendemos que, devido à necessidade econômica do país e até mundial, a sociedade produz e reproduz o seu espaço de acordo com essas obrigações e com os recursos técnicos e econômicos de que dispõe, entretanto, devemos identificar até onde essas ações causam efeitos negativos nos sítios arqueológicos para que seja tomada alguma providência para estudá-los e preservá-los sem nenhum tipo de perda do Patrimônio Arqueológico Cultural.

A ausência de um trabalho de arqueologia preventiva em terras de agricultura, para obtenção de informações sobre o processo de ocupação pré-histórica dessas regiões de forma ampla, criará lacunas limitantes ao conhecimento, que a análise dessas ocupações pretéritas nessas áreas poderia trazer (MAMEDE, 2021, p. 29).

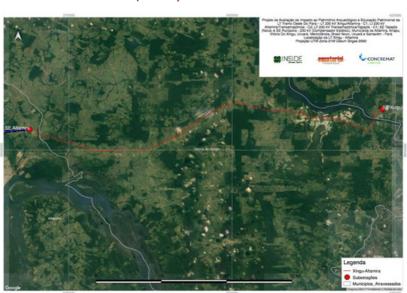
Com a expansão da agricultura extensiva, pecuária e obras de infraestrutura como opção econômica, enraíza-se então nessas localidades uma coletividade em constante mudança, e com diversas tendências de entendimento em relação ao Patrimônio Cultural, ora visto como um importante elemento a ser protegido e preservado (sentido de pertencimento e identidade cultural), ora visto como um empecilho ao "desenvolvimento econômico".

3 - A Arqueologia na Linha de Transmissão - Linha de Transmissão Tramo Oeste do Pará

Segundo Caldareli (2007, p. 7) Schaan (2012, p. 34), desde há pelo menos 12.000 anos o atual território brasileiro tem sido ocupado por sociedades humanas culturalmente diversificadas (genericamente denominadas de "populações nativas"), sendo que, desde 500 anos atrás, a elas se somaram membros de sociedades não nativas da América, inicialmente de origem europeia, posteriormente africana e, mais recentemente, asiática.

Essas pessoas deixaram vestígios de suas atividades no solo, os quais constituem os remanescentes materiais denominados de "bens arqueológicos", muitas vezes a única fonte de informação sobre essas sociedades, em especial as mais antigas, que não deixaram documentação escrita de sua história e de sua cultura. (CALDARELLI, 2007, p. 5)

Segundo Inside (2018, p. 10), o empreendimento conhecido como Linha de Transmissão Tramo Oeste do Pará (Sistema de Transmissão (LT + SE) 230 kV Xingu Altamira, C1; Altamira-Transamazônica, C2; Transamazônica-Tapajós, C2), foi um empreendimento que se destinou a implantar um conjunto de obras necessárias ao suprimento e expansão de energia elétrica às margens direita e esquerda do rio Amazonas e Oeste do Estado do Pará. Os estudos de Arqueologia Preventiva



Mapa 1: Traçado da LT Tramo Oeste.

Fonte: Inside, 2018.

foram iniciados por meio do Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial da Área de Influência da Linha de Transmissão Tramo Oeste do Pará (LT 230 KV Xingu/Altamira - C1; LT 230 KV Altamira/ Transamazônica - C2; LT 230 KV Transamazônica/Tapajós - C1); SE Tapajós (Nova) e SE Rurópolis - 230 KV (Compensador Estático), Municípios de Anapu, Altamira, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Rurópolis, Mojuí dos Campos e Santarém - Pará (Inside 2018,p. 11).

Durante as atividades de Prospecção Intrusiva e Diagnóstico Não-Intrusivo ao longo do da Linha de Transmissão (LT) foram identificados 9 sítios arqueológicos, e posteriormente com os trabalhos de monitoramento outros 11 sítios arqueológicos que foram objetos de duas etapas de salvamento, conforme tabela abaixo.

Tabela 1: Sítios Arqueológicos encontrados e resgatados nos trabalhos da LT Tramo Oeste.

Nome Sítio Arqueológicos		Datum	Х	Y	Município
1	Comunidade Pioneira	22M	338416	9636834	Brasil Novo
2	Terra Alta	22M	334566	9634602	Brasil novo
3	Ladeira	22M	334398	9634526	Brasil Novo
4	Bela Vista	22M	333456	9634902	Brasil Novo
5	Ben	22M	333461	9634275	Brasil Novo
6	lgarapé da Onça	22M	301889	9625359	Brasil Novo
7	De Jesus	22M	252488	9615887	Medicilândia
8	Santo Antônio 4	22M	411260	9655080	Vitória do Xingu
9	Torre 140	22M	239637	9607963	Medicilândia
10	Torre 158-1	21 M	778837	9696651	Medicilândia
11	Guaraná	21M	790594	9694279	Santarém
12	Torre 139/2	21M	795891	9692316	Santarém
13	Cacolândia	22M	333826	9634339	Medicilândia
14	Sítio BR 1	22M	333884	9634384	Brasil Novo
15	Sítio Posto	21M	417924	9654042	Altamira
16	Sítio 85 Norte	22M	293594	9623251	Medicilândia e Brasil Novo
17	Esperança	21 M	778828	9696557	Brasil Novo
18	Terra Preta dos Mara- nhenses	21 M	758028	9711857	Mojui dos Campos
19	Terra Preta do Mojui	21 M	758559	9709597	Mojui dos Campos
20	Cemitério	21M	771171	9700527	

Fonte: Inside, 2018.

Todos os sítios arqueológicos da tabela (Tabela 1) foram objetos de salvamento arqueológico e em todos os sítios foram identificadas ações antrópicas decorrentes do uso do solo para práticas agrícolas, de subsistência ou intensiva, que causaram danos aos vestígios arqueológicos encontrados muitas vezes já em avançado grau de deterioração.

Somando isso e o uso da área para a construção do empreendimento, os sítios arqueológicos apresentaram em sua estrutura e vestígios arqueológicos diversos impactos de ordem negativa que se constituiu em cerca de aproximadamente 60% da estrutura dos sítios arqueológicos, conforme Inside (2018, p. 34).

Entretanto, o Salvamento arqueológico realizado proporcionou uma amostra da cultura material (objetos e estruturas) que foi registrada e coletada sistematicamente em toda a superfície e profundidade do sítio, de modo que esse material apresentou informações sobre a natureza e a variação da cultura material no assentamento como um todo, e permitiu explanações sobre a estruturação das atividades em seu espaço interno (CALDARELI, 2007, p.9, INSIDE, 2018, p. 36).

Todos os sítios arqueológicos estudados demonstraram sua relevância quanto a quantidade e qualidade de vestígios encontrados, e também se identificou os diferentes tipos de impactos antrópicos ocorridos nos assentamentos identificados. Há nos sítios arqueológicos pesquisados dois padrões de uso antrópico. O primeiro consiste em atividades de Pecuária e o segundo um tipo de agricultura familiar, na qual são realizadas várias práticas de plantio de espécies para a dieta alimentar da comunidade que se apropria desses terrenos.

Entretanto, sabemos que o contexto arqueológico da região é bastante denso e diversificado, quanto a suas tipologias de assentamento e de artefatos; e que se não fossem os trabalhos de Schaan (2018), Martins (2012) e Inside (2018) não haveria conhecimento a respeito dos sítios arqueológicos dessas regiões.

Mesmo com o elevado grau de impacto antrópico decorrente do uso desenfreado do solo, o salvamento arqueológico demonstrou nesse caso ser eficaz. Se não fosse ele não seria possível identificar, delimitar e conhecer a tipologia e materialidade dos sítios arqueológicos e, com isso, estabelecer um panorama do tipo de ocupação pretérita que se desenvolveu na região.

4 - O grande problema: o que fazer com sítios arqueológicos em áreas que sofrerão impactos da agropecuária e agroindústria – Preservar ou Salvar

Entendemos a necessidade da preservação in loco dos sítios arqueológicos, pois sabemos que o salvamento arqueológico realizado é uma pequena amostra científica de um todo de que se pode ter conhecimento, e não deixa de ser uma atividade de impacto ao sítio arqueológico.

Mesmo com ações de preservação associadas a obras de infraestrutura como Linha de Transmissão, que tornam possível mudar seu traçado original frente à localização e delimitação de um sítio arqueológico, acreditamos que, se continuar sendo utilizado o solo posteriormente à obra concluída, principalmente se for pela agropecuária ou agroindústria, o sítio poderá sofrer ações que farão com que esses indícios se percam sem que se tenha conhecimento científico a seu respeito.

Os empreendimentos agrários e a agricultura de subsistência são fatores antrópicos que causam ações degradantes aos sítios arqueológicos e, dessa maneira, sem uma pesquisa, mesmo que pontual, desses sítios será possível a perda total desse patrimônio.

Conforme Caldareli (2007, p. 11), muito embora a legislação tenha sido mais eficiente no controle de projetos de engenharia, cumpre alertar para o fato de que empreendimentos agrários, principalmente aqueles em grande escala, muitas vezes são até mais degradadores do patrimônio arqueológico.

Ainda, conforme a autora, reconhecendo este fato, no II Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural, atrás mencionado, os participantes fizeram constar na "Carta de Santos", como recomendação de nº 14, que:

Há necessidade urgente de adoção de medidas para a proteção do patrimônio arqueológico que vem sendo devastado por obras ou atividades não sujeitas ao licenciamento ambiental, inclusive de natureza agrária ou urbana (CALDARELLI, 2007, p. 15)

Figura 1: Sítio Arqueológico BR 1 - Unidade de escavação realizada no terreno utilizado para o cultivo de mamoeiro, graças ao salvamento do sítio arqueológico, vestígios puderam ser estudados e conhecidos.



Fonte: Inside, 2018.

Os sítios arqueológicos, Guaraná, Posto e BR 1, que foram objeto de salvamento arqueológico da LT Tramo Oeste, já se encontravam com grande parte de sua área com elevado grau de impacto antrópico decorrente de ações da agropecuária. O trabalho de salvamento arqueológico, mesmo falho, demonstrou sua eficácia ao proporcionar o conhecimento da pré-história do Brasil, como aponta Carmichael et al. (2003, p. 55).

Figura 2: Sítio arqueológico Guaraná: a prática de desmatamento e queimada é bastante utilizada no local para o plantio de cana-de-açúcar. Unidade de escavação realizada em local com alto grau de queimada.



Fonte: Inside, 2018.

A defesa do salvamento do sítio arqueológico é a de que atualmente são poucas as áreas que não sofrem a expansão da agropecuária extensiva, principalmente em territórios conhecidos como fronteiras agrícolas. Portanto, atualmente defendemos aqui o "salvamento" arqueológico como a única alternativa que resta a um sítio, pois acreditamos que ele está integralmente condenado pela expansão da agropecuária e agroindústria.

Sítios arqueológicos existem em todo o território nacional; aqueles registrados no IPHAN representam apenas uma amostra (pequena, e nem mesmo representativa, devido às condições particulares e diversificadas das circunstâncias de seu registro) do universo de sítios arqueológicos certamente ainda presentes no solo brasileiro, mesmo que em estágios distintos de preservação. (CALDARELLI, 2007, p. 11)

Portanto, os exemplos dados são de sítios arqueológicos que foram encontrados graças ao trabalho na LT Tramo Oeste, e que hoje proporcionam um material científico sobre os grupos pré-históricos que viveram nessa região. Esse material arqueológico encontra-se em uma instituição de guarda, à disposição de qualquer cidadão que se

interesse em conhecê-lo e pesquisá-lo. Mas o que fazer com os demais sítios, tanto os que são de conhecimento do IPHAN quanto os que ainda não foram identificados?

Figura 3: Impactos antrópicos (queimadas, desmatamento, pisoteio de animais e movimentação do solo) influenciaram na formação do terreno e perda de vestígios materiais do sítio arqueológico Posto.



Fonte: Inside, 2018.

A própria legislação vigente (Instrução Normativa 2015) prevê que mesmo em áreas onde obras de impacto ambiental são construídas, se for identificado que tais ações da obra não causarão danos aos sítios arqueológicos descobertos, pede-se ao empreendedor fazer opção de preservação e demarcação desses sítios que não serão afetados.

No caso da LT Tramo Oeste dos 20 sítios arqueológicos encontrados, 17 sítios foram resgatados e 3 ficaram em área de preservação. E como já descrevemos, todos apresentaram relevantes impactos antrópicos decorrentes do uso do solo por práticas agrícolas, conforme figuras dos três sítios exemplificados.

Os três sítios arqueológicos restantes que não foram objetos de salvamento, Terra Preta dos Maranhenses, Terra Preta do Mojui e Cemitério, são os sítios que ficaram em área de preservação. O que se sabe deles é sua localização e vestígios arqueológicos que foram vistos em superfície, mais nada.

Sabemos que temos certa segurança, já que nossa legislação prevê ações de ordem cível e criminal para quem destrói um sítio arqueológico, porém, há lacunas legislativas, outras leis seriam necessárias, e o estabelecimento e cumprimento de leis são mais lentos que a expansão de fronteiras agrícolas. As necessidades econômicas de uma nação não poderiam ser impedidas por uma placa de sinalização ou, conforme Mamede (2008) por cacos de índios.

Nesse contexto, quando analisamos a imagem abaixo, os sítios arqueológicos que ficaram em área de preservação estão cercados por soja e sabemos que parte da história de ocupação da região, por onde passou a LT Tramo Oeste, poderia ter sido conhecida se esses sítios tivessem sido objeto de Salvamento.

Mapa 2: Sítios arqueológicos em área de avanço de fronteira agrícola.

Ligated:

Light de la companyage de la c

Sítios Arqueológicos e o Avanço da Agricultura de Soja, Mojuí dos Campos - Pará

Fonte: Inside, 2018.

O que nos faz ser pessimistas sobre se os sítios que se encontram em área de preservação como os exemplificados no mapa acima serão preservados é que muitas vezes nessas regiões o solo é muito produtivo e fértil e, por isso, a migração de grandes produções agrícolas é bastante comum, assim como o uso extremo desse terreno para plantações extensas como soja e cana-de-açúcar. Terras pretas é o nome dado às TPI ou TPA, de que já falamos acima. Tais terras foram usadas e manipuladas por grupos pretéritos (originários) ao longo de nossa história, para o plantio de suas culturas. E hoje se repete a busca por essas maravilhosas terras para produção agrícola de nosso país.

Segundo Schaan (2012, p. 36), sabe-se que os solos de terra preta contêm vestígios arqueológicos, portanto, a retirada indiscriminada da terra tem ocasionado a destruição dos sítios a uma velocidade alarmante. O uso atual da terra precisa ser compatibilizado com a preservação do patrimônio arqueológico, nesse caso a única fonte de informações sobre as sociedades pré-históricas. Somente através do salvamento arqueológico podemos ter dados científicos capazes de construir a história de como se deram os primórdios da ocupação

humana em nosso território.

Primeiramente, sabemos que os sítios arqueológicos encontrados em trabalhos de licenciamento ambiental são apenas parte de um contexto maior que existe em nosso país e, portanto, é possível que parte desse acervo esteja sendo destruída por incontáveis tipos de uso do solo.

Entretanto, se através do licenciamento ambiental para obras de infraestrutura temos condição de identificar e conhecer esses sítios arqueológicos e sua cultura material, porque então fazer a escolha por um ou outro, ou o que deve ou não ser preservado, qual o critério científico para essa escolha, e se existe será que temos o direito de reivindicar uma importância maior para um ou para outro?

A pesquisa arqueológica é sempre feita para o interesse público, mas, quando o profissional decide qual o sítio arqueológico que deve ser preservado, ele assume a responsabilidade de determinar qual importa ser conhecido ou não, o que pode configurar um julgamento de valor baseado em decisão pessoal, e não com base nos critérios que poderiam orientar outros segmentos da sociedade.

Por isso, acreditamos que o Salvamento Arqueológico deve ocorrer sempre quando encontrado um sítio arqueológico, principalmente quando estiverem em áreas de produção agropecuária ou da agroindústria. Em conjunto com o Salvamento, a melhoria das ações de educação patrimonial também contribuirá para que as pesquisas se completem.

Entretanto, atualmente o uso de softwares com modelos preditivos, aplicativos, drones e demais tecnologias favorece a pesquisa, de modo a ampliar ainda mais a construção de dados a respeito dos sítios arqueológicos estudados. A proposta do PGPA, a partir da nova instrução normativa (2015), tem possibilitado para os trabalhos de salvamento o uso dessas novas tecnologias como metodologia para ampliação do conhecimento e produção de melhores dados científicos, que posteriormente estarão sendo disponibilizados para o avanço das pesquisas.

O mais utópico seria a criação de um fundo para o financiamento das pesquisas a sítios arqueológicos impactados pela agropecuária e agroindústria. Esse fundo seria coordenado pelo IPHAN, que promoveria licitação para que os sítios arqueológicos em áreas agrícolas fossem resgatados com recursos provenientes da agropecuária e agroindústria, através de incentivos fiscais.

Considerações finais

A arqueologia no Brasil tornou-se uma ciência reconhecida mundialmente graças aos trabalhos científicos desenvolvidos em associação com obras de infraestrutura e seus respectivos licenciamentos. Se não fosse pelos Salvamentos Arqueológicos, muitos contextos de ocupações humanas pré-históricas ao longo de nosso território nacional não teriam sido conhecidos, ou já estariam perdidos através dos diversos tipos de impactos destrutivos que acontecem por meio de obras, e de nossa agropecuária e agroindústria.

Sem essas avaliações provenientes do Salvamento Arqueológico proporcionado pelas obras de infraestrutura, a Amazônia hoje não contaria com um legado de pesquisa e produção científica deixado por grandes arqueólogos e arqueólogas como a Doutora Denise Schaan, que dedicou sua vida a entender os grupos pré-históricos da região amazônica.

Preservar sítios arqueológicos é necessário, mas é preciso avaliar o contexto em que eles estão inseridos, dado que as obras impactantes de infraestrutura podem ter impacto destrutivo, se o avanço territorial do agronegócio atingir essas reservas.

Existem vários estudos em curso no Brasil que pretendem dimensionar de forma científica e metodológica o grau de impacto negativo que o agronegócio pode estar tendo nos sítios arqueológicos de superfície, sítios-abrigos onde há um grande acervo de pinturas rupestres, entre outros. É com base nessas informações que futuramente poderemos estabelecer um panorama dos benefícios e malefícios que o agronegócio tem feito a sítios arqueológicos e assim saberemos qual o caminho correto a ser tomado – preservar ou salvar.

Referências

CALDARELLI, Solange Bezerra. Pesquisa arqueológica em projetos de infra-estrutura: a opção pela preservação. In: **Revista do Patrimônio**, 33: 153-174. Rio de Janeiro: IPHANInstituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, número especial sobre Arqueologia e Preservação, 2007

INSIDE, **Programa de Gestão Arqueológico na área de Influência da Linha de Transmissão Tramo Oeste do Pará.** Municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Mojui dos Campos e Santarém-Pará. Relatório Final. 2018.

MARTINS, C.M.P. **Ocupações humanas pré-coloniais na bacia do baixo Tapajós.** Amazônia brasileira. Monografia de especialização: Belém: UFP-PA. 2012.

MAMEDE, Mario Pereira. A Cultura da Cana-de-Açúcar no Sudoeste Goiano e os Impactos sobre o Patrimônio Cultual Arqueológico de Serranópolis Goiás (2000-2020). Projeto de Pesquisa FAPEG-GO. PUC-GO. 2021

SILVA, Mauricio. **Projeto Transamazônica**: Uma Ferida na Selva Intocada. 1982 UFPA. Belém-Pará.

SCHNEIDER, lara Elisa. Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial – ações de governo e dinâmica do capital. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, no 25, p. 202-222, 2010.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Fronteiras agrícolas territorial – ações de governo e dinâmica do capital. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, no 25, set./dez. 2010, p. 202-222

SCHANN, D. Curt Nimuendajú: "O ser que cria ou faz o seu próprio lar". In **Arqueologia, Patrimônio e Multiculturalismo na Beira da Estrada** – Pesquisando ao longo das Rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá, Pará / organizadora Denise Pahl Schann – Belém: GK. Noronha, 2012.

O MEIO AMBIENTE E A ARTE RUPESTRE: representações Ambientais nos Registros Rupestres no Parque Nacional Serra Da Capivara – PNSC Michel Justamand¹, Albérico Nogueira de Queiroz² Olivia Alexandre de Carvalho³ Gabriel Frechiani de Oliveira⁴, Cristiane de Andrade Buco⁵, Ana Cristina Alves Balbino⁶, Vitor José Rampaneli de Almeida⁷, Matteus, Freitas de Oliveira⁸, Leandro Paiva⁹, Camila Marques Maton¹⁰, Giovanna Neiva Luz¹¹, Felipe de Sousa Soares¹², João Rafael Almeida Nolêto¹³, Ana Caldeiras¹⁴, Gabriela Paes Rabello de Oliveira¹⁵ e Mara Barreto Sinhosewawe Xavante¹⁶

Resumo: No Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC – existe uma vasta concentração de sítios arqueológicos com pinturas rupestres que subsidiam elementos variados sobre as primeiras ocupações humanas na América. Representando características do cotidiano nos múltiplos ecossistemas da região. Revelando que a vida dos primeiros habitantes do território era muito proativa e dinâmica, fornecendo indicativos de que houve história, educação, socialização de práticas e saberes, distintas formas de comunicação, relações com outras formas de vida, bem como traços de religiosidade em tempos longínquos da História do Brasil. Reconhecem-se nas pinturas rupestres fitomorfos, zoomorfos e possíveis interpretações. Busca-se neste artigo estabelecer episódios das relações humano/natureza.

Palavras-Chave: Pré-História; Meio Ambiente; Parque Nacional Serra da Capivara; Pinturas Rupestres.

```
<sup>1</sup> e-mail: micheljustamand@yahoo.com.br; https://orcid.org/0000-0001-6944-5890
```

² e-mail: anqueiroz@hotmail.com; https://orcid.org/0000-0002-0603-2981

³ e-mail: ocarvalho99@hotmail.com; https://orcid.org/0000-0002-6953-2916

e-mail: gfrechiani@hotmail.com; https://orcid.org/0000-0003-3528-2944

⁵ e-mail: archeocris@icloud.com; https://orcid.org/0000-0002-0909-7254

⁶ e-mail: balbinoana@vahoo.com.br; https://orcid.ora/0000-0003-3172-7942

⁷e-mail: vitor.almeida@ufabc.edu.br; http://lattes.cnpq.br/6672192893266731

⁸ e-mail: matteusfreitas@gmail.com; https://orcid.org/0000-0002-4103-187X

e-mail: professorleandropaiva@gmail.com; https://orcid.org/0000-0002-6135-4051

²⁰ e-mail:camilamatonn@yahoo.com.br; https://orcid.org/0000-0001-7871-0676

¹¹ e-mail: gioarqueo@gmail.com; https://orcid.org/0000-0002-5803-5308

¹² e-mail: felipemarrudo@hotmail.com; https://orcid.org/0000-0002-2583-9537

²³ e-mail: rafaellugh@gmail.com; https://orcid.org/0000-0001-5047-654X

²⁴ e-mail: ana.caldeiras@unifesp.br; https://orcid.org/0000-0002-3842-2597

²⁵ e-mail: gabrielap.rabello@gmail.com; https://orcid.org/0000-0001-6064-4623

¹⁶ e-mail: maramedeirosnosul@gmail.com; https://orcid.org/0000-0002-8549-3339

Abstract: In the Serra da Capivara National Park - PNSC there is a vast concentration of archaeological sites with cave paintings that subsidize varied elements about the first human occupations in America. Representing everyday features in the multiple ecosystems of the region. Revealing that the life of the first inhabitants of the territory was very proactive and dynamic, providing indications that there was history, education, socialization of practices and knowledge, different forms of communication, relationships with other forms of life, as well as traces of religiosity in distant times. of the History of Brazil. Phytomorphs, zoomorphs and possible interpretations are recognized in the cave paintings. This article seeks to establish episodes of human/nature relationships.

Keywords: Prehistory; Environment; Serra da Capivara National Park; Rock Paintings.

1 - Introdução

Tendo como base a arte, em especial a rupestre, para nossas análises, somos parte de um grupo que busca, nos fundamentos científicos, se CONTRAPOR às precárias suposições carentes de estudos sistematizados e, também, refletir sobre os debates na comunidade científica em que nós nos apoiamos, e dentro das quais nos posicionamos.

A arte faz parte do mundo humano e, dentro das suas peculiaridades, nos diferenciam dos outros seres; não nos tornando melhores, mas, sim, distintos. Nós, humanos, construímos nossa cultura e, como afirma Lévi-Strauss (2004), a cultura é um conjunto de práticas coletivas universais. Dessa forma, compreendemos que sem ela não há humanidade, nem mesmo natureza ou meio ambiente.

Mas, o que nos remete à Arte Rupestre? O que ela pode nos revelar enquanto dado científico ou objeto de estudo? Há matemática nos desenhos? Existe, ao que nos parece, um contorno premeditado por quem escolheu os desenhos e os espaços em ambientes rochosos para fazê-los.

Podemos inferir sobre a busca, o tipo e forma de utilização da matéria-prima retirada do ambiente, assim como nas formas de processamento e na elaboração das representações iconográficas rupestres. Estima-se que entre um conjunto de pintura e outro exista um espaço, um ângulo. Para alguns pesquisadores, essa hipótese pode causar espanto, todavia, ninguém desenha hoje em uma tela sem saber e compreender sobre o espaço que vai usar – o mesmo acontecia em tempos remotos.

Apresentamos, a seguir, registros rupestres encontrados nas áreas do Parque Nacional Serra da Capivara – PI, que sugerem representações relativas ao meio ambiente como fator de apoio aos interesses do social e, por fim, vincularemos essas interpretações à visão xavante sobre as relações ambientais e as pinturas rupestres.

2 - Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC

O PNSC é uma unidade de conservação brasileira de proteção integral à natureza, do bioma caatinga. Criado em 05 de junho de 1979, e distribuído pelos municípios de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, São João do Piauí e Canto do Buriti, região sudoeste do estado do Piauí, o parque é administrado pelo ICMBIO²⁷. Tem uma área de 135 mil hectares, e pelo seu valor histórico e cultural foi declarado pela UNESCO, em 1991, Patrimônio Cultural da Humanidade. É visto como um museu a céu aberto, com formações rochosas, e mais de mil sítios arqueológicos e paleontológicos que testemunham a presença de humanos e animais pré-históricos desde o Pleistoceno. É considerado um dos maiores conjuntos, em termos quantitativos, de sítios arqueológicos com arte rupestre bem preservados do mundo, tendo 172 sítios com arte rupestre preparados para visitação, sendo 16 adaptados para portadores de mobilidade reduzida (BUCO, 2013).

Sabemos que a cronologia do povoamento das Américas ainda é um problema aberto da pré-história mundial, além das questões referentes às rotas populacionais e sua paleoantropologia (PARENTI, 2013). Desde 1927, há estudos sobre os humanos e seus comportamentos, relacionados a um instrumento lítico, uma ponta de lança, datada de 12.000 anos BP, atribuído à cultura Clóvis (ADOVASIO e PAGE, 2011, pp. 135-145). Apesar dessa datação e da conformidade de sua temporalidade como marco de registro humano na comunidade científica, novas brechas de possibilidades arrastam o tempo de registro para trás, com as expedições realizadas na América do Sul, sobretudo na região do PNSC - considerado um dos sítios arqueológicos mais antigos das Américas. A Toca do Boqueirão da Pedra Furada (BPF) indica uma presença humana datada de pelo menos 50.000 anos BP (GUIDON et al., 2002).

Este sítio, com formação rochosa em arenito de grandes dimensões, e situado na porção Sudeste do Estado do Piauí, apresenta representações rupestres com temáticas reconhecíveis, associadas a figuras zoomorfas, não humanos e humanos, e fitomorfos. É um importante testemunho da adaptação hominídea ao ambiente, e do uso de seus recursos (Figura 1).

¹⁷ http://sistemas.mma.gov.br/portalcnuc/rel/index.php?fuseaction=portal. exibeUc&idUc=145[Acesso 26/01/2022]

Figuras 1: Toca do Sítio do Boqueirão da Pedra Furada. A) Vista geral do abrigo e área da escavação; B) Nicho pictórico policromático.

Fonte: Buco, 2009.

A ocupação humana está associada à presença de fogueiras estruturadas, e ferramentas líticas dispersas nas diversas camadas arqueológicas e associadas à arte rupestre (GUIDON, 1984, 1985; GUIDON & DELIBRIAS, 1985, 1986; GUIDON & ARNAUD, 1991; PARENTI, 2001; FELICE, 2002; GUIDON, et al. 2002). Baseado nesses vestígios da cultura material, foram definidas fases culturais utilizadas como referência para os atuais estudos dos demais sítios arqueológicos, que possuem tecnologia semelhante e um determinado legado cultural distribuído em um mesmo espaço funcional (ver quadro 1) (BUCO, 2012).

Quadro 1: Representação dos principais vestígios arqueológicos relacionados com as fases das indústrias culturais definidas na Toca Sítio do Boqueirão da Pedra Furada.

BPF	Técnica	PF1	PF2	PF3	ST1	ST2	AG	+ recente que 5.000 anos
	Talhado com percutor duro	**	**	**	**	**	**	
	Talhado bifacial	**	**	*	*	*	*	
	Talhado com martelo				**	**	*	
	Tratamento térmico				**	**		
	Cozimento "four polynésien"	ś	Ś	ś	*	*		
	Arte parietal			ś	**	**	*	
	Moagem de pigmentos				*	*		

Outros	Técnica	PF1	PF2	PF3	ST1	ST2	AG	+ recente que 5.000 anos
	Gravura rupestre						ś	**
	Pedra Polida					ŝ		*
	Cerâmica				*	ŝ	ś	**
	Enterramento				**	*		*
	Sepultura em Urna							*
	Agricultura							*

[?] possível; * ocasional; ** abundante

Desde os anos de 1974, o conjunto todo do PNSC e os seus arredores foram bem estudados a partir de uma abordagem multidisciplinar, com registro de sítios paleontológicos pleistocênicos e outros tantos arqueológicos. Mas, especialmente, a partir de 2008, a pesquisa da missão franco-brasileira passou a ser coordenada por Eric Böeda, e tem sido conduzida com os objetivos de replicar e refinar dados provenientes do BPF, e para o descobrimento de novas evidências de ocupações pleistocênicas na região.

Mesmo que os resultados obtidos no BPF, durante as escavações entre os anos de 1978 e 1988, tenham sido publicados desde 2001 (PARENTI, 2001; GUIDON et al., 2002), a maioria das publicações atuais não considera os dados detalhados mencionados acima. Concentrase em críticas em um conjunto genérico e conjectural de observações tafonômicas e tecnológicas, ignorando a existência do próprio sítio arqueológico ao considerar a questão de uma ocupação.

3 - A paisagem como representações no estudo da arte rupestre

A categoria de paisagem, que possui importante tradição na geografia francesa, apresenta ampla aplicação em diversas áreas científicas. Além disso, o conceito de paisagem apresenta-se polissêmico e ancorado em perspectivas epistemológicas diversas, transitando entre compreensões que versam sobre sua dimensão material e imaterial na dinâmica espacial. Outrossim, paisagem pode ser concebida como resultante do encontro entre o mundo e um ponto de vista, isto é, "inserida em uma relação complexa de três componentes – local, olhar e imagem" (FIGUEIREDO e LOPES, 2021, p. 2). Nesse sentido, é na percepção que o fenômeno da paisagem propõe um direcionamento de nosso interior para o mundo exterior e lhe significa quando experimenta a alteridade e constitui nossa subjetividade (FIGUEIREDO e LOPES, 2021).

Não obstante, apontam Fagundes et al (2018) para um caminho metodológico de análise em que a pintura e a gravura rupestre são elementos culturais, de alta subjetividade, que compõem a complexidade da paisagem, dotada de elementos materializados, como as rochas, rios, vegetação, solo e as imaterialidades que só podem ser compreendidas por abordagens epistemológicas que explorem o campo da percepção das funções e subjetividades espaciais, como a hermenêutica e fenomenologia.

Compreender os cruzamentos de vestígios fitomorfos e zoomorfos no PNSC perpassa pela dimensão da paleopaisagem arqueológica deixada por povos que não estão vivos, mas deixaram-nos heranças potentes. Repertórios culturais com significados e significações, suscetíveis a ressignificações de outras gerações que rabiscam sobre os registros, vestígios de difícil datação, interpretação, fazendo da arte rupestre um território de pesquisa pantanoso (RIBEIRO, 2009).

A arte rupestre possuía um significado para aqueles que a

produziram, retratando o cotidiano, demonstrando processos e procedimentos (caça, ritos, etc.). E serviam como espécies de ícones devocionais. Nas representações ambientais, percebemos com mais clareza que as intenções ancestrais eram demonstrar a realidade e suas relações com o bioma. São verdadeiras "bibliotecas", onde pesquisadores de diversos campos fazem suas "leituras".

A escolha destes locais para realização de registros faz-nos entender que os atuais sítios, relíquias do pretérito foram a paisagem escolhida por aquela sociedade "(...) como um lugar para a práxis e socialmente significativo (...)" (TRONCOSO, 2001, p.1). Imerso na Arqueologia da Paisagem, Troncoso (2001) e Fagundes et al. (2018) em suas pesquisas mergulham em um universo de problematização em que consideram a paisagem como produto da intervenção humana, portanto histórica e socialmente produzida, que reserva em sua materialidade a racionalidade de um grupo humano que gerou os registros, correspondentes às suas intencionalidades, que encontram-se envolvidas nos marcadores de poder daquela época, visando socializar estratégias de apropriação da natureza bem como seu repertório cultural simbólico. Sem embargo, especificamente sobre alguns dos sítios localizados na Serra da Capivara, por meio de análises relacionais da paisagem e uso de lenha, Mota & Scheel-Ybert (2019) conjecturaram que ali, no período pré-colonial, os grupos humanos "tinham um vasto conhecimento da paisagem, tanto dos vales com suas florestas semideciduais, como do cerrado, que ocupava a área do pedimento. Estudos etnográficos mostram que, para a aquisição de alimentos e outros recursos, os caçadores-coletores possuem um conhecimento minucioso do ambiente e consequentemente da vegetação" (MOTA e SCHEEL-YBERT, 2019, p. 219).

A palavra ecologia deriva do grego oikos, que significa "lugar onde se vive" (ODUM, 1972). Em sentido literal exposto pelo autor, a ecologia pode ser considerada "o estudo dos organismos ou grupos de organismos vivos com seu ambiente" (ODUM, 1972, p. 4). Esta visão de ecossistema justificou a concepção de arqueologia da época que via o mundo da natureza de forma hierarquizada em "sistemas e subsistemas que funcionam de forma harmoniosa e homeostática" (WORSTEN, 1991, p. 205). Contudo nota-se que, desde trabalhos elaborados durante o final da década de 1990 por ecólogos e historiadores do ambiente, esta concepção de ecossistema vem sendo reavaliada e reorientada para a compreensão dos ecossistemas associados aos componentes das mudanças e das particularidades, que levam em consideração a dimensão histórica dos estudos ecossistêmicos (RISSER, 1999). Nesta direção, hoje, compreende-se que nosso ambiente nunca estará ou esteve em estado de equilíbrio (FYFE, 1997).

Em complemento, as "artes rupestres", são produtos culturais depositados em formas espaciais da natureza, ou seja, percepções que foram materializadas em superfícies rochosas, e que representam

possibilidade para compreender a relação entre sociedade, sistema tecnológico, simbólico e natureza (TRONCOSO, 2001). A arte rupestre é um forte indicador de que o ambiente coexiste associado à cultura e à categoria de paisagem, possibilita interseccionar as dimensões de natureza e sociedade em uma síntese dialética na qual os imaginários arqueológicos podem fluir em busca da reconstituição de vivências inimagináveis sem o desenvolvimento dessa ciência (FAGUNDES et al., 2018).

Vale salientar que, além do anacronismo que atravessa qualquer tentativa de interpretação dos registros rupestres, como discutem Justamand et al. (2019), as cosmologias dos povos ameríndios se impõem como desafio metodológico para compreensão do papel que fitomorfos e zoomorfos possuem na leitura acerca da preocupação ambiental dessa paleosociedade. Para Viveiros de Castro (2006) Natureza e Cultura subsomem os mesmos conteúdos para os povos ameríndios e não possuem correlação direta com o entendimento desses conceitos para a cultura ocidental, que inclusive se apresentam em dicotomias e por isso não assinalam as mesmas compreensões na região do ser.

Pela experiência dos povos das florestas de nossa contemporaneidade, vislumbrando a possibilidade de tracar comparativos ancestrais com as sociedades que grafavam de forma rupestre os componentes e práticas do espaço aeográfico. compreendemos que a sociedade não é independente dos objetos geográficos naturais, a perspectiva é integradora e não dicotômica. Limitar a percepção desses povos aos aspectos geológicos, geomorfológicos, botânicos, biológicos, hidrográficos é reduzir os imaginários que se abrem como novos feixes de relações que a visão eurocêntrica nos impede de ver, ao tornar nosso olhar limitado e limitante no que tange às interpretações das "artes rupestres".

Esse encontro indissociável de materialidades e imaterialidades, objetividade e subjetividades é passível de reflexão a partir da paisagem na qual se sintetiza o encontro entre sujeitos e objetos, entre o real e o abstrato (COSGROVE, 1998). Desta forma a paisagem possui múltiplas camadas de significados, resultantes do acúmulo de tempos, por isso mesmo complexa a ponto de possibilitar inúmeras leituras. É na paisagem que o corpo entra em contato com o mundo experimentando, habitando, se movendo e construindo a inteligibilidade das coisas. Assim, compreendemos que a paisagem é um testemunho de diferentes humanos que habitaram e deixaram marcas daquilo que foram, tanto no campo das ideias, quanto em sua dimensão material (INGOLD, 1993).

Ésabido que não cabe à arqueologia determinar categoricamente os significados para tais grafismos, mas é possibilitado pela ciência apontar métodos para interpretações e também mecanismos para a conservação deste patrimônio, permitindo que ocorra a difusão do

conhecimento a respeito dos símbolos e dos seus possíveis significados, por parte da sociedade contemporânea.

Os povos do passado, produtores da arte que agora estudamos, já não vivem mais nestes locais, porém uma nova sociedade precisa ser despertada para a missão de preservar tal patrimônio, entendendo sua importância e seu valor. Além disso, um novo bioma continua existindo nestes mesmos locais, com novas espécies vegetais, novas espécies animais, uma nova realidade climática e novas relações homemnatureza, mas com perceptíveis ligações com o modus vivendi dos povos ancestrais.

4 - Representações fitomórficas e zoomórficas

A arte rupestre é vestígio arqueológico gerador de mais dúvidas do que certezas para arqueólogas/os, fazendo com que surjam várias hipóteses e interpretações diferentes. Muitas/os defendem que serviriam para tentar contar uma história dos nossos antepassados, dos grupos caçadores-coletores (que ficam mais arraigados, no conceito popular, à cena de caça). Outros falam em contabilidade de tempo, astronomia e até mesmo localização geográfica, como "mapas de aldeias" (BUCO et al. 2010). Assim, em cada caso, poderiam ter finalidades diferentes. Mas com esses vestígios observamos principalmente a relação dos seres humanos com o meio a partir do momento em que buscavam matéria-prima: ocre (denominação utilizada por arqueólogos para óxido de ferro), goetita e hematita, entre outros, para realização das pinturas e rochas mais resistentes para as gravuras. A escolha do lugar e sua apresentação se ligariam, em alguns casos, ao meio ambiente (FAGUNDES et al., 2018).

Estas representações são frequentemente estudadas como simples imagens, obliterando o aspecto material destas manifestações visuais. Essas informações são importantes porque o processo de intemperismo é um fator de análise quase inexistente para a arte rupestre no Brasil, sendo desenvolvido em outros países. Oferecese pouca atenção, na conjuntura brasileira, ao fato de que representações naturais impressas nas rochas se formam por meio de processos diferentes e se deterioram através do intemperismo.

Nos grafismos de fitomorfos observamos figuras que parecem ser de vegetação e no arcabouço representativo dos paredões rochosos assumem formas de árvore, folhas e/ou galhos observados no PNSC (ver figuras 2 e 3). É possível refletir sobre a importância dos vegetais, para a subsistência e outros aspectos da vida cotidiana.

Os grafismos de zoomorfos são aqueles que num primeiro momento não sentimos dificuldade de identificar, e ainda que de forma muito preliminar, representam a fauna aos nossos olhos. No Piauí, no PARNA da Serra da Capivara, tais registros são abundantes com grande diversidade de espécies (Figuras 4 e 5).

Figuras 2: Cenas pictóricas compostas por antropomorfos em volta de uma árvore A)
Toca do Baixão das Mulheres I; B) Toca do Estevo III ou Toca da Onça, PARNA Serra da
Capivara.



Fonte: Oliveira, 2018.

Figura 3: Cena pictórica bicromática composta por felinos (onças), árvore e antropomorfos na Toca da Pedra Uma, no PNSC Serra da Capivara.



Fonte: Buco, 2009.

Arte rupestre na Toca do Martiliano, PNSC. A) Figura de pássaros de braços abertos, conhecida como Thunderbird; B) Composição pictórica formada por um antropomorfo e um pássaro.



Fonte: Oliveira, 2018.

Figura 5: Painel pictórico na Toca do João Arsena evidenciando sobreposição de diversas figuras sobre um grande zoomorfo (cervídeo).



Fonte: Buco, 2009.

Os trabalhos de campo e as pesquisas realizadas nos trabalhos de Almeida (2011) permitiram estabelecer que as pinturas rupestres podem ser consideradas mais um instrumento na reconstrução de um ambiente, em tempos pretéritos. Essa afirmação pôde ser alcançada por meio das comparações, análises e interpretações das pinturas rupestres zoomorfas (Fig. 6). A exemplo disso, Almeida, Etchebehere e Rampaneli (2017) indicam que as datações dos vestígios paleontológicos do Blastocerus dichotomus (KINOSHITA et al., 2014), fauna representada em diversos registros rupestres do parque (CAMPOS e BUCO, 2021), permitiram concluir que a região em estudo, entre 20 e 25 mil A.P. era bem mais úmida do que o atual, com várzeas e áreas inundadas. Essa caracterização paeloambiental confere com os dados do paleoclima e da paleovegetação estudados por Santos (2007), que estabelece que, há 18.000 BP, inicia-se a retração das florestas úmidas.

Figura 6: Representação pictórica do "Veado Galheiro" em painel isolado na Toca do Paraquaio.



Fonte: Buco, 2012.

Em outros sítios arqueológicos localizados no atual território piauiense, encontramos também recorrência de representações fitomórficas, zoomórficas e biomórficas, o que reforça a hipótese de que tais elementos tinham certa importância para os antigos habitantes deste território, ao ponto dos mesmos os terem retratado em sua arte rupestre. A presença de cenas de humanos circundando árvores, interpretadas como rituais, nos dá a ideia de que os antigos povos dessas zonas nutriam uma relação de respeito e devoção às árvores e ao bioma nativo. A mesma relação de respeito, intimidade e sacralização pode ser percebida em cenas de interação entre homens e animais, em especial nas imagens que retratam biomorfos: homens com galhadas, homens alados, dentre outros similares.

Ao tratar dos registros ancestrais, de nossa cultura humana, no Brasil, não podemos deixar de nos lembrar dos saberes dos povos originários. Por esse motivo, contamos com o pensamento de uma das muitas populações étnicas do país, entre nós. Assim, vejamos...

Na Serra do Roncador existem registros das artes rupestres, ainda pouco estudadas em território indígena Xavante Pimentel Barbosa – Mato Grosso. Segundo conta a tradição dessa população indígena, é por meio do aprendizado com os pais e avós, que viveram nas gerações anteriores ao contato, que esses desenhos foram registrados da rotina dos ascendentes que viveram antes de nós.

Considerando finalmente...

Desde muito antes de 1500, os primeiros habitantes do país se preocupavam de alguma maneira em representar esses aspectos úteis à sua vida cotidiana, diferentemente do que tem ocorrido no momento atual, perpetrado por políticas públicas governamentais, onde observamos a destruição do meio ambiente, inúmeros animais, não-humanos, desaparecendo, e outras espécies de vida, sistematicamente, devastadas, destruídas, emudecidas.

O passado mais remoto seria exemplo, por meio de seus registros rupestres, de que os usuários desses saberes tinham outras formas de ver, agir e pensar. Outras condutas de vida eram possíveis, com outras formas de vida com as quais dividimos o planeta, nosso único e último refúgio.

Dar importância, reverenciar, registrar e, recorrentemente, espalhar os saberes que detinham relacionados ao meio ambiente ancestral é, sem dúvidas, o maior recado deixado pelas populações ancestrais que ocuparam as terras brasilis muito antes de 1500 para os atuais ocupantes. O PNSC tem a condição de ser repositório da memória da qual devemos nos valer.

Em muitas falas, Ailton Krenak debate acerca do termo humanidade; para ele, tal ideia foi construída e se instaurou em nosso meio como algo ou uma definição do que somos A HUMANIDADE, uma

espécie única e separada de todo o resto.

A emergência e a importância de perceber, debater e refletir sobre o meio-ambiente, e por meio deste criar um fazer, agir que movimente e nos leve de encontro com a sustentabilidade de uma existência em sintonia com esse que nos rodeia. A natureza da qual tanto somos dependentes e parte está de frente conosco a todo momento, persistindo, gritando e nos mostrando que, embora tão evoluídos e conhecedores, temos muito o que absorver.

Assim, há a necessidade de um olhar cuidadoso e humanizado, que faça emergir de nós o que de mais belo e potente existe em ser humano, em ser humanidade. Como ressalta Krenak (2020), "(...) fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. Tudo em que consigo pensar é natureza".

Nós somos a natureza, preservá-la não é cuidar de uma instância a parte, é nos cuidar. Que de tal modo seja... a partir do entendimento dos exemplos ancestrais, mudemos nossos modos de lidar com o meio ambiente.

Referências

ADOVASIO, J. M. e PAGE, J. **Os primeiros americanos.** Em busca do maior mistério da arqueologia. Rio de Janeiro: Record, 2011.

ALMEIDA, V. J. M. **Prováveis Significados Paleoambientais das Pinturas Rupestres Zoomorfas do Parque Nacional Serra da Capivara** – Pl. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Análise Geoambiental, Departamento de Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Análise Geoambiental, Universidade de Guarulhos - UNG, São Paulo, 2011.

ALMEIDA, V. J. R.; RAMPANELI, A. M.; ETCHEBEHERE, M. L. de C. **Ambientes pré-históricos: uma interpretação das pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara.** São Paulo: Prismas, 2017. 187 p.

BUCO, Cristiane; IGNÁCIO, Elaine & FIDALGO, Mafalda, 2010. Arquitectura, Concreta e Abstrata, da Pré-história ao período do contacto: Interpretação e comparação de algumas pinturas rupestres do P. N. Serra da Capivara com arquitectura indígena brasileira atual. IN GUIDON, Niede; BUCO, Cristiane & ABREU, Mila Simões de (Eds.), Global Rock Art – **Anais do Congresso de Arte Rupestre IFRAO** 2009. FUMDHAMentos IX, 4: 1285-1302. São Raimundo Nonato: Fundação Museu do Homem Americano.

BUCO, E. Turismo Arqueológico/Archaeological Tourism, Região do

Parque Nacional Serra da Capivara/Serra da Capivara National Park region. São Raimundo Nonato: FUMDHAM/Petrobras. 2013.

CAMPOS, Luana; BUCO, Cristiane de Andrade. As representações faunísticas na arte rupestre do Parque Nacional da Serra da Capivara, como indicadores de mudanças climáticas e resiliência. **PerCursos**, Florianópolis, v. 22, n.49, p. 171 - 197, maio/ago. 2021.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs) **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

FAGUNDES, Marcelo; BANDEIRA, Arkley Marques; GRECO, Wellington Santos. Paisagem e lugares: considerações sobre a arte rupestre do Sítio Sampaio, Felício dos Santos, Alto Araçuaí, Minas Gerais: uma análise interpretativa. **Caderno de Geografia**, v. 28, p. 746-768, 2018.

FELICE, G. D. 2002. A controvérsia sobre o sítio arqueológico Toca do Boqueirão da Pedra Furada, Piauí – Brasil. FUMDHAMentos II: 143-178.

FIGUEIREDO, Diva Maria Freire; LOPES, Myriam Bahia. Percepções da paisagem da Serra da Capivara-PI. **Paisagem e Ambiente**, v. 32, n. 48, p. e182681-e182681, 2021.

FYFE, William S. As ciências da terra e a sociedade: as necessidades para o século XXI. **Revista de Estudos Avançados.** São Paulo, v. 11, n. 30, 1997, Pp. 175-190.

GUIDON, N. 1984. L'art rupestre du Piauí dans le contexte sud américain. Une première proposition concernant méthodes et terminologie [Thèse de Doctorat d'Etat-es-Lettres], 5 vol., 1132p. Paris: Université de Paris I, Panthéon-Sorbonne.

GUIDON N., 1985. Unidades culturais da Tradição Nordeste na área arqueológica de São Raimundo Nonato. **Revista do Museu Paulista** (Nova Série), Vol. XXX: 115-145.

GUIDON, N. e DELIBRIAS, G. 1985. Inventaire des sites sud-américains antérieurs a 12 000 ans. **L'Anthropologie**, 89 (3): 385-408.

GUIDON, N. e DELIBRIAS, G. 1986. Carbon-14 dates point to man in the Americas 32.000 years ago. **Nature**, 321 (6072): 769-771.

GUIDON, N. e ARNAUD, B. 1991. The Chronology of the New World, Two Faces of One Reality. **World Archaeology**, 23 (2): 167-178.

GUIDON, N.; PESSIS, A-M.; PARENTI, F.; GUÉRIN, C.; PEYRE, E. & SANTOS, G. M. 2002. Pedra Furada, Brazil: paleoindians, painting and paradoxes. **Athena Review** (Peopling of the Americas), 3 (2): 42-52.

INGOLD, T. The temporality of the landscape. **World Archaeology**, v. 25, n. 2, p. 152-174, 1993.

JUSTAMAND, M.; COLLING, L.; OLIVEIRA, G. F. de; GOMES FILHO, A. dos S.; BELARMINO, V. da. S. Representações de relações sociais e sexuais entre pessoas do mesmo sexo nas cenas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara-Piauí. **Revista Nordestina de História do Brasil**, v. 1, p. 92-105, 2019.

KINOSHITA, A. SKINNER, A. R.; GUIDON, N.; IGNACIO, E.; FELICE, G. D.; BUCO, C.A.; TATUMI, S.; YEE, M.; FIGUEIREDO, A. M. G.; BAFFA, O. Dating human occupation at Toca do Serrote das Moendas, São Raimundo Nonato, Piauí – Brasil by eléctron spin resonance na opticalyy stimulated luminescence. **Journal of Human Evolution**, v.77, p. 187-195, 2014.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MOTA, Leidiana e SCHEEL-YBERT, Rita. Antracologia no Parque Nacional Serra da Capivara (Piauí-Brasil): primeiros dados sobre a Toca do Boqueirão da Pedra Furada e a Toca do Sítio do Meio. **Revista de Arqueologia**, v. 32, n. 2, p. 197-224, 2019.

ODUM, Eugene P. **Fundamentos de Ecologia.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

OLIVEIRA, Gabriel Frechiani de. Similaridades e diferenças no complexo estilístico Serra talhada da tradição nordeste de pinturas rupestres no Parque nacional Serra da Capivara-PI: um estudo de caso. Tese de Doutorado em Arqueologia. Laranjeiras: Universidade Federal de Sergipe, 2018.

PARENTI, F. Pedra Furada, **Archaeology of. Encyclopedia of Global Archaeology**, C. Smith (Ed.), New York, Springer Science. 2013. 10.1007/978-1-4419-0465-2

PARENTI, F. Le gisement quaternaire de la Pedra Furada (Piaui, Brésil). Stratigraphie, chronologie, évolution culturelle. 323p. Paris: Editions Recherches sur les Civilisations, Ministère des Affaires Étrangères, 2001.

RIBEIRO, L. M.R. Sobre pinturas, gravuras e pessoas: Ou os sentidos que se dá à arte rupestre. **Revista Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas**.

Ilhéus: UESC, v. 11-12, 157-182, 2009. Disponível em: https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/697>

RISSER, Paul G. Landscape Ecology: Does the Science Only Need to Change at the Margin?. In: KLOPATEK, Jeffrey M.; GARDNER, Robert H. (Eds.). Landscape Ecological Analysis: Issues and applications. New York: Springer, Cap. 1, 1999, Pp. 3-10.

SANTOS, J. C. O Quaternário do Parque Nacional Serra da Capivara e entorno, Piauí, Brasil: morfoestratigrafia, sedimentologia, geocronologia e paleoambientes. 171 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Geociências, Departamento de Centro de Tecnologia e Geociências, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2007.

TRONCOSO, A. M. Espacio y Poder. **Boletín de la Sociedad Chilena de Arqueología**, n. 32, p.10-23, 2001.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. 2ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

WORSTEN, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, pp. 198-215.

REPENSANDO A CADEIA OPERATÓRIA CERÂMICA: reflexões sobre o uso de materiais orgânicos e seus efeitos na cerâmica arqueológica

Letícia Ribeiro Ferreira da Silva¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo repensar a análise da cadeia operatória cerâmica a partir do uso de elementos orgânicos que permeiam, em diversos níveis, a produção da cerâmica arqueológica no Brasil. Os orgânicos recebem pouco ou nenhuma atenção nas análises técnicas e tipológicas. No entanto, eles podem estar presentes em diversas etapas da cadeia produtiva, influenciando direta ou indiretamente a estética e o desempenho dos utensílios. Neste artigo serão apresentadas ações e efeitos do uso de orgânicos em cada etapa da cadeia operatória. Os dados expostos são referenciados a partir de manuais de análise nacionais e internacionais, além de pesquisas de arqueologia experimental, registros etnográficos e etnohistóricos. A reflexão se dará à luz das teorias arqueológicas sociais tais como arqueologia comportamental e dos gestos.

Palavras-Chave: Cadeia operatória; Orgânicos; Estilo tecnológico; Gesto.

Abstract: This paper aims to rethink the chaîne opératoire approach of the ceramic from the use of organic elements that permeate, at different levels, the production of archaeological ceramics in Brazil. Organics receive little or no attention in technical and typological analyses. However, they can be present in different stages of the manufacture, directly or indirectly influencing the aesthetics and performance of the utensils. In this paper, actions and effects of the use of organics at each stage of the manufacture will be presented. The exposed data are referenced from national and international analysis manuals, in addition to experimental archeology research, ethnographic and ethno historical records. The reflection will be in the light of social archaeological theories such as behavioral and gesture archeology.

Keywords: Chaîne opératoire; Organics; Technological style; Gesture,

1 - Introdução

Neste artigo busco traçar uma reflexão sobre os diversos elementos

¹ Doutoranda em arqueologia no MAE/USP; Pesquisadora colaboradora da Fundação Araporã- e-mail : leticia.fundacao@gmail.com

orgânicos que permeiam a produção da cerâmica arqueológica. Para tanto, me apoio na cadeia operatória como conceito que tem regido os estudos de materialidade e a partir do qual busco compreender todas as etapas do processo produtivo, uso e descarte dos objetos.

Nas últimas décadas esse conceito passou por algumas adaptações, ganhando expressividade na arqueologia a partir de estudos desenvolvidos por Leroi-Gouhan (1973) com artefatos líticos. Mais do que a identificação dos modos de produção do passado, a cadeia operatória permite aos pesquisadores e pesquisadoras "dar vida ao objeto", enxergar as pessoas por trás dos artefatos (ROUX, 2019).

Nesse sentido, gosto de pensar que nós, arqueólogos e arqueólogas, que fazemos análises em laboratório, traçamos uma biografia dos objetos (KOPYTOFF, 2008; LAMBRECHT, VIANA DE SOUZA & RIBEIRO, 2018) com o objetivo de trazê-los de volta à vida, compreendendo sua função no passado e abrindo caminho para novos usos e apropriações no presente.

Além disso, no campo teórico, me apoio na chamada Arqueologia Comportamental, uma vertente que se preocupa com o comportamento humano e sua influência nos processos de formação do registro arqueológico. Para Schiffer e Skibo (1997), a produção material é sempre resultado de uma gama de escolhas que o/a artesão/ã realiza com base em suas experiências e criatividade. Na arqueologia, essas possibilidades de escolhas foram denominadas "matriz de correlatos". Assim, as escolhas podem ser orientadas por fatores culturais e/ou individuais.

Também o conceito de estilo tecnológico é bastante caro aos estudos de materialidade e muito contribui com a reflexão sobre os modos de produção material como expressão de identidades culturais, sejam elas realizadas de forma consciente ou não.

De acordo com Polly Wiessner (1983), o estilo tecnológico apresenta dois aspectos, a saber: estilo emblemático e estilo assertivo.

O estilo emblemático, também chamado de "tradicional" por La Salvia e Brochado (1989), se refere ao conjunto de características formais e estilísticas que podem estar relacionadas a aspectos sociais, podendo expressar uma identidade coletiva. Para La Salvia e Brochado (1989) o estilo emblemático (ou tradicional) consiste em aspectos (técnicas, formas, materiais) já consagrados pelo grupo e, por isso, são persistentes no tempo e no espaço. Porém, inovações podem ocasionar mudanças nesses padrões; seja por criatividade ou por erros no processo produtivo (WIESSNER, 1983), novos padrões podem ganhar espaço na indústria cerâmica de um determinado grupo.

Por outro lado, o estilo assertivo está relacionado às escolhas individuais, expressam a criatividade do/da artesão/ã em combinar técnicas e materiais para alcançar resultados que marquem sua identidade pessoal perante seus pares. Nesse sentido, um olhar atento sobre uma coleção arqueológica pode identificar traços e gestos que

indicam a ação de uma ou mais pessoas trabalhando em um mesmo recipiente (ver PANACHUK, 2021).

No Brasil as análises de artefatos cerâmicos a partir da cadeia operatória e do estilo tecnológico vem sendo adotadas em oposição à seriação, uma vez que estudos tecnológicos permitem interpretações acerca da produção, usos e funções dos objetos. Essa abordagem permite inferências acerca dos modos de vida do passado, sobretudo no que diz respeito a reflexões sobre os sistemas econômicos, dieta, mobilidade, entre outros.

Nesse artigo, me debruço sobre as etapas produtivas que compõem a cadeia operatória cerâmica a partir do uso de orgânicos. Para cada etapa apresentarei ações e efeitos desses elementos sobre os objetos.

2 - A cadeia operatória e o uso dos orgânicos

A análise cerâmica em laboratório se debruça sobre, ao menos, cinco etapas básicas do processo produtivo: o preparo da pasta, a construção do vasilhame, o acabamento/decoração, a queima e a finalização.

Em todas as etapas os elementos orgânicos podem estar presentes e materializam sua participação de diversas formas.

2.1 - Preparo da pasta

Essa etapa tem como objetivo controlar as propriedades da argila. A/O ceramista pode temperar a argila a sua maneira, adicionando elementos que a tornem mais ou menos modelável e de acordo com suas necessidades. No Brasil é recorrente o uso de fibras vegetais (cariapé) e espongiários (cauixi) em diversas indústrias cerâmicas, sobretudo na região Norte (ver os trabalhos de OLIVEIRA, 2016 e KATER, 2018) e Centro-Oeste (ver os trabalhos de WÜST, 1999 e ROBRAHN-

Figura 1: Borda cerâmica com cariapé em profusão. Sítio Arqueológico Cachoeira de Emas 1, acervo MAPA.



Foto: Fundação Araporã.

GONZALEZ, 1996). No caso do cariapé, esse tempero é identificado ainda em alguns setores da região Sudeste (MORAES, 2007).

O uso de elementos orgânicos na pasta causa efeitos bastante específicos, resultando em uma pasta porosa (não raro algumas espículas de cariapé ou cauixi desaparecem no processo de queima) e de baixa densidade, resultando em recipientes leves. As espículas podem assumir diversas dimensões, a depender de seu processamento, mas é

comum que sejam identificadas a olho nu (Figura 1).

2.2 - Produção (estruturação da Vasilha)

Na cerâmica arqueológica (indígena ou de produção local/ regional) a construção de vasilhas por meio da sobreposição de anéis de argila (técnica reconhecida como acordelado ou roletado) é bastante recorrente. A aderência e/ou junção dos roletes estruturais pode ser otimizada com estratégias tecnológicas simples, como a realização de incisões nos roletes para melhorar sua aderência e diminuir os riscos de quebra. Essas incisões podem ser realizadas com palitos de madeira, ossos ou espinhos. Moraes (2007) em análise ao conjunto cerâmico do sítio Cachoeira de Emas 2² apresentou sete peças com linha incisa identificada no cumprimento do rolete. Segundo a autora, essas peças foram identificadas na mesma área do sítio, podendo estar associadas a atuação de um/uma ceramista em específico.

Os orgânicos podem ser utilizados ainda como suportes e apoios para a produção dos roletes ou como base de apoio para a vasilha, impedindo seu contato com areia (Figura 2). Tais suportes podem ser de madeira ou esteiras de fibra vegetal trançada. Indícios do uso de suportes podem ser uma base levemente aplainada ou ainda, no caso de esteiras, nota-se um efeito texturizado na base em sua face externa (Figura 3). As impressões de cestaria têm sido consideradas como um aspecto decorativo nas vasilhas, ou seja, um ato intencional, carregado de senso estético de quem o produz.

Figura 2: Indígena Assurini utiliza madeiras como base de apoio em diversas etapas da construção da vasilha.





Foto: Fabiola A. Silva, 2000, pp. 63-63

²Sítio arqueológico identificado no distrito de Cachoeira de Emas, município de Pirassununga (SP) por Zanettini Arqueologia em atividades de licenciamento para construção de Ponte de Concreto.

Figuras 3: Fragmento de base com impressão de cestaria na face externa. Coleção sítio Pitangueiras II. Acervo MAPA.



Foto: Fundação Araporã.

2.3 - Acabamentos e Decorações

Instrumentos orgânicos são frequentemente utilizados na etapa de acabamento e/ou decoração da superfície das vasilhas. As ações podem acontecer de diversas maneiras e provocam múltiplos efeitos. Neste tópico organizo as técnicas de acabamento e decoração considerando a secagem da vasilha como marco de referência para a aplicação das técnicas. Assim, acabamentos plásticos são realizados antes da secagem, quando ela se encontra em "ponto de couro", ao passo que acabamentos cromáticos são realizados após a secagem. Cumpre informar que as técnicas de acabamento precedem a queima³.

Os tratamentos plásticos podem ser resultado de ações executadas com o auxílio de inúmeros objetos. Tratam-se de ações realizadas com a argila ainda úmida, provocando modificações tridimensionais na superfície da vasilha (LA SALVIA & BROCHADO, 1989, p. 35). A forma de utilização e a posição do instrumento podem resultar em efeitos diferenciados (LA SALVIA & BROCHADO, 1989, p. 42). Apresento na Tabela 1 alguns exemplos de instrumentos e seus efeitos na superfície das vasilhas.

³ Existem pesquisas etnográficas que relatam a pintura de vasilhas após a queima. Esse é o caso, por exemplo, da cerámica etnográfica Assurini (SILVA, 2000). No entanto, manuais de análise (LA SALVIA & BROCHADO, 1989; JÁCOME, 2006) e de experimentação (PANACHUK, 2021) demonstram que a pintura na cerâmica arqueológica precede a queima, e que esta tem papel fundamental na fixação dos pigmentos na superfície da vasilha.

Tabela 1. Técnicas de acabamento e decoração plástica - instrumentos, ação e efeitos

Instrumento	Ação	Efeito		
Espátula de madeira	Pressão	Corrugado-espatulado		
Pseudo-ungulado				
Nodulado				
Sabugo de Milho	Fricção	Escovado		
Estriado				
Estocado				
Sementes, Favas, Couro	Fricção	Alisado		
Polido				
Gravetos, Espinhos, Ossos	Pressão arrastada	Inciso		
Gravetos, Espinhos, Ossos	Pressão pontual	Ponteado		

Fonte: A autora.

O uso de espátulas de madeira para "costurar" os anéis antes da finalização é bastante comum. Em alguns casos essa ação precede o alisamento final, em outros, ela mesma cumpre o papel de acabamento. O efeito texturizado provocado pela pressão exercida com auxílio de espátulas pode ser identificado pelos termos corrugado-espatulado, imbricado (LA SALVIA & BROCHADO, 1989) ou pseudo-ungulado (JÁCOME et al, 2003). Cumpre informar, que essa "costura" também pode ser realizada com a poupa dos dedos. No entanto, o uso de espátulas pode ser identificado mediante a análise do comprimento e profundidade os sulcos. O uso de espátulas provoca sulcos mais alongados e profundos (Figura 4).

Figura 4: À esquerda: aplicação de teste experimental para produzir o efeito corrugadoespatulado (Foto: Di Baco, 2012, p. 170); À direita: Recipiente cerâmico com corrugadoespatulado da Coleção Museu Histórico e Pedagógico "Voluntários da Pátria". Acervo MAPA.





Foto: Fundação Araporã.

O alisamento, ele próprio, poderia ser realizado com ajuda de elementos orgânicos, tais como sementes ou favas silvestres⁴ (Figura 5). Para Panachuk (2021) o couro também pode ser utilizado para se alcançar um efeito mais refinado da superfície. Nesse caso, o polimento com o couro seria aplicado após o alisamento inicial realizado com seixo de rio. Em contextos atuais, Amaral (2012) relata o uso de madeiras no alisamento, denominados pelas ceramistas do sertão de Pernambuco como "pau de alisar", confeccionados a partir de árvores do cerrado, como o marmeleiro.

Typen, letter mengene vine in Negre (vin).

Figura 5: Alisamento de superfície realizado com semente de inajá em São Joaquim do Ayari, Terra Indígena Alto Rio Negro (AM).

Foto: Natália Pimenta | ISA⁵

Após o alisamento, novas ações poderiam ser aplicadas sobre a superfície. Os sabugos de milho, por exemplo, eram (e ainda são) utilizados para provocar o efeito "escovado", descrito por Chmyz (1976, p.13) como uma "técnica de decoração exterior que consiste em passar um instrumento com pontas múltiplas, que deixa sulcos bem visíveis nas superfícies, guardando certo paralelismo entre si" (Figura 6).

Essa hipótese vem da análise realizada do vocábulo curuguây, registrado e traduzido por Montoya como "unas habas silvestres gruessas com que alisan la loza" (MONTOYA, 1978 apud LA SALVIA & BROCHADO 1989, p. 125). O Padre jesuita Antônio Ruiz Montoya conviveu com os Guarani no atual território paraguaio e registrou vocábulos que posteriormente auxiliaram La Salvia e Brochado (1989) a identificar usos e funções dos recipientes cerâmicos, além de trazer à baila aspectos de referência para os estudos da cadeia operatória cerâmica.

⁵ Imagem disponível em: < https://ciclovivo.com.br/arq-urb/design/livros-revelam-artefemining-ancestral-de-ceramicas-indiaenas/>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

Figura 6: À esquerda, registro de ceramista friccionando sabugo de milho sobre a superfície de um pote; À direita: Fragmento de corpo de vasilha com escovado. Coleção Maurício Correa Dias. Acervo MAPA.





Foto: Ana Araújo⁶

Foto: Fundação Araporã.

O uso de objetos pontiagudos, como espinhos, ossos e gravetos, podem resultar em diferentes efeitos, a depender do gesto do/a ceramista. A incisão e o ponteado são bons exemplos dessa afirmativa. A pressão de um objeto pontiagudo (espinhos, ossos) sobre a superfície da vasilha causa efeito linear quando arrastado (incisão) e ponteado quando a força é aplicada em um único ponto (Figura 7).

A incisão pode ser caracterizada por sulcos superficiais com dimensões variáveis, a depender do instrumento utilizado e da resistência da superfície no momento da operação (CHMYZ, 1976). As incisões podem formar padrões gráficos (Figura 8) ou serem aplicadas isoladamente.

Figura 7: Vasilha com padrão gráfico produzido a partir de incisões. Sítio Arqueológico Pernilongo, acervo Museu de Arqueologia de Iepê.



Foto Faccio, 2011, p. 195.

⁶ Imagem disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/31/album/1527780124 810341.html#foto gal 2. >Acesso em: 07 de outubro de 2022.

Figura 8: Fragmento cerâmico com decoração ponteada. Sítio Pitangueiras 1. Acervo MAPA.

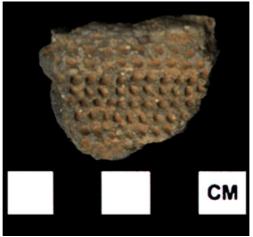


Foto: Fundação Araporã.

No caso dos acabamentos cromáticos, os orgânicos podem ser utilizados para aplicação de engobos e pinturas ou ainda como apoio para orientar os traços do/a ceramista. Apresento na Tabela 2 algumas possibilidades de instrumentos e seus usos em tratamentos cromáticos.

Tabela 2: Técnicas de acabamento e decoração cromática – instrumentos, ação e efeito.

Instrumento	Ação	Efeito			
Pincel (cerdas de pelo, fibras ou penas)	Aplicação de motivos	Desenhos com linhas/ pontos/faixas			
Madeira	Orientação de pincel/ pena	Desenho com linhas retas			
Algodão	Aplicação de engobo	Cobertura total ou cessão da vasilha			
Couro	Aplicação de engobo	Cobertura total ou cessão da vasilha			

Fonte: A autora.

Os engobos consistem na aplicação de uma camada de barro com pigmentos minerais, com o objetivo de cobrir uma área extensa da superfície da vasilha. Eles podem cumprir duas funções práticas: preparar a superfície para o recebimento de grafismos e/ou melhorar a impermeabilidade da vasilha (Figura 9). Sua aplicação pode ser realizada com as mãos ou com o auxílio de instrumentos macios, tais como algodão (PANACHUK, 2021).

Figura 9: À esquerda: Ceramista Assurini aplica pigmento sobre superfície de vasilha com apoio de chumaço de algodão; à direita: Vasilha cerâmica com engobo vermelho aplicado à superfície externa e branco aplicado à superfície interna. Acervo Santuário Nacional de Aparecida.





Foto: Silva, 2000, p. 71.

Foto: Letícia Ribeiro.

Os grafismos, por sua vez, necessitam de instrumentos macios ou pontiagudos, a depender do efeito que se pretende. Segundo La Salvia & Brochado (1989, p. 101) os pincéis podem ser produzidos a partir de pelos, penas ou ainda de madeira amaciada. Sobre os pincéis de penas, em específico, Panachuk (2021, p. 165) coloca as possibilidades de uso de sua parte dura (caniço) ou da parte macia.

Além disso, em alguns casos, quando se pretende produzir linhas retas, o/a ceramista pode utilizar suportes/apoios para o pincel. Nesses casos, uma madeira assume a função de uma régua. Uma análise pormenorizada pode identificar borrões e descontinuidades nos traços. Esses pequenos erros nos ajudam a identificar técnicas, instrumentos e ferramentas (Figura 11).



Figura 10: Ceramista Assurini aplica desenhos com pincel feito de pena

Foto: Silva, 2000, p. 72.

Figura 11: Fragmento cerâmico com pintura em linhas retas precisas com pontos de desencontros. Acervo sítio Lagoa Damascena I (Mulungu do Morro, BA).

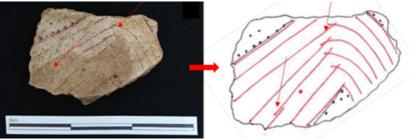


Foto: Zanettini Arqueologia.

2.4 - Queima

A queima consiste em uma das etapas finais no processo de confecção cerâmica. Ela transforma a argila em cerâmica e confere resistência à vasilha (GASPAR, 2014).

Entre as cerâmicas indígenas, sobretudo a pré-colonial, as queimas em fogueiras a céu aberto ou em covas são as mais comuns. Observando contextos mais recentes (a partir do século XX), as queimas em fornos artesanais (de alvenaria ou de barro) passam a ser adotados, sobretudo na produção não-indígena desenvolvidas com foco em uma produção de mercado.

Panachuck (2021) exemplifica algumas técnicas de queima e ressalta que não é raro entre ceramistas indígenas realizar a queima em etapas. A seleção das madeiras (combustível) é muito importante e pode desempenhar funções diferentes. Assim, a queima de madeiras verdes resulta na produção de fumaça em profusão. Essa ação facilita a secagem da argila antes da queima final, que deve ser realizada com madeira e folhas secas.

2.5 - Finalização

A finalização é uma etapa que sucede a queima. Importante lembrarmos que ela nem sempre se faz presente. Dentro das possibilidades de finalização temos a impermeabilização, realizada com a aplicação de cera de abelha ou de resinas vegetais (PANACHUK, 2021). Independente do material, a impermeabilização é realizada com a peça ainda quente, o que exige cuidado e proteção para as mãos, assim, com "o produto previamente derretido, é possível aplicálo em um tecido que atua na aplicação do verniz ao mesmo tempo em que protege as mãos" (PANACHUK, 2021, 78).

Além de impermeabilizar as vasilhas, as ceras poderiam ser usadas ainda para realizar reparos de pequenas fendas e/ou rachaduras ocasionadas pela queima (MANIZER, 2006 [1914] apud RODRIGUES, 2007).

A impermeabilização pode ser realizada também pela técnica da brunidura, uma espécie de polimento associado à fuligem conferindo um aspecto brilhoso e com manchas escuras na superfície da vasilha. De acordo com Panachuk (2021, p. 64) "a inserção da fuligem cria uma película que impermeabiliza a cerâmica, diminuindo a porosidade da peça e modificando a cor em superfície".

Entre os povos Jê do Sul (Kaingang e Xokleng), o esfumaçamento da cerâmica cumpre papel estético e de marcador étnico (RODRIGUES, 2007; PARELLADA, 2008). Em experiência etnográfica Tom Miller registra o momento em que uma ceramista Kaingang finaliza sua cerâmica (Figura 13).

Com isso, D. Candire considerou a cocção satisfatoriamente levada a cabo. Preparou um monte de palha de milho e, retirando o vaso com uma pinça de madeira, de fabricação própria, o colocou na palha – praticamente o mergulhou na palha – e começou a girá-lo. Uma nuvem de fumaça preta envolveu a peça, penetrando nas paredes (MILLER, 1978, p. 11).

Figura 12: Ceramista Kaingang, D. Candire, finaliza suas cerâmicas com a técnica do esfumaçamento (ou brunidura).



Foto: Tom Miller, 1978.

Algumas considerações

A ideia ao iniciar este artigo era propor uma reflexão acerca da cadeia operatória cerâmica e o uso de perecíveis em todas as etapas. Isso porque, ao analisar uma coleção, nem sempre nos atentamos aos processos, às ferramentas, às técnicas e a tantas outras variáveis que permeiam a prática oleira e que deixam suas marcas em peças que hoje reconhecemos como "arqueológicas".

Ao procurar os orgânicos, me vi diante da necessidade de revisitar manuais já conhecidos e a procurar novas referências. Me deparei com uma infinidade de possibilidades de uso de orgânicos e seus efeitos nos objetos. Quanto mais referências eu buscava, mais se ampliava o leque de possibilidades. Tentei sintetizar aqui algumas possibilidades a partir das experiências que somei ao logo de mais de uma década de trabalho em laboratório.

Diante das possibilidades produtivas aqui descritas, concluo que os manuais de análise são bibliografia básica para quem pretende analisar coleções arqueológicas. No entanto, a experimentação e a experiência etnográfica são imprescindíveis para que possamos identificar nos objetos os traços indicativos de expressões individuais e coletivas.

Referências

AMARAL, D. M. Loiça de Barro do Agreste: um estudo etnoarqueológico de cerâmica histórica pernambucana. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2012.

CHMYZ, I. **Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica.** Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1976.

DI BACO, H. M. **Arqueologia Guarani e Experimental no Baixo Paranapanema Paulista**: o estudo dos sítios arqueológicos Lagoa Seca, Pernilongo, Aguinha e Ragil II. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2012.

FACCIO, N. B. **Arqueologia Guarani na área do Projeto Paranapanema: estudos dos sítios de Iepê, SP**. Relatório de Livre-docência. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2011.

GASPAR, M. V. **A cerâmica arqueológica na Terra Indígena Kaiabi (MT/PA)**. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. 2014.

JÁCOME, C. P. Ayquatiá da Yapepó: Estudo dos Materiais Utilizados

na Cerâmica Pintada Tupiguarani de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Escola de Belas Artes – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

KATER, T. **O sítio Teotônio e as reminiscências de uma longa história indígena no alto Rio Madeira.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe. Laranjeiras, 2018.

KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, ARJUN. **A vida social das coisas.** Niterói: EDUFF, 2008.

LAMBRECHT, H. F.; VIANA DE SOUZA, D. M.; RIBEIRO, D. L. (2018). Alma e biografia dos objetos como formas de avivamento de coleções em museus. Disponível em< https://www.eumed.net/rev/cccss/2018/09/alma-biografia-museus.html.>.

LA SALVIA, F. BROCHADO, J. P. Cerâmica Guarani. **Posenato Arte & Cultura.** Porto Alegre, 1989.

LEROI-GOURHAN, A. **Evolution ET Techniques II** – Milieu et Techniques. 2 edition. Albin Michel. Paris, 1973.

MILLER, T. O. **Tecnologia Cerâmica dos Kaingang Paulista.** Acervo do Museu Paranaense, Curitiba, N.S. Etnologia 2, 1978.

MORAES, C. A. **Arqueologia Tupi no Nordeste de São Paulo: um estudo de variabilidade artefatual.** Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2007

OLIVEIRA, E. **Potes que Encantam**: estilo e agência na cerâmica policroma na Amazônia Central. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016.

PANACHUK, L. **Gestando potes e pessoas**: a cerâmica como processo de aprendizagem do sensível e concreto. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021.

PARELLADA, C. I. Tecnologia e Estética da Cerâmica Itararé-Taquara no Paraná: dados etno-históricos e o acervo do Museu Paranaense. **Revista de Arqueologia**, 21: 97-111, 2008.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. **A ocupação ceramista pré-colonial do Brasil Central**: origens e desenvolvimento. Tese de Doutorado. FFLCH/USP. São Paulo, 1996.

RODRIGUES, R. A. **Os caçadores-ceramistas do sertão paulista**: um estudo etnoarqueológico das populações Kaingang no vale do rio Feio/Aguapeí. Tese de Doutorado MAE/USP. São Paulo, 2007.

ROUX, V. Ceramics and Society: A Technological Approach to Archaeological Assemblages. Springer. 2019.

SCHIFFER, M. B. **Behavioral archaeology**: principles and practices. Equinox. London, 2010.

SCHIFFER, M. B. & SKIBO, J. M. **The explanation of artifact variability**. American Antiquity, 1997.

SILVA, F. A. **As tecnologias e seus significados**: um estudo da cerâmica dos Assurini do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica. Tese de Doutorado. FFLCH/USP. São Paulo, 2000.

WIESSNER, P. Style and social information in Kalahari San projectile points. **American Antiquity**, v. 48, n. 2, 1983.

WÜST, I. Etnicidade e tradições ceramistas: algumas reflexões a partir das antigas aldeias Bororo do Mato Grosso. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 3, p. 303-317, 1999. (Suplemento).

ZANETINI ARQUEOLOGIA. PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO LINHA DE TRANSMISSÃO 230kV - PARQUE EÓLICO VENTOS DA BAHIA SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO. Relatório Final. Volume I. Municípios de Mulungu do Morro e Cafarnaum, Estado da Bahia. São Paulo, 2018.

COMPLEXIDADE ARQUEOLÓGICA E INTERAÇÕES CULTURAIS NO VALE DO RIO MOGI-GUAÇU Giovanna Bordonal Gobesso¹ e Marcel Mano²

Resumo: O artigo apresenta dados de pesquisa desenvolvida com apoio do CNPa e seu objetivo é o estudo dos vestígios arqueológicos referentes às ocupações indígenas do vale do rio Mogi-Guaçu no centro norte paulista, notadamente a região onde hoje se encontra o município de Pirassununga. A partir de diversas referências o artigo problematiza uma suposta homogeneidade dessas ocupações, associadas acriticamente à tradição Tupi-Guarani. Em seu lugar, os dados parecem indicar essa área como uma fronteira porosa onde entraram em contato e interação grupos que podem ser associados arqueologicamente a diferentes tradições. Em conformidade com estudos da etnohistória, o material arqueológico de sítios complexos e o mapeamento de diversas ocupações indicam que o vale do Mogi-Guaçu foi ocupado por povos etnologicamente associados aos Tupi ou Guarani e aos Jê centrais e meridionais que mantiveram ao longo do tempo trocas e circulação de bens, pessoas, técnicas e conhecimentos

Palavras-Chave: Fronteiras culturais; Ocupações indígenas; Rio Mogi-Guaçu.

Abstract: This article presents researchedatas, developed with the support from the CNPq foundation, about the archeological elements off the indigenous occupations found in the the Mogi Guaçu river valley, located on the north region of São Paulo's state, wherethe city of Pirassununga relays. Based on innumerable references, this article has the intention to problematize the so called "homogeneity" of theses occupations that have been associated uncritically to the Tupiguarari tradition. After all, the datasseens to indicate this area as a porous border where contact has been stablished and where groups from differents archeological traditions have interacted. In accordance with the ethnohistorical studies, the archeological materials from complex sites and the mapping off several occupations indicated that indigenous people ethnologically associated to the Tupi or Guarani and the Southern and Central Jê occupied the Mogi Guaçu's valley and

² Graduada em História – UFU – e-mail: giovanna.gobesso@gmail.com

²INCIS-UFU – e-mail marcelmano@ufu.br

kept over time relations of trade and assets circulation such aspeople, technics and knowledge.

Keywords: Cultural boundaries; Indigenous occupations; Mogi Guaçuriver.

1 - Introdução

Quando Varnhagen (1877) escreveu a sua ode ao império brasileiro A História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal, exaltou a importância da chegada do elemento branco/ português nessa terra desolada cheia de seres sem almas cuja barbárie e o atraso seriam dignos somente de um estudo etnográfico. Desde essa breve descrição ao menos dois estigmas foram lançados: um sobre os povos nativos no Brasil, vistos como sem história, e outro sobre as pesquisas que abordavam esses povos. No início do século XX, com a difusão das pesquisas do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), diversos trabalhos de cunho antropológico, historiográfico e etnográfico foram iniciados; porém suas abordagens a respeito dos grupos indígenas não passavam de caracterizações superficiais sem aprofundamento algum acerca de suas culturas e línguas, retratandoos, em conformidade com o primeiro estigma acima mencionado, como povos preguiçosos e pagãos que não serviram nem para a escravização nem para a categuese. Com o desenvolvimento acadêmico da etnologia, o conhecimento sobre os povos indígenas avolumou-se consideravelmente; mas influenciados pelo funcionalismo e estruturalismo, esses trabalhos desvenderam as lógicas internas mas neutralizaram o uso da história.

A partir da década de 1970, uma onda francesa de pesquisadores historiográficos denominados Annales passam a adotar outros tipos de fontes, além do próprio documento escrito, como forma de permear diversas áreas e principalmente compreender os movimentos de várias culturas que existiram e existem. No Brasil, esse movimento se espalhou e foi impulsionador de diferentes rumos para as áreas da historiografia, antropologia e etnografia. Desse modo, linhas de pensamento como as de John Monteiro, João Pacheco de Oliveria, Manuela Carneiro da Cunha, Viveiros de Castro, Ana Roosevelt, Niéde Guidon, entre outros, foram alaumas das que deram forma para esse outro modo de interpretar e analisar os grupos étnicos nativos do Brasil a partir de uma perspectiva histórica. Junto dessas novas perspectivas de avancos acadêmicos, o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) passa a desenvolver e estruturar os modelos que serviriam de base para classificar vestígios arqueológicos como pertencentes a este ou aquele grupo.

Porém, como essas abordagens podem modificar narrativas densamente arraigadas que residem no subconsciente da população brasileira? As típicas "narrativas oficiais" que muitas vezes levam a denominação de "história natural" em diversos municípios tendem

a sistematizar e escolher o que, para eles, seria o mais importante dentro de suas formações. Entretanto, nesse processo memórias são apagadas, principalmente aquelas que, para a senso comum, não contribuíram para a formação de sua cidade de uma maneira positiva. Um grande exemplo disso ocorre nas cidades do interior que foram alvo das diversas ondas migratórias europeias e asiáticas durante os séculos XIX e XX; estas, em específico, homenageiam sua herança caucasiana e oriental, apagando de seus registros tudo que estaria relacionado aos habitantes originais do local. Nesse sentido, a expectativa por trás dessa leva diferenciada de pesquisas sobre a temática indígena proporcionou, mesmo que em pequenas doses, algumas modificações naquilo que era estereotipado como o indígena brasileiro.

Figura 1: Capitanias de São Paulo e Minas Gerais no séc.



Fonte: GODOY, Manuel P. Contribuição natural e geral para a história de Pirassununga,v.2–Brasil:São Paulo,1975,p.12

Tendo isso em mente. focaremos agora em um pequeno município do interior paulista cujo próprio nome em si evoca ancestralidade indígena da reaião. Pirassununga³ se tornou município do estado de São Paulo em 1823. mas tem seu território conhecido desde o século XVIII pelas diversas campanhas bandeirantes aparecendo em mapas da corte portuguesa com nome de "Caxoeyra Pirassununga" (Figura 1).

Este município tem como principal fonte de narrativas dois tomos escritos pelo pesquisador e biólogo Manuel Pereira de Godoy, denominados Contribuição para

³ Na língua tupi, significa "local onde o peixe ronca", recebendo esta denominação devido aos infames curimbatás, peixes que, ao descerem pelo curso do Rio Mogi-Guaçu, emitem um som parecido com um ronco.

a história natural e geral de Pirassununga. Neste trabalho Godoy⁴ dedicou um grande espaço aos achados arqueológicos e às investigações que ele mesmo realizou acerca dos vestígios materiais indígenas da região. Além de criar diversos croquis dos vestígios encontrados, Godoy passou a manter em sua própria residência um museu com estes materiais, apontando sua datação e trazendo um pouco das características que eles englobam. No entanto, mesmo com todas as investidas deste pesquisador e de outras pesquisas que serão citadas adiante, o município continua a apagar ou simplesmente ignorar a memória dos povos indígenas que habitaram a região.

1 - Pirassununga (SP) e sua complexidade arqueológica

Situado na reaião nordeste do estado de São Paulo, o município de Pirassununga tem sido palco de uma grande incógnita arqueológica. Pesquisas feitas na cidade pelo então biólogo Manuel Pereira de Godoy (1974) resultaram na descoberta de cerca de cinco sítios arqueológicos ceramistas (Figura 2) que traziam à tona a ancestralidade indígena da região. Todos os vestígios encontrados foram estudados por Godoy e publicados em seus dois tomos sobre a história do município denominados Contribuição para a história natural e geral de Pirassununga. Desde então, seguindo o trabalho deste pesquisador sabia-se que "Os primeiros humanos foram, provavelmente, índios da grande família Tupi-Guarani, que aqui chegaram por volta de 1625 e aqui permaneceram até o ano de 1880 (cerca de 255 anos de ocupação)." (GODOY, 1974, p. 149). Ainda de acordo com este autor, a zona de ocupação desses grupos teria sido as áreas dos atuais municípios de Rio Claro, Pirassununga, Porto Ferreira, Mogi Mirim e Mogi-Guaçu, iniciando a ocupação em Piracicaba, pois os vestígios encontrados nessas regiões possuíam grande semelhanca.

Baseando-se em fontes orais e arqueológicas, Godoy (1974) criou amplo material para a região, cujos vestígios consistiam em peças de cerâmica (Figura 3), materiais líticos, cachimbos, pilões, pontas de flecha que foram reunidos em coleções, sendo doadas para alguns museus ou fazendo parte do museu particular que o próprio Godoy (1974) mantinha em sua residência.

Durante a construção de uma nova ponte de concreto para a SP- 201, cruzando o Rio Mogi-Guaçu próximo ao distrito de Cachoeira de Emas, em Pirassununga, foi realizado um trabalho de resgate arqueológico pela empresa Zanettini Arqueologia (2006), proporcionando a descoberta de novos sítios arqueológicos ceramistas

^{*} Publicados respectivamente entre 1974 (tomo I) e 1975 (tomo II), os livros de Godoy são frutos de uma longa pesquisa que foi iniciada na década de 1940 sobre a fauna e flora da região de Pirassununga. No entanto, com a descoberta dos sítios arqueológicos às margens do Rio Mogi Guaçu, este passa a coletar um compilado de informações de cartórios e documentos históricos para idealizar o que seria uma "história natural"do município.

na região. Utilizando uma parte deste trabalho em sua dissertação de mestrado, a Prof.ª Dra. Camila Azevedo Moraes (2007) aborda questões sobre dois sítios arqueológicos encontrados que aparentemente apresentavam características distintas. Moraes percebeu que, enquanto o sítio arqueológico "Cachoeira de Emas II" corroborava com as hipóteses já demonstradas pela pesquisa de Godoy (1974), trazendo artefatos ligados à tradição Tupi-Guarani o sítio arqueológico "Cachoeira de Emas I" apresentava vestígios difusos; ou seja, havia características associadas a outra tradição arqueológica que não a Tupi-Guarani.



Figura 2: Achados arqueológicos.

Tig.119-Município de Pirassumunga com as localizações principais da ocupação Tupi-Guarani entre + on - 1625 e + on - 1880, conforme or achados arqueológicos.

Fonte: GODOY, Manuel Pereira de. Contribuição para a história natural e geral de Pirassununga. Município de Pirassununga – S. Paulo – Brasil., 1974, P. 154

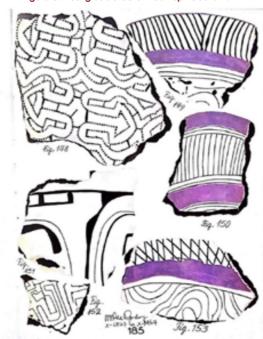


Figura 3: Vestígios da cerâmica Tupi-Guarani.

Fonte: GODOY, Manuel Pereira de. Contribuição para a história natural e geral de Pirassununga. Município de Pirassununga – S. Paulo – Brasil. 1974, p. 185.

Neste sentido, a pesquisadora aponta, no relatório final do programa de resgate feito com a empresa Zanettini Arqueologia (2006), que os materiais encontrados no sítio arqueológico "Cachoeira de Emas I" apresentavam "(...) características estilísticas bastante diferenciadas da cerâmica relacionada aos povos Tupi (...)" e que "A maior parte dos fragmentos é lisa, sem decoração, com superfícies pardas, marrons e escuras, por vezes brunidas." (MORAES & ZANETTINI, 2006, p. 42). A partir dessa descoberta, o sítio arqueológico foi tecnicamente classificado como "complexo", pois além de apresentar vestígios arqueológicos da tradição Tupi-Guarani já aclamada na região, os dados difusos não eram numericamente significantes para realmente classificar essa nova cerâmica encontrada como ligada a outra tradição arqueológica.

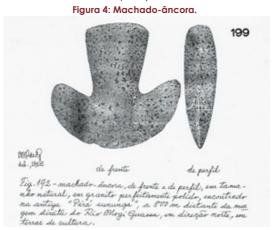
No entanto, no caso de Pirassununga (SP), já havia evidências, mesmo que sutis, de relações de contato entre tradições e grupos diferentes. A primeira evidência já aparece com o trabalho pioneiro desenvolvido na região. Godoy (1974) cataloga entre seus achados arqueológicos o que seria denominado como um "machado-âncora" ou "semi-lunar" (Figura 4), e isto fez com que o pesquisador dedicasse algumas páginas do seu trabalho, criando hipóteses sobre o que um

material tipicamente ligado aos povos Jê estaria fazendo num local que ele tão bravamente estava classificando como habitado pelos Tupi-Guarani.

Como os achados cerâmicos e de pintura, a nomenclatura herdada de plantas, de animais e de locais geográficos, referentes a Pirassununga, pertencem a cultura Tupi-Guarani, o encontro de tais machados-âncora, no mesmo nível dos achados citados acima, nos faz pensar em três possibilidades: 1ª – existiu no local e proximidade da antiga "Pirásununga", antes da ocupação Tupi-Guarani, que ocorreu a partir de mais ou menos, 1625, uma ocupação cultural 'Gê'; 2ª – os Tupi-Guarani locais obtiveram tais machados-âncora através de intercâmbio com tribos 'Gê'; 3ª – os Tupi-Guarani locais obtiveram tais machados-âncora como troféus, após combates com índios 'Gê'." (GODOY, 1974, p. 198)

Sabendo que as cerâmicas pintadas, e os outros artefatos catalogados por Godoy (1974) se situavam no mesmo nível arqueológico em que o machado semi-lunar foi encontrado, podemos chegar à conclusão de que o machado coexistia temporalmente e era utilizado pelos Tupi-Guarani que habitaram a região, segundo Godoy (1974), a partir de 1625. Corroborando com esta hipótese temporal, a datação feita dos materiais arqueológicos encontrados durante o resgate feito pela empresa Zanettini Arqueologia (2006) apontava que

O sítio 'Cachoeira de Emas I' apresentou datação de 510+70 anos antes do presente (Amostra de LVD 1657) enquanto o sítio 'Cachoeira de Emas II' apresentou a datação de 450+60 anos (Amostra LVD 1658), evidenciando uma possível situação de interação cultural entre grupos ceramistas diferenciados. (ZANETIINI & MORAES, 2006, p. 71)



Fonte: GODOY, Manuel Pereira de. Contribuição para a história natural e geral de Pirassununga. Município de Pirassununga – S. Paulo – Brasil, 1974, p. 199. Visando, portanto, a ideia de interação cultural, não podemos saber ao certo se ele esteve nas mãos dos Tupi-Guarani que habitaram a região entre os séculos XVII-XIX ou se ele é fruto de diversos contatos entre os povos da região central do Brasil, principalmente os Jê que durante o período estavam se movimentando pelo centro-norte paulista.

A segunda evidência aparece como um breve adendo no livro de Prous (1992) sobre a *Arqueologia Brasileira* ao ressaltar uma curiosidade a respeito da região de Pirassununga (SP):

No estado de São Paulo só se conhece a presença de uma cerâmica aparentada, assinalada por Pereira Jr. É talvez em razão dessa expansão para o sul dos portadores da cerâmica Aratu que pode ser encontrada perto de Pirassununga (SP), o coqueiro babaçu (Orbgnyamartiana), cujo habitat é o Brasil central e nordestino. Para Feri, sementes teriam sido trazidas por indígenas durantes duas migrações. (PROUS, 1992, p. 358)

Segundo o autor, a presenca desta palmeira no local seria fruto de migrações indígenas que teriam saído da região do Brasil central. Pesquisando um pouco mais sobre o coqueiro babacu, chega-se à conclusão de que essa hipótese é válida, pois, segundo Ferreira (2011), em seu texto sobre O total aproveitamento do Coco Babacu (Orbignya oleífera), "(...) a palmeira do coco babaçu é de origem brasileira, encontrada na região amazônica e mata atlântica do estado da Bahia, sendo uma planta nativa da região de transição entre o cerrado, a mata atlântica e o semiárido nordestino brasileiro." (MACHADO apud FERREIRA, 2011, p. 1). Desse modo, a presença do coqueiro babaçu na região, além de comprovar uma manipulação da veaetação local, possibilitava a manutenção de alimentos já conhecidos pelos povos que habitavam o Brasil central. Atualmente, o movimento não governamental das Mulheres quebradeiras de coco/ mulheres do babacu tem desenvolvido o processo de extrativismo dessa matéria-prima em meio a diversas lutas sociais. Por meio delas sabe-se, a partir do trabalho desenvolvido por Barbosa (2013), Mulheres do Babacu: Gênero, maternalismo e movimento social no Maranhão, que estas mulheres são advindas de diversas esferas sociais (do campo, quilombolas e indígenas). Nesse sentido, podemos conceber que um certo conhecimento ancestral acerca do cultivo dessa matéria-prima pode ter sido passado para algumas dessas mulheres quebradeiras de coco indígenas e, assim, acreditar na probabilidade dele ter sido cultivado na região de Pirassununga (SP) pelos indígenas que estavam se movimentando desde o Brasil Central em direção ao interior do atual estado de São Paulo. Outro ponto para a facilidade do cultivo na região ocorre, pois Pirassununga (SP) é uma grande área de transição entre o cerrado e a mata atlântica paulista, sendo classificada como uma zona ecótono. O termo "ecótono" é usado, segundo Milan & Moro (2016) no texto O conceito biogeográfico de ecótono como definição de zonas de tensão ou transição entre dois ecossistemas distintos, em que:

A tensão implica reconhecer que ambos os ecossistemas interferem um sobre o outro, através de competição direta, por exemplo, com diferentes taxas de reprodução e crescimento, tolerância e taxa de recuperação aos distúrbios, entre outros atributos que intervêm para configurar a preponderância de um ou outro ecossistema. O resultado pode ser uma transição, uma modificação estrutural e funcional dos ecossistemas na zona de contato (NEIFF, apud MILAN & MORO, 2016, p. 77)

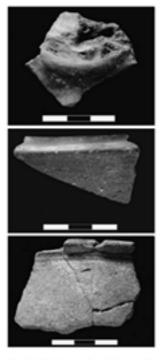
2 - As interações culturais desenvolvidas na região

Com o trabalho de Godoy (1974), já sabemos que a região de Pirassununga teria sido ocupada pelos Tupi-Guarani, a partir de 1625, seguindo a teoria de que:

Provavelmente, um grupo Tupi-Guarani que entrou pelo sul do Estado, continuou na sua marcha, atingiu a região do atual Rio Piracicaba, continuou até chegar ao vale do Mogi Guassu; então toda a região compreendida entre Piracicaba, Rio Claro, Porto Ferreira e até Mogi Mirim e Mogi Guassu foi ocupada por volta de 1625, como o grande território de caça, pesca, de obtenção de recursos naturais para o citado grupo Tupi-Guarani, pois, todos os materiais líticos (machados, martelos, raspadores, pilões, pontas de lanças e de flechas, etc.), a cerâmica, os desenhos e os rituais funerários são semelhantes entre si em toda a mencionada região (...). (GODOY, 1974, pp. 151-152)

Entretanto, com as análises recentes feitas por Zanettini e Moraes (2006) tanto no Município de Pirassununga (SP) ao constatar o caráter complexo de um dos sítios graueológicos, augnto em outras regiões seguindo no sentido centro norte paulista acarretaram na descoberta de um possível eixo de confluência entre outros povos indígenas aue estavam migrando no sentido centro-sul do Brasil. A primeira semelhanca a ser destacada ocorre entre os vestígios arqueológicos encontrados no sítio "Cachoeira de Emas I" (Pirassununga - SP), e no sítio "Água Branca" (Casa Branca – SP). Casa Branca se situa a cerca de 50 km seguindo sentido nordeste de Pirassununga, e os sítios arqueológicos analisados por Afonso e Moraes (2005/2006) no trabalho O sítio Água Branca: interações culturais dos grupos ceramistas no norte do estado de São Paulo estavam próximos à bacia do Rio Pardo. Dentre os vestígios encontrados nos três sítios arqueológicos analisados pelas pesauisadoras estavam cerâmicas com predomínio de técnica acordelada e superfícies alisadas, artefatos líticos e lascados (Figura 5). A classificação desses sítios analisados tornou-se um pouco complicada devido à presença de um grande fluxo de objetos, apontando que, ou havia muito contato entre os povos que habitavam a região, ou realmente ocorreu no local um grande sistema de povoamento em que haviam povos ligados às tradições Aratu-Sapucaí, Tupi-Guarani e Uru (AFONSO & MORAES, 2005/2006, p. 68).

Figura 5: Paredes com aplique, Sítio Água Branca.



Figs. 2-F - Parede com aplique, borda expandida com superficie brusida e borda extrovertida com engobo vermelho externo.

Fonte: AFONSO, M.C.; MORAES, C.A. O sítio Água Branca: interações culturais dos grupos ceramistas no norte do estado de São Paulo. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 2005-2006, 15-16: pp.59-71.

Seguindo agora noroeste no sentido de Pirassununga, a cerca de 250 km, para o município de Olímpia (SP) diversos sítios arqueológicos já foram analisados próximos à bacia hidrográfica dos rios Turvo e Grande, a partir do trabalho resgate arqueológico desenvolvido novamente pela empresa 7anettini Arqueologia (2008). Com a análise do material coletado, foi possível constatar que cerâmicas estavam. as Branca, como em Casa relacionadas às tradições Tupi-Guarani, Aratu-Sapucaí e Uru. Em alguns casos foram encontrados vestígios estéticas hibridas envolvendo mais de uma tradição (Figura 6). Vale ressaltar também o grau de proximidade entre sítios arqueológicos esses de tradições supostamente distintas. pois tanto Pirassununga (SP), como em Casa Branca (SP), os sítios analisados estavam a cerca de 500 m a 2 km de distância

um do outro, sendo que em Casa Branca e Olímpia foram encontrados vestígios difusos simbolizando uma possível relação de troca entre esses povos, tal como aparece na figura abaixo, na qual a forma piriforme Aratu-Sapucaí é pintada na forma da estética Tupi-Guarani.

Em face desses dados, podemos chegar à formação de um grande mapa de interações que possibilitam a compreensão dos contextos arqueológicos complexos de Pirassununga (SP), a partir de sua relação com o contexto regional. Neste caso, e como acima mencionado, a existência de sítios de ocupação pertencentes a tradições arqueológicas diferentes, e a existência de vestígios híbridos,

sugerem a região centro norte paulista como área de confluência e estabelecimento de rede de contatos entre arupos distintos. Do ponto de vista dos dados arqueológicos, Godoy (1974) já sugeriu uma suposta migração Tupi-Guarani desde a bacia Paraná-Paraguaia em direção ao interior do atual estado de São Paulo. Brochado (1989) confirma essa tese ao informar que a influência do elemento não indígena na região do sul do Brasil foi um dos motivos para os Tupi-Guarani terem mudado sua rota de ocupação e migrarem para o norte, em direção à região Sudeste, pois "a competição pelos recursos limitados forcou as comunidades a se afastarem, buscando sempre, porém, o mesmo nicho ecológico (...)" (BROCHADO, 1989, p. 79). Nesse mesmo sentido sul, e entrando pelo oeste paulista, podemos considerar também movimentações de grupos Kaingang (grupos dos Jê meridionais do tronco linguístico Macro-Jê), historicamente conhecidos e apontados como Guayaná por Marcel Mano (2018). Em outro sentido, agora nortesul, os dados de Prous (1992) também apontam uma movimentação e uma possível migração de grupos desde o Brasil central que podem ser verificados nos vestígios da tradição Aratu-Sapucaí encontrados em áreas de Minas Gerais, Mato Grosso e norte de São Paulo, A isso se soma, ainda, e como já mencionado, a grande peculiaridade dos sítios meridionais entre a bacia do Paraná em Minas Gerais e o Norte Paulista, que apresentavam zonas de converaência/difusão cultural.

Figura 6: Urna pintada e piriforme encontrada em sítio de Tradição Aratú-Sapucaí, em Olímpia – Sítio Maranata.



Fonte: ZANETTINI ARQUEOLOGIA Ltda. Programa de Resgate e Monitoramento Arqueológico na área da Usina Guarani S/A (Usina Cruz Alta – Unidade III). Município de Olímpia, Estado de São Paulo. Relatório Final, 2008, p. 31. Percebe-se, então, que ao se desenvolverem as tradições para classificar as cerâmicas produzidas pelos diferentes povos indígenas no Brasil, e usá-las para pensar as ocupações do alto Mogi-Guaçu, cai-se num modelo fechado e fixo. Nele, as variações de técnicas, materiais e estilos cerâmicos em uma mesma ocupação são vistas como fases ou, quando muito, como intrusões, mas nunca como resultado das interações entre esses povos, seja por troca, guerra, rapto ou relações de aparentamento. No lugar dos modelos fechados, fixos, devem brotar modelos abertos, dinâmicos, que permitam pensar os sítios ou vestígios "complexos" em análise como prova material e fruto de interações as mais variadas.

3 - Mapas de Interações

Enquanto Brochado (1989) aponta para uma certa organização dos povos indígenas perante um nicho ecológico específico, Barth (1998), em seu texto Grupos étnicos e suas fronteiras, teoriza a ideia de "interdependência ecológica", que ocorre com os nichos ecológicos de adaptação entre populações culturalmente distintas. Nesse caso,o autor nos demonstra que mesmo ocupando nichos distintos, grupos étnicos entram em competição entre si por estarem ocupando uma mesma área, assim, surgirão relações comerciais, políticas ou até uma relação de interdependência simbiótica.

Levando isto em consideração, a problemática em torno do distrito de Cachoeira de Emas, em Pirassununga (SP), poderia ser explicada pelos diversos nichos ecológicos da região. Desse modo, utilizamos das informações levantadas durante as pesquisas de Godoy (1974) e Moraes (2007), para compreender a localização dos sítios arqueológicos encontrados e como estes se dispuseram perante a vegetação local. O primeiro mapa analisado foi um croqui feito por Godoy, em 1974, denominado "Achados Arqueológicos do Município de Pirassununga-SP" (já esbocado inicialmente neste relatório como a "Figura 2"), no qual vemos, mesmo que em escala menor, a localização dos cinco sítios arqueológicos que encontrou. Desses cinco sítios, quatro se encontram no distrito de Cachoeira de Emas, dispostos em pares em cada margem do Rio Mogi Guaçu; já o último sítio arqueológico encontrado e diagnosticado por Godoy (1974) localiza-se na foz do Rio Jaguari-Mirim (Rio que desemboca no Rio Mogi Guacu) estando assim, um pouco mais distante dos outros sítios encontrados, porém não deixando de ser relevante para a compreensão da disposição e possível migração dos povos indígenas para aquela região.

O segundo mapa analisado foi organizado por Zanettini & Moraes (2007), e recebe o nome de "Complexo Cachoeira de Emas" (Figura 7). Tendo como base cartográfica a projeção do IBGE de 1983 sobre a região do Distrito de Cacheira de Emas, este mapa traz ocorrências arqueológicas investigadas durante o resgate feito para a construção da nova ponte de concreto que cruzaria o Rio Mogi-Guaçu. Além

disso, Zanettini & Moraes (2007) apontam grandes áreas quadriculadas neste mapa como os locais em que Godoy teria encontrado seus registros arqueológicos. Condensando esses dois mapas em um mapa de vegetação, foi desenvolvido para esta pesquisa um novo mapa intitulado "Localização de Ocorrências e Sítios Arqueológicos em Áreas de Cerrado e Mata Atlântica no Município de Pirassununga (SP) (Figura 8). Nele informamos as diversas ocorrências arqueológicas encontradas, além da vegetação típica de cada área, e os rios principais da região.

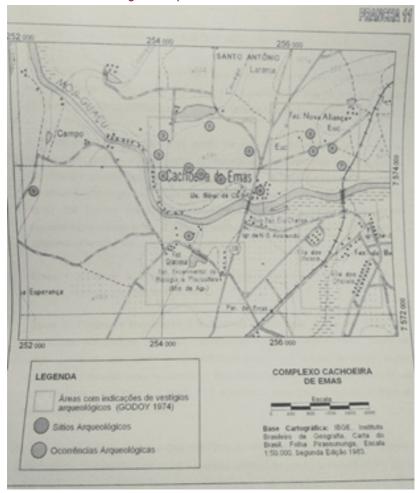


Figura 7: Mapa do Cachoeira de Emas.

Fonte: ZANETTINI, Paulo Eduardo; Moraes Camila A. Programa arqueológico de resgate ponte de concreto sobre o Rio Mogi Guaçu (Cachoeira de Emas) Município de Pirassununaa. São Paulo. 2006. p.32.

Os povos indígenas brasileiros, além de serem identificados e classificados por suas manifestações culturais, também são caracterizados pelo seu nicho ecológico, ou seja, como os Jê meridionais ocuparam regiões típicas do planalto central brasileiro, segundo Cunha (1993), estes procurariam locais cujo clima e vegetação se assemelham a estas ocupações primárias. A mesma coisa estaria relacionada aos Tupi-Guarani, que segundo Brochado (1989), teriam descido do Amazonas e ocupado a região de planícies alagadas do Paraná-Paraguai-Uruguai, cuja vegetação seria tipicamente densa, ou seja, locais em que havia grandes florestas de mata atlântica.

Mas este não é o caso com os achados arqueológicos analisados do distrito de Cachoeira de Emas, pois os sítios arqueológicos caracterizados como pertencentes à tradição arqueológica Tupi-Guarani estão localizados tanto em regiões ecótonos quanto em regiões de Cerrado e de Mata Atlântica. Além disso, o sítio arqueológico complexo, denominado "Cachoeira de Emas I", que apresenta vestígios advindos possivelmente da tradição arqueológica Aratu-Sapucaí, está localizado próximo a um grande córrego acima da margem direita do Rio Mogi-Guaçu e, segundo as informações coletadas no mapa, é de uma abrangente manifestação do bioma da Mata Atlântica.

Para compreendermos melhor como essas interações podem ter se desenvolvido em pequena e longa escala, foram analisados primeiramente todos os pontos em que foram encontrados sítios arqueológicos no município de Pirassununga (SP), inclusive relatos orais de possíveis sítios que ainda não foram investigados, como é o caso dos diversos relatos sobre a presença de materiais arqueológicos dentro da Fazenda da Aeronáutica (simbolizada no mapa da Figura 8 como a área quadriculada vermelha), que se localiza às margens do Rio Mogi-Guaçu.

Dentre os cincos sítios arqueológicos analisados e datados por Godoy (1974) que possuem um enclinamento para a tradição arqueológica Tupi-Guarani (apontados no mapa da Figura 8 como o triângulo azul claro), percebe-se que somente o sítio arqueológico encontrado próximo a foz do Rio Jaguari-Mirim se encontra em área de cerrado; Godoy (1974) ainda assinala em seu mapa diversas outras localizações de ocorrências arqueológicas que não foram classificadas e analisadas por ele e estas também foram dispostas no novo mapa (simbolizada como o triângulo "vermelho"). Assim, podemos compreender a amplitude de manifestações arqueológicas no município de Pirassununga (SP), e renovar esse olhar investigativo para as outras áreas do Norte Paulista que também demonstram complexidades arqueológicas.

O mesmo exercício de análise da localização e nicho ecológico foi feito com as descobertas de Zanettini & Moraes (2006). Dessa vez a maioria das descobertas é encontrada em áreas de Mata Atlântica, inclusive o sítio arqueológico "Cachoeira de Emas 1" (simbolizado no

Figura 8: Localização de Ocorrências e Sítios Arqueológicos em Áreas de Cerrado e Mata Atlântica no Município de Pirassununaa (SP).

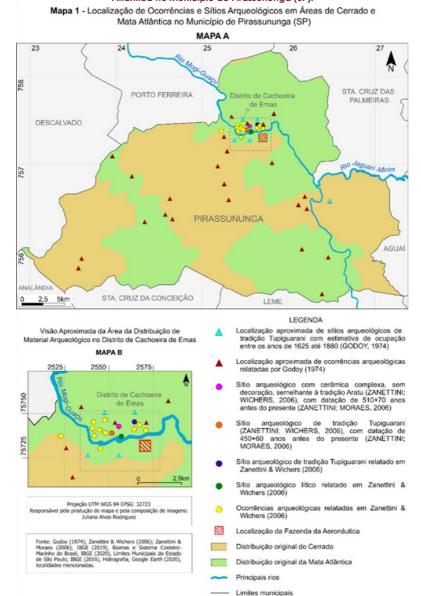


Figura 8: RODRIGUES, Juliana A, & GOBESSO, Giovanna B. In: Entre povos e fronteiras: as relações interétnicas dos sítios arqueológicos do Rio Mogi-Guaçu e do Centro-norte Paulista, Trabalho de Conclusão de Curso em História, Universidade Federal de Uberlândia, 2022, p. 48.

mapa por uma bola roxa), que inicia toda essa problemática complexa no município, ao trazer evidências de uma cerâmica lisa e sem decoração, que seguiria os parâmetros da tradição Aratu-Sapucaí. Também são diferenciados neste mapa o sítio arqueológico mais analisado por Zanettini & Moraes (2006) em sua pesquisa, denominado "Cachoeira de Emas 2" (simbolizado por uma bola laranja), cuja tradição Tupi-Guarani é amplamente reconhecida em todos os vestígios coletados. Ademais, outro sítio com tradição Tupi-Guarani, chamado "Cachoeira de Emas 3" (simbolizado por uma bola azul) também é singularizado no mapa, pois tanto este como o anterior se encontram muito próximos do sítio arqueológico "Cachoeira de Emas 1", abrindo possibilidades para interação entre esses povos que, segundo a datação, habitaram o local praticamente no mesmo período. O último ponto singularizado neste mapa ocorre com a presença de um sítio arqueológico totalmente lítico, que foi denominado por Zanettini & Moraes (2006) como "Cachoeira de Emas 4" (simbolizado por uma bola verde), e que está muito próximo das margens do Rio Mogi-Guaçu, criando diversas hipóteses sobre o que aquele local seria para esses povos (ex: local de descarte, caça ou produção desses materiais líticos). Godov (1974) e Zanettini & Moraes (2006) também deixaram locais de ocorrências arqueológicas que nunca foram analisadas em seu mapa (simbolizadas na Figura 8 por bolas amarelas), e que agora foram garupadas para uma major compreensão das ocorrências arqueológicas no município de Pirassununga (SP).

Dentre as informações retiradas da justaposição desses três mapas percebe-se que a hipótese do nicho ecológico pode muitas vezes não funcionar, pois como é o caso encontrado em Pirassununga (SP), mesmo que tenhamos no município a presença de dois tipos vegetativos e, portanto, uma zona de transição entre eles, os achados arqueológicos ligados a tradições distintas se encontram muito próximos e a variabilidade climática e vegetativa não parece ter influenciado nesta organização espacial. Diante disto, outras investigações históricas devem ser feitas acerca do caráter migratório dos povos indígenas que vieram parar nessa região, colocando-os numa situação coletiva de interação e troca.

4 - Do contato à troca: a permeabilidade das fronteiras étnicas

Poutignat & Streiff–Fenart (1998) em seu livro Teorias da Etnicidade, trazem um compilado de autores, embates epistemológicos, teorias e convicções sobre o que seria etnicidade desde o século XIX até o final do século XX. Dentre as diversas teorias, sejam elas funcionalistas, duais, nacionalistas ou instrumentais, chegamos à conclusão de que existem diversas maneiras de se classificar e compreender o que é etnicidade. No entanto, etnicidade não deixa de ser uma interação cultural, seja ela grande ou pequena, pois "Estudar etnicidade consiste então em inventariar o repertório das identidades disponíveis em uma situação

pluriétnica dada e descrever o campo de saliência dessas identidades nas diversas situações de contato." (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 117). Posto isso, Barth (1998) em seu livro Grupos étnicos e suas fronteiras, explorará o caráter dinâmico da etnicidade, apontando que os grupos étnicos são basicamente uma forma de organização social e que suas interações são o que definem e organizam seus traços culturais.

Mas por onde esses grupos étnicos se interagem? É por esse questionamento que avançamos na temática das fronteiras étnicas. Primeiramente devemos apontar que os grupos étnicos não vivem isolados entre si e que entre suas fronteiras ocorrem diversos tipos de interação, nesse sentido "(...) a permeabilidade das fronteiras étnicas torna sempre possíveis os processos individuais ou coletivos de assimilação ou mudança de identidade étnica." (POUTIGNAT & STREIFFFENART, 1998, p. 161); isto é, os contextos em que os indivíduos se encontram determinam suas identidades e interações, transformando a identificação étnica em algo que não pode se auto explicar⁵.

Sendo, portanto, os grupos étnicos um grande compilado de relações interétnicas que ocorrem entre suas fronteiras fluidamente. basta compreender como esses agenciamentos ocorrem. Mano (2018) em seu texto Da Tradição à Cultura: problemas de investigação nos estudos das ocupações indígenas no Planalto Meridional Brasileiro trará o modelo da "mandala". Este modelo seria uma visualização de como esses grupos étnicos interagiam perante suas fronteiras e, portanto, como uma mandala, suas interações não ocorriam de forma estrutural e orauestrada, mas sim como uma rede de interações cuios contatos locais repercutiam em diversas direções mesmo que estes não tivessem noção da amplitude deste contato. No mesmo molde da mandala de Mano (2018), Deleuze & Guattari (1995) em seu livro Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia nos apresentam o modelo do "rizoma". O rizoma, diferentemente de uma dual, ou unas com diversas ramificações, é fruto de multiplicidades, ou seja, agenciamentos coletivos que sequem linhas abstratas de relações que podem ser construídas, rompidas e reconstruídas em diversas ramificações. Colocando isso em voga para os grupos étnicos, o rizoma, como a mandala, seriam moldes de compreensão dessas relações interétnicas, sendo a fronteira o meio de interação, pois "(...) o meio não é uma média; ao contrário, é o lugar onde as coisas adquirem velocidade." (DELEUZE & GUATTARI, 1993, p. 37).

Sejam os grupos étnicos, as fronteiras, as tradições ou o nicho ecológico, não podemos deixar de nos intrigar perante a complexa situação do Complexo Cachoeira de Emas. Se de fato houve dois

⁵Neste quesito, não importa compreender quem são os Tupis ou os Jês, mas sim como e por que eles escolheram essa identificação.

grupos étnicos supostamente "hostis" convivendo naquela região, neste limbo de memórias apagadas pelo município de Pirassununga, podemos pelo menos teorizar algumas hipóteses. A primeira é a de que, com a chegada do elemento europeu ao Brasil, muitos grupos étnicos adentraram em regiões que não eram tipicamente habitadas por eles e se esse for o caso, tanto os Tupi-Guarani como os Jês conviveram por um breve período na região do Vale do Rio Mogi Guaçu. A segunda hipótese é a de que, se estes habitaram a mesma região, contatos de fato ocorreram, seja por relações de troca, aparentamento ou guerra, pois as evidências arqueológicas encontradas apontam uma mistura de vestígios que condizem com mais de uma tradição em um sítio arqueológico.

Muito longe de concluída, esta pesquisa abriu ramificações para diversos outro sestudos envolvendo tanto essa movimentação dos povos indígenas no interior do estado de São Paulo quanto suas interações. Em meio a longos processos de apagamento dessa memória primária dos habitantes originais do Brasil, esta pesquisa é mais uma das muitas sendo realizadas atualmente, que impulsionam novos questionamentos e modificações nas pesquisas acadêmicas e científicas no país.

Referências

AFONSO, M.C.; MORAES, C.A. O sítio Água Branca: interações culturais dos grupos ceramistas no norte do estado de São Paulo. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 2005-2006, 15-16: pp.59-71.

AGUIAR, Rodrigo L. S e MÜLLER, Aline M. Cultura Material e identidade ÉtnicaGarani.In:AGUIAR,R.,OLIVEIRA,J.ePEREIRA,L.(Org.) Arqueologia, Etnologia e Etno-história em Íberoamérica: Fronteiras, Cosmologia e Antropologia em aplicação. Dourados: EdUFGD.MS,2010.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do Babaçu: Gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. – Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2013.

BARTH, Frederik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: UNESP, 1998.

BROCHADO, José Proença. **A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica.** São Paulo: Dédalo ,27, p. 65-82, 1989.

BROCHADO, José Proença. A tradição cerâmica tupiguarani na América do Sul.**Clio**, v.3, n.1, p.47-60, 1980.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual mais irredutível. In: **Cultura com aspas e outro sensaios**. São Paulo: Cosaic & Naif,p.235-254,2014.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Les Études Ge. L'HOMME, v.33, n.2,p.77-93,1993.

CUNHA, Manuela Carneiro da; VIVEIRO DECASTRO, Eduardo. Vingança et emporalidade: os tupinambá. In: **Journal de la societé des americanistes.** LXXI, Musée L'Homme, p. 191-208, 1985.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil Platôs (Capitalismo e Esquizofrenia)**. v. 1,SãoPaulo:Editora34,1995.

FERREIRA, Antonio Marcos Neres. **O total aproveitamento do Coco Babaçu (Orbignya oleífera).** – Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília. 2011.

FUNARI, Pedro Paulo. Fontes Arqueológicas: Os historiadores e a cultura material.In: **Fontes Históricas**. PINSKY, Carla B.(org.). São Paulo: Contexto, 2008. P. 81-110.

GALHARDO, Danilo Alexadre. Revisitando Obras: Históricodas Pesquisas Arqueológicas na Região Nordeste do Estado de São Paulo. **TÓPOS**, v.4 ,n. 1,p. 32-59, 2010.

GODOY, Manuel P. **Contribuição à História natural e geral de Pirassununga**.V. 1, São Paulo: Prefeitura Municipal de Pirassununga, 1974.

Contribuição à história natural e geral de Pirassununga – São Paulo: Prefeitura Municipal de Pirassununga. V.2, 1975.

LÉVI-STRAUSS, Claude.:Bororo. In: **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, p.202-230, 1996.

MANO, Marcel. Da Tradição à Cultura: problemas de investigação nos estudos das ocupações indígenas no Planalto Meridional Brasileiro. **Revista Albuquerque**,v.10,n.19MatoGrosso doSul:UFMS,2018.

MANO, Marcel. Memória e Esquecimento: Formação histórica e ocupações humanas no centro norte paulista. In: **Revista Brasileira Multidisciplinar (ReBraM)**, v. 21, n.3, 2018, pp. 59-69.

MILAN, Elisana & Moro, Rosemeri Segecin. O conceito biogeográfico de ecótono. In: **Revista Terra Plural**, v. 10, n.1, - Paraná: Ponta Grossa, jan/jun 2016, pp. 75-88.

MORAES, Camila A. **Arqueologia Tupi no Nordeste de São Paulo: um estudo da variabilidade arte fatual.** Dissertação de Mestrado, São

Paulo: USP,2007.

NETO, Jandira. PRONAPA: Uma história da arqueologia brasileira contada por quem a viveu. – Entrevista com o professor Ondemar Dias. In: **Série: História da Arqueologia. IAB**, maio de 2014.

POUTGNART, Philippe. STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade.** São Paulo: UNESP, 1998.

SILVA, Fabíola A. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. In: **Métis: história&cultura**–v.8, n. 16,p.121-139, 2009.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. – Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília, 1992.

VARNHAGEN, Francisco **A. História Geral do Brasil: Antes de sua separação e independência de Portugal.**-Rio de Janeiro: Em casa de E.E.H. Laemmert, 1877.

ZANETTINI, Paulo Eduardo; MORAES, Camila A. Programa Arqueológico de Resgate Ponte de Concreto sobre o Rio Mogi Guaçu (Cacheira de Emas) Município de Pirassununga, São Paulo: Relatório Final. Zanettini Arqueologia, novembro de 2006.

ZANETINI, Paulo Eduardo; MORAES, Camila A. **Programa de Resgate e Monitoramento Arqueológico na Área da Usina Guarani S/A Açúcar e Álcool** (Usina Cruz Alta – Unidade III), Município de Olímpia, São Paulo: Relatório Final. Zanettini Arqueologia, outubro de 2008.

USINA TAMOIO: um olhar sob a perspectiva dos campos do patrimônio industrial e da arqueologia industrial Ângela Cristina Ribeiro Caires¹

Resumo: Este trabalho se propõe a lançar um olhar sobre a Usina Tamoio, agroindústria sucroalcooleira localizada na cidade de Araraquara/SP, na perspectiva dos campos do Patrimônio Industrial e da Arqueologia Industrial. Esta empresa, de grande relevância no cenário da indústria sucroalcooleira do Estado de São Paulo e do Brasil, destaque como a maior do ramo da América do Sul nas décadas de 1940 e 1950, registra uma história rica em seus aspectos materiais e imateriais. Fundada em 1917 por Pedro Morganti, esta agroindústria, hoje paralisada, reúne um Patrimônio Industrial que reveste-se de importante valor social, como parte do registro de vida de seus antigos trabalhadores e moradores, que guardam em suas memórias o tempo trabalhado e vivido na usina como um tempo bom e aprazível. Olhar para a Usina Tamoio na perspectiva do Patrimônio Industrial e da Arqueologia Industrial significa uma preocupação com a preservação e a salvaguarda deste importante Patrimônio Cultural.

Palavras-Chave: Usina Tamoio; Patrimônio Industrial; Arqueologia Industrial.

Abstract: This work aims to a look at the Tamoio Plant, a sugar-alcohol agroindustry located in the city of Araraquara/SP, from the perspective of the fields of Industrial Heritage and Industrial Archaeology. This company, of great relevance in the scenario of the sugar and alcohol industry of the state of São Paulo and Brazil, highlighted as the largest in the South American branch in the 1940s and 1950s, records a rich history in its material and immaterial aspects. Founded in 1917 by Pedro Morganti, this agro-industry, now paralyzed, brings together an Industrial Heritage that has important social value as part of the life record of its former workers and residents, who keep in their memories the time worked and lived in the plant as a good and pleasant time. Looking at the Tamoio Plant from the perspective of Industrial Heritage and Industrial Archaeology means a concern with the preservation and safeguarding of this important Cultural Heritage.

¹ Mestra e Doutora em Sociologia pela UNESP de Araraquara e Pesquisadora da Fundação Araporã-Araraquara/SP; e-mail: angelacrcaires@gmail.com

Keywords: Tamoio Power Plant; Industrial Heritage; Industrial Archaeology.

1 - Introdução

Este trabalho se propõe a pensar a Usina Tamoio, empresa do setor sucroalcooleiro, localizada na cidade de Araraguara/SP, sob a perspectiva dos campos do Patrimônio Industrial e da Araueologia Industrial. Esta agroindústria fundada, em 1917, por Pedro Morganti, imiarante italiano que cheaou ao Brasil em 1890, teve arande relevância no cenário da indústria sucroalcooleira do Brasil, do Estado de São Paulo, da cidade de Araraquara e reaião. Reúne em torno de si uma história rica e importante para Araraguara e região, mas também e principalmente para seus antigos trabalhadores e moradores. Para a cidade de Araraguara, e para este grupo social, em particular, a Usina Tamoio representa um patrimônio cultural, que lhe confere forte sentimento de pertencimento, de enraizamento e de identidade. O tempo trabalhado e vivido na usina é fonte de lembranças, recordações, enfim memórias que marcam a existência desses sujeitos. Hoje paralisada, o Patrimônio Industrial desta agroindústria, os vestígios materiais que dela permanecem, revestem-se de importante valor social como parte do registro de vida desses homens e mulheres, que lá trabalharam, moraram e viveram (RODRIGUES DA SILVA; LOPES CORDEIRO, 2017, p. 24).

Destacou-se como Usina Modelo do Brasil e da América do Sul nas décadas de 1940 e 1950. Seu Patrimônio Industrial reunia importante conjunto de prédios que compunham a parte industrial e arande extensão territorial para a produção da matéria-prima, a cana-deacúcar (o território da usina compreendia em torno de 5278 alqueires), um conjunto de aproximadamente 1500 casas edificadas para abrigar uma população estimada entre 10.000 a 11.000 pessoas, entre trabalhadores e seus familiares. Para atender as necessidades materiais e imateriais dessa população, outros diversos equipamentos foram construídos como: igreja, capelas, escolas, ambulatórios médicos, armazéns de secos e molhados, clubes recreativos, estádio esportivo, campos de futebol, alojamentos para trabalhadores solteiros - o Pavilhão e a ilha para os nordestinos -, farmácia, loja de ferramentas, cinema, o que a equiparava a uma cidade. A organização produtiva e social da usina incluía ainda uma imponente casa sede, hospedaria, salão de beleza e uma estrada de ferro que cortava os canaviais para o transporte da matéria-prima (cana-de-acúcar) até as moendas.

Desta grandiosa estrutura que compunha os espaços fabril, de moradia, de lazer e de religiosidade dos trabalhadores e moradores, hoje, além dos prédios que compõem a planta fabril, da igreja de São Pedro, de alguns prédios que serviam à sua organização social e que se mantêm em pé, das casas e alguns equipamentos da Seção

Bela Vista do Chibarro (Igreja, escola, ambulatório médico, clube, casarão²) o que existe da Usina Tamoio, em seus aspectos materiais, são apenas ruínas e vestígios daquilo que sustentou a vida e o trabalho naquele espaço por mais de 60 anos. Ligado diretamente a este patrimônio material e seus vestígios, o que persiste e que pode ser considerado o maior e mais importante patrimônio, e aqui me refiro ao patrimônio imaterial que a Usina Tamoio mantém, são as lembranças, as recordações que marcaram e marcam ainda hoje a memória de muitas pessoas. Famílias inteiras, que lá trabalharam, moraram e viveram. Se hoje as moendas que garantiam a produção do açúcar e do álcool na Usina Tamoio já não giram mais, o território constituído por esta agroindústria tornou-se um lugar de memória, para onde muitos antigos trabalhadores e moradores voltam com a intenção de rememorar e reviver um tempo considerado como bom e aprazível. Na percepção de desses sujeitos, a Usina Tamoio era um paraíso.

O esforço aqui empreendido e que busca recuperar um pouco da história da Usina Tamoio e do grupo social constituído por seus trabalhadores e moradores sob a perspectiva dos campos do Patrimônio Industrial e da Arqueologia Industrial parte do princípio de que estas disciplinas preocupam-se não apenas com o registro do Patrimônio Industrial, mas também com a sua preservação e salvaguarda. Enquanto o conceito de Patrimônio Industrial está voltado para a questão da preservação e da salvaguarda, a Arqueologia Industrial é entendida como um método de estudo e de apreensão dos processos industriais e do Patrimônio Industrial, e tem como objetivo "produzir conhecimento histórico sobre períodos passados assim como inventariar objetos, imagens e processos." Devem os pesquisadores "considerar que ela inclui o repertório tecnológico e as relações entre os homens e seu ambiente, assim como o conhecimento compartilhado de processos industriais que se concretizam em relações sociais". "As fábricas e minas não são apenas edifícios ou exemplos de ofícios e técnicas, mas locais de trabalho nos quais se estabelecem relações sociais de produção" (MENEGUELLO, 2011, p. 1824, grifos nossos)

É nesta perspectiva que dirigimos nosso olhar para a Usina Tamoio. Desejamos reconstituir o império Tamoio, ainda que parcialmente, em seus aspectos materiais e imateriais, destacando as relações sociais vividas e sentidas naquele ambiente que, mais que um espaço de trabalho e de produção, era um lugar de vida. Neste trabalho nosso foco privilegia a cultura material e imaterial que compreende a construção do Império Tamoio em seus aspectos objetivos e subjetivos. Assim destacamos o patrimônio edificado como: prédios, casas e outros

²Antiga sede da fazenda Bela Vista do Chibarro, desapropriada para fins de reforma agrária pelo governo do Estado de São Paulo na década de 1980, por motivo de dívidas contraídas pelo seu último proprietário – o Grupo Silva Gordo – com a extinta Caixa Econômica do Estado de São Paulo. Hoje existe no local o Assentamento Rural Bela Vista do Chibarro.

bens construídos, mas também e, sobretudo, as relações sociais e de trabalho que se produziam e se reproduziam naquele ambiente. Pois, como informa Menezes (1998, p. 68 apud MENEGUELLO, 2011, p. 1831, grifos da autora) "Dentro da cultura material, os artefatos permitem perceber as relações sociais e trazem embutidos em sua materialidade os atributos e propriedades decorrentes da forma como os homens se organizam em sociedade."

Com este trabalho o que se pretende é oferecer uma contribuição para a literatura que versa sobre Patrimônio Industrial e Arqueologia Industrial no Brasil, pois, como apontam os estudos, esta é uma questão ainda pouco explorada na realidade brasileira, embora já sejam registrados levantamentos, reflexões e alguns tombamentos importantes desde ao final da década de 1930 e década de 1940, como, por exemplo, engenhos e a Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema em Iperó/SP. (MENEGUELLO, 2011, p. 1824)

É também unânime entre os pesquisadores do tema o registro de que o primeiro trabalho de Arqueologia Industrial no Brasil é o artigo produzido e publicado pelo historiador norte-americano Warren Dean, em 1976, sobre a fábrica de tecidos São Luiz de Itú/SP. Para além deste trabalho que, de fato, é emblemático nos estudos de Arqueologia Industrial no país, Meneguello (2011) ainda destaca os diversos trabalhos produzidos nos últimos 40 anos, aproximadamente, por estudiosos do processo de industrialização e das relações de trabalho no Brasil. Neste sentido, a autora assinala os estudos registrados nas áreas da História Social e da Sociologia do Trabalho, e que têm privilegiado a organização e a memória dos trabalhadores.

Cabe esclarecer ainda que este artigo tem origem em pesauisa realizada no período de 1988 a 1993, para a elaboração de minha dissertação de mestrado intitulada: NEM TUDO ERA DOCE NO IMPÉRIO DO ACÚCAR: vida, trabalho e lutas na Usina Tamoio - 1917-1969, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da UNESP de Araraquara/SP, em setembro de 1993. Esta dissertação, que analisou a constituição do Império Tamoio a partir das relações sociais e de trabalho que existiam em seu interior, contou com uma pesquisa que incluiu os seguintes procedimentos: conversas informais e entrevistas com antigos trabalhadores e moradores; entrevista com um dos antigos proprietários da usina; visitas in loco, levantamento em documentos históricos. Por meio das entrevistas buscou-se apreender as percepções e representações que os trabalhadores e moradores faziam do tempo trabalhado e vivido na empresa. Nessa aproximação, as experiências de vida e de trabalho, os momentos vividos na usina, suas lembrancas, foram enfocadas sem dicotomizar obietividades/ subjetividades. Com o empresário, filho do fundador da usina, procurouse perceber a constituição do império Tamoio, suas relações com os trabalhadores e com a cidade de Araraguara. As visitas in loco tiveram

por objetivo captar a organização espacial, as características físicas do lugar, o projeto arquitetônico em geral, a localização geográfica dos diversos espaços de sociabilidade (igrejas, clubes, estádio esportivo, campos de futebol, escolas, etc.), Isto nos ofereceu outros elementos de percepção da estruturação da vida social na empresa. Na verificação da documentação historiográfica, em particular a partir de um arquivo que pertencia a uma seção agrícola da usina, a Seção Bela Vista do Chibarro³, foi possível apreender como se estruturavam as relações de trabalho no setor, assim como perceber as mudanças que ocorriam na organização produtiva e administrativa da usina, principalmente no setor agrícola, a partir do final dos anos 1950 e anos 1960, além de procurar cercar as informações obtidas com os trabalhadores nas entrevistas. A leitura criteriosa e cuidadosa do conjunto de publicações da Revista Umuarama, órgão de divulgação interna e instrumento importante de propaganda da empresa publicado de 1947 a 1962, possibilitou a apreensão de momentos importantes da construção material da usina, assim como perceber como as relações sociais peculiares que se desenvolviam em seu interior eram enfocadas do ponto de vista patronal. Os números disponíveis da revista, conseguidos com trabalhadores no decorrer da pesquisa, foram xerocopiados para posterior leitura. Como nossa proposta era analisar as lutas dos trabalhadores, foi realizada ampla pesquisa na Justica do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento de Araraquara, onde foram levantados todos os processos trabalhistas encaminhados por trabalhadores no período de 1917-1969⁴, além de consulta a material jornalístico publicado no período das greves e de movimentações políticas dos trabalhadores a partir de 1982, quando a usina é paralisada⁵.

Este trabalho se baseia também em observações que vimos fazendo após a defesa da dissertação em 1993, e que envolvem os desdobramentos da história desta usina.

2 - Patrimônio Industrial e Arqueologia Industrial

O desenvolvimento do conceito de Patrimônio Industrial tem início a partir de meados do século XIX com o advento da Revolução Industrial e o desenvolvimento de grande número de equipamentos e acessórios industriais "que constituem a evolução de diversas áreas do conhecimento, dentre elas a hidráulica e a eletromecânica, bem como

³ Houve tentativa de realizar a pesquisa nos arquivos da usina, mas não obtivemos autorização. Este era o único arquivo disponível e já em mal estado de conservação. ⁴Recorte temporal privilegiado para a pesquisa.

⁵A pesquisa realizada no campo legal, ou seja, na Justiça do Trabalho, analisada em nossa dissertação de mestrado, bem como de todo o material jornalístico produzido no período das greves dos trabalhadores da Usina Tamoio na década de 1980, não será tratada neste trabalho.

as áreas industriais como têxteis, metalurgia e siderurgia" (RODRIGUES DASILVA, 2016, p. 9).

Esse conceito, contudo, apesar dos esforços dos estudiosos que a ele se dedicaram até a década de 1990, somente alcançará uma definição mais clara e precisa em julho de 2003 quando, na cidade de Nizhny Tagil, Rússia, ocorreu a Conferência do The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), principal organismo internacional de preservação do patrimônio industrial, fundado em 1978. Tal Conferência, ao firmar uma Carta Patrimonial com teor voltado exclusivamente para a preservação do Patrimônio Industrial, estabeleceu "a importância fundamental de todos os edifícios e estruturas construídos para as atividades industriais, os processos e as ferramentas utilizados e a paisagem em que se inscrevem" e ainda defendeu que "estas manifestações, tangíveis e intangíveis devem ser estudadas, sua história ensinada e sua finalidade e significado conhecidos" (MENEGUELLO, 2011, p. 1819).

Conforme ficou estabelecido no documento, ou seja, na Carta Patrimonial do TICCIH (2003), compreende-se como Patrimônio Industrial:

[...] os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refino, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (RODRIGUES DA SILVA, 2016, p.10)

O conceito de Patrimônio Industrial aparece ligado ao de Arqueologia Industrial. Este, por sua vez, tem suas origens na Revolução Industrial e referências na Inglaterra desde a década de 19506, ou seja, após a 2ª. Guerra Mundial, e surge em consequência da destruição causada pela guerra, uma vez que boa parte dos bombardeios estava voltada para o Patrimônio Industrial. A Arqueologia Industrial, contudo, é aceita como área específica de estudos somente a partir dos anos 1960, quando passa a ser vista como a área "em que não havia apenas uma preocupação centrada no patrimônio material, mas, também nas reminiscências das sociedades, levando-se em consideração os parâmetros sociais e culturais que definem a sociedade industrial."

^{6 &}quot;Na arqueologia, o estudo das fábricas, moinhos, máquinas a vapor, estradas de ferro etc, desenvolvido sob o cunho de arqueologia industrial, surgiu na Inglaterra, na década de 1950, quando Donald Dudley, um latinista da Universidade de Birmingham, começou a organizar visitas dos seus estudantes a antigas instalações industriais na região, prática que foi seguida por amadores preocupados com a preservação dos antigos vestígios da industrialização e que acabou por abrir um novo campo de investigação centrado no conhecimento dos aspectos materiais da Revolução." (THIESEN, 2021).

(MINCHINTON, 1983 apud RODRIGUES DA SILVA, 2016, p.10)

Neste sentido, Rodrigues da Silva (2009) destaca que o conceito de Arqueologia Industrial contém o de Patrimônio Industrial. O autor afirma que o primeiro "utiliza como fonte de pesquisa e constructo para uma planificação, orientação, organização e salvaguarda dos conteúdos históricos das indústrias e demais organizações". O segundo

[...] tem uma relação mais restrita à existência de um patrimônio técnico e arquitetônico que busca sua conservação em um sentido mais amplo do termo. Este envolve princípios de proteção, reutilização, museística etc. com vistas a uma orientação, planificação e organização da memória industrial a partir das atuações de órgãos gestores administrativos dos restos industriais ou de particulares responsáveis por ele. (SANTACREU SOLER, 1992 apud RODRIGUES DA SILVA, 2009, p. 10)

Apesar de ter surgido na década de 1950, é a partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando a sociedade capitalista assiste consideráveis transformações em razão da adoção de tecnologias de base microeletrônica e de novos modelos produtivos e organizacionais, que definem a sociedade pós-industrial ou sociedade da informação, que a Arqueologia Industrial conquista maior difusão e é quando se observa maior preocupação com o seu uso como disciplina capaz de proporcionar mais ampla compreensão dos processos industriais passados e presentes. Ao tratar da Arqueologia Industrial e de sua importância nesse cenário de transformações tecnológicas, organizacionais e sociais, Rodriques da Silva (2009, p. 2) esclarece que:

A importância da arqueologia industrial surge, assim, em um momento em que a sociedade pós-industrial, ou da informação, passa por mudanças que determinam novos paradigmas de estudo dominados pela automatização, pela importância central dada aos processos informacionais. Define uma nova era "neo-industrial" na qual é necessário ter presente o passado mais próximo para compreender melhor o futuro e conformar com isso a imagem e a pessoalidade do lugar em que se vive.

É neste contexto de grandes mudanças tecnológicas e produtivas, que passam a determinar um novo cenário econômico, político, social, cultural e ideológico, que o conceito de Arqueologia Industrial ganha força, estando intimamente ligado aos processos de promoção e conservação, inventário, documentação, investigação e valorização do Patrimônio Industrial. É ainda neste contexto que a Arqueologia Industrial conquista maior relevância, ou seja, quando a sociedade pós-industrial ou sociedade da informação passa por mudanças que definem novos paradigmas de estudos dominados pela automatização e pela importância central dada a processos informacionais. (LÓPEZ GARCÍA, 1992 apud RODRIGUES DA SILVA, 2016, p. 11)

Com tantas mudanças ocorrendo, sobretudo no universo produtivo que assume nova feição e um conjunto de novas relações

produtivas, econômicas, sociais, culturais e políticas, surge a necessidade não apenas de compreender o passado, mas também preservá-lo ou conservá-lo. Desta forma, a Arqueologia Industrial tornase uma ferramenta importante ou, como define o TICCHI (2003 apud RODRIGUES DA SILVA, 2016, p 10)

[...] um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, os assentamentos humanos e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou pelos processos industriais. [...] utiliza os métodos de investigação e pesquisa mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial.

A Arqueologia Industrial apoia-se nos referenciais teóricometodológicos de vários campos do saber como: a sociologia, a antropologia, a psicologia, a economia, a história, a arquitetura, a geografia, dentre outros. Neste sentido, como esclarece Beatriz Mugayar Kühl (2010, p. 26), "não é uma disciplina autônoma; configurase como vasto campo temático que exige a articulação de várias disciplinas." Corroborando com esta ideia Rodrigues da Silva e Lopes Cordeiro (2017, p. 20) anotam que:

araueoloaia industrial incorpora uma transdisciplinaridade à estrutura e aos estudos das organizações (e articularmente às indústrias), pois incorpora a noção de patrimônio industrial como uma das formas de interpretação dos locais de trabalho em que se encontram imbricados de valores históricos, econômicos, sociológicos, empresariais, sociais etc. Ela possibilita uma conjunção das diversas ciências naturais e propõe um repensar dos processos históricos da modernidade industrial e capitalista a partir da cultura material. da história do trabalho e das empresas, sob perspectivas integradas à sociologia industrial, à geografia das ocupações, à construção social dos espaços de trabalho e de vida, à recuperação dos entornos produtivos, ao desenvolvimento local, à memória do trabalho, à conservação, ao turismo, à museística, dentre diversos outros campos e aspectos interdisciplinares.

Na Arqueologia Industrial, segundo Garcia Lopes (1992 apud RODRIGUES DA SILVA, 2009, p. 12) "as 'ruínas' dos processos históricos investigados se constituem por meio dos vestígios do passado industrial (paisagens, lugares, infraestruturas, edifícios, equipamentos, produtos e equipamentos industriais etc.), assim como toda informação a eles relacionada (arquivos, recordações pessoais, memórias etc.)." Tal disciplina preocupa-se não apenas com os aspectos materiais que envolvem o processo de industrialização, mas também com os aspectos humanos relacionados à sociedade. Neste sentido, Thiesen (2021) enfatiza que é papel da Arqueologia Industrial

[...] encontrar as circunstâncias materiais e técnicas

que estão na origem de uma fabricação, da montagem de uma máquina ou da construção de um estabelecimento ou de um equipamento que marcou a vida de seus contemporâneos, e em seguida pesquisar as conseqüências que esses 'acontecimentos' tiveram sobre todos os dados do ambiente de uma população ou de um grupo social.

3 - A Construção do Império Tamoio

Meneguello (2011, p. 1831) destaca que "os artefatos que constituem o patrimônio industrial englobam as edificações, as estruturas e os bens móveis e os sítios industriais de forma geral, sem os quais os conhecimentos e as técnicas encontram-se privados de sentido." Para a autora, "as unidades industriais muito raramente podem ser entendidas como edifícios isolados; a estrutura só tem sentido se compreendida como um todo interligado a várias outras estruturas e etapas da produção." E ainda esclarece que "O espaço resultante do fenômeno industrial é socialmente produzido enquanto um conjunto de objetos solidariamente interrelacionados e espacialmente dependentes."

Compreender a constituição da Usina Tamoio na perspectiva dos campos do Patrimônio Industrial e Arqueologia Industrial requer que recuperemos um pouco do contexto em que esta empresa foi fundada. Conforme já anunciado na parte introdutória deste trabalho, a Usina Tamoio foi organizada a partir de 1917, por Pedro Morganti, um imigrante italiano que chegou ao Brasil na última década do século XIX (1890). Está localizada a 8 quilômetros da sede do município de Araraquara/SP, na região de Ribeirão Preto, polo econômico importante, destacado pela valorização do capital, derivada sobretudo da produção sucroalcooleira e de cítricos, especialmente a laranja (CAIRES, 1993).

Construída em uma região cafeeira em crise, esta usina surge em um momento em que se verifica a erradicação de extensos cafezais e o retorno da cana-de-açúcar no cenário agrícola da cidade de Araraquara e região. Seu ponto de partida é uma pequena organização produtora de açúcar de propriedade do Comendador Freitas. Esta organização, conhecida como Engenho Fortaleza e criada nos moldes dos Engenhos Centrais², conforme se pode depreender de fonte objetiva (foto), por ocasião de sua aquisição por Pedro Morganti, além de um prédio industrial, apresentava benfeitorias que compreendiam a construção de algumas casas em torno da planta fabril. A área da propriedade, na época, estava estimada em 2.000 alqueires.

⁷ O modelo de Engenhos Centrais criado no final do século XIX pelo governo Imperial, visando a redução dos custos e a qualidade do produto final, estabelecia a desvinculação entre os setores industriais e agrícolas. Assim, priorizava-se a estrutura fabril e toda a racionalidade e tecnologia advindas com o avanco industrial da época. (CAPORRINO, 2016, p. 132)

Figura 1 – A Usina Tamoio em 1917, quando foi adquirida por Pedro Morganti.



Fonte: ORNELAS (1967).

Pedro Morganti adquire a propriedade por meio de compra e se dedica a transformar o engenho em grande indústria e as terras, antes ocupadas com café e um pouco de cana, em amplos canaviais. Este empresário que, desde o início do século XX, na capital paulista, se dedicava aos negócios açucareiros com refinação e comercialização de açúcar, gozava de status de importante empreendedor. Sua trajetória está fortemente relacionada com a expansão da indústria sucroalcooleira no estado de São Paulo. Manoelito de Ornellas, seu biógrafo, descreve a trajetória desse empresário nos sequintes termos:

Dedicou-se [...] à refinação do acúcar, em pequenas quantidades e sob o primitivo processo manual. Nas tachas escaldantes daquela indústria experimental, exalando o cheiro doce do acúcar, que palpitava borbulhando, como lavas de um vulcão a extravasar os limites da cratera. Morganti antevia os cilindros modernos. imaginava o traçado revolucionário de uma Usina, onde as máquinas reduzissem a exigência do braco humano. Em 1904, Morganti estabelece uma filial de sua Refinaria, à Rua Ladeira Piques, hoje (1967) Querino de Andrade, confiando-a a seu irmão Paulo, há muito regressado da Itália. Recebe a coadjuvação de dois sócios: Narciso e StefanoGosi. A 4 de outubro de 1910, fundou a Companhia União dos Refinadores. Em 1916, compreendeu que era destinado às alturas e que, como os condores dos Andes, devia voar só. Suas asas eram de áquia. E os palmípedes domésticos, acostumados ao voo raso das superfícies, nas lagoas e remansos dos rios, tiveram que ficar no chão. Compra as ações da 'Companhia Central Conde

Wilson' proprietária do Engenho Porto Real, em Floriano, no município de Rezende, que vendeu em 1933 a um sobrinho. Vende o Engenho Porto Real para ficar dono do Engenho Fortaleza no Município de Araraquara. E organiza a Companhia União Agrícola. (ORNELAS, 1967, p. 124)

Atuando como industrial e comerciante de açúcar, Pedro Morganti deixou sua marca na indústria de São Paulo e do Brasil. A organização industrial e social que implantou em suas empresas se tornou referência para outros empreendimentos do ramo.

Ornellas forma como (1967) descreve a traietória deste empresário, na verdade romantizada. diverge descrição de seu filho Hélio. De acordo com Hélio Morganti, em entrevista realizada por ocasião da pesquisa em 1991, seu pai vendeu a Usina Monte Alegre em Piracicaba, que adquirira em 1911, e a Cia União dos Refinadores para comprar o Engenho Fortaleza em Araraguara; readquirindo-a em 1924. quando organizou Cia Refinadora Paulista. posteriormente Refinadora Paulista S/A, que além das usinas citadas (Tamoio e Monte

Tigota 2 - Teato Molganii

Figura 2 - Pedro Morganti

Fonte: ORNELLAS (1967)

Alegre), incorporava também empreendimentos na área de Papel e Celulose, Fazendas de café e criação e Hortos Florestais.

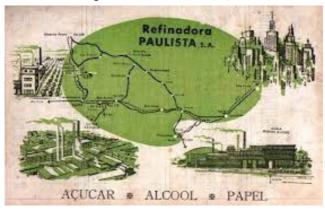


Figura 3 - Refinadora Paulista S/A

Fonte: Revista Umuarama, n. 85, 1957.

Valendo-se da crise cafeeira que a região de Araraquara enfrentava em razão da debacle sofrida pela Bolsa de Nova Iorque em 1929 e a grande depressão que levou muitos cafeicultores à falência, Pedro Morganti comprou e incorporou ao seu patrimônio diversas fazendas de café, as quais transformou em canaviais. A ampliação das plantações de cana ocorria em concomitância com a expansão da indústria. Na década de 1930, mais precisamente em 1938, importou de Cuba duas moendas usadas, substituindo a moenda FULTON de 4 ternos⁸, adquirida em 1922. Esse novo maquinário possibilitou que, em 1946, a Usina Tamoio batesse o record continental da produção de açúcar, transformando-se na maior indústria sucroalcooleira do país e da América do Sul (ALMEIDA, 1948, p. 1).

Com maior capacidade produtiva e com a produção de açúcar e de álcool cada vez maior, crescia o número de trabalhadores da usina. Eram famílias inteiras, muitas de imigrantes italianos, portugueses, espanhóis, dentre outras nacionalidades, que vinham de diversas cidades do estado, quase sempre liberadas da agricultura cafeeira. Além dessa mão de obra, migrantes nordestinos e outros trabalhadores nacionais também compunham a força de trabalho na usina.

Para abrigar um contingente cada vez maior de pessoas que cheaavam para trabalhar na indústria e na lavoura, utilizando-se do padrão de relações de trabalho da época baseado no paternalismo, no clientelismo e pessoalidade, e como forma de imobilização da forca de trabalho, Pedro Morganti, além de aproveitar a estrutura já existente nas fazendas cafeeiras que adquiria (colônias, capelas, escolas, etc), construiu, na sede industrial e nas seções agrícolas (Entre a sede industrial e o setor agrícola eram 17 seções), uma forte estrutura física que incluía a casa para moradia dos trabalhadores e diversos equipamentos importantes para a manutenção das famílias como: armazém de fornecimento de secos e molhados, ambulatórios médicos, farmácia, clubes recreativos (eram dois clubes: Cruzeiro e Rancho Alegre – dos brancos e dos pretos, respectivamente), campos de futebol, capelas, lojas de tecidos e armarinhos, loja de ferramentas etc, de forma que toda a vida produtiva e reprodutiva dos trabalhadores e suas famílias se passava dentro do território da usina, sem que de lá precisassem sair para o atendimento de suas necessidades mínimas. A usina contava ainda com o "Pavilhão", alojamento para os trabalhadores solteiros e a "ilha" - barração onde ficavam aloiados os miarantes nordestinos chamados no local de "baianos". Os "baianos" desempenhavam as atividades mais pesadas (serviços de vagões, construção civil, etc).

⁸ São chamadas de ternos as unidades de moagem. Cada terno é formado por rolos (superiores e inferiores), aos quais se incorpora um quarto rolo com a função de realizar a "entrada forcada" da cana-de-acúcar no terno (CAPORRINO, 2016, p. 140).

⁹ Seções da Úsina Tamoio: Sede Industrial, Marisa, Marilú, Serra D'água, Aparecida, Chibarro, Bela Vista, Banhadinho, Santa Elza, Santa Beatriz, Mantuana, Salto, Morro Azul, Jacaré, Andes. Santa Joana e Lucânia.

Construídas em alvenaria e sob o conceito de habitações higiênicas, as casas dos trabalhadores eram dotadas de infraestrutura básica como áqua encanada, esaoto e eneraia elétrica, sendolhes cobrado apenas um aluguel simbólico²⁰. A ocupação das casas diferia de acordo com a posição ocupada pelos trabalhadores na estrutura hierárquica da empresa. Desta forma, os trabalhadores mais graduados ocupavam as casas maiores, forradas, com piso de ladrilhos, banheiro interno, inclusive banheira; enquanto as casas dos trabalhadores menos graduados eram menores, sem forro e com banheiro externo, as famosas "casinhas" com fossa e localizadas no quintal. Ainda, a ocupação das casas se dava em conformidade com o tamanho da família, especialmente na lavoura, onde predominava o regime de trabalho de colonato, que consistia em cultivar um lote de cana, medido em quartel, e entregar a produção à usina, sendo remunerados por tonelada de cana colhida. Os colonos eram encarregados pelo plantio, tratos culturais e colheita da cana. Para isso usavam instrumentos de trabalho rústicos como arado de tração animal, enxada etc., e mão de obra familiar, sendo a capacidade produtiva da família muito importante.

Figuras 4 e 5 - Usina Tamoio em 1967 e Vista área da Usina Tamoio.





Fontes: ORNELLAS (1967) e https://www.facebook.com/pages/Usina-Tamoio – foto do arquivo de Eliseu Celso Santos.



Figura 6 – Usina Tamoio – Localização Geográfica.

Fonte: Mapa Cartográfico IBGE – 1ª. edição – 1971 (desenhado por José Lúcio Caires)

¹⁰Todo ano a usina realizava a manutenção das casas com reparos e pintura.

Figuras 7 e 8 - Colônia Central na Sede da Usina e Vista aérea da Seção Bela Vista do Chibarro.





Fonte: https://www.facebook.com/pages/Usina-Tamoio.

Figura 9 – Ambulatório Médico na Sede da Usina Tamoio.



Fonte: https://www.facebook.com/pages/Usina-Tamoio.

Figuras 10 e 11 – Barração (Alojamento dos Solteiros) e Clube.





Fonte: https://www.facebook.com/pages/Usina-Tamoio.

Para transportar a matéria prima até as moendas, Pedro Morganti implantou em seus canaviais uma Estrada de Ferro, cujos vagões, alimentados por trabalhadores e puxados por uma locomotiva

construída nas oficinas da usina, levavam a cana-de-açúcar até a moenda. Os trabalhadores do setor agrícola, especialmente os colonos, se encarregavam de levar a cana até os vagões, usando para isso carroças puxadas por animais.

Figuras 12, 13 e 14 – Carroça transportando cana, Locomotiva e Vagões.







Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br/ferroviaspart_sul/efusinatamoio.htm.

Além da estrutura física. Pedro Morganti foi também responsável pela construção e formalização da ideologia da grande família, que orientava a vida e o trabalho na usina. O relacionamento paternalista, clientelista e pessoalizado que mantinha com os trabalhadores, tanto no espaco produtivo, quanto no reprodutivo (Pedro Morganti e sua esposa D. Gianina costumavam visitar os trabalhadores em suas residências para verificar suas necessidades) incluía a concessão de benesses (fornecimento de alimentos por meio do armazém, farmácia, atendimento médico e farmacêutico, festas, presentes de natal (bringuedos para as crianças e cobertores para os idosos), bailes, futebol, atendimento funerário etc.). Tudo isso levava os trabalhadores e seus familiares a perceberem o patrão como um "pai generoso" e o ambiente empresarial como "uma irmandade" ou "uma família só". Essa percepção inibia a formação de conflitos¹² ao mesmo tempo em que o espaço da Usina Tamoio era visto como um lugar privilegiado para se trabalhar, morar e viver. Pedro Morganti é rememorado pelos antigos trabalhadores e moradores como um grande e hábil líder, um homem generoso e a Usina Tamoio como um paraíso.

²⁷ A primeira locomotiva que transportava a cana na Usina Tamoio, denominada D. Gianina (ou Joaninhal), foi construída nas oficinas da Usina Monte Alegre localizada na cidade de Piracicaba e também pertencente ao grupo Morganti. Nas oficinas da Usina Tamoio foi construída a segunda locomotiva batizada com o nome de "D. Edith" – nome da esposa de Hélio Morganti.

²² Afirmar que os conflitos ficavam inibidos graças às benesses oferecidas pelo patrão não quer dizer que eles não existiam. Ações de resistência sempre estiveram presentes no território da usina, inclusive era mantido na empresa uma pequena cela, conhecida como cadeia, onde os infratores das normas eram mantidos até que a polícia de Araraquara pudesse ir buscá-los. Além disso, a usina dispunha de um bem preparado e equipado corpo de guardas e vigias que rondavam o seu território, para fazer cumprir as normas da empresa.

Era uma administração muito boa, porque ele tinha grandes qualidades e dirigia aquilo com muita habilidade. (antigo trabalhador rural)

Nossa! Ele (Pedro Morganti) era uma pessoa que tinha tanta dó dos pobres! Esses sim se preocupavam com os pobres! O casal de velhos tinha contato com o povo sim. Se preocupava com os pobres, com as crianças, dava presentes... (ex-colona)

Principalmente nessa época agora (mês de dezembro, época da realização da entrevista) ele (o patrão) corria todas as seções pra ver os mais necessitados pra presente de natal. Olha bem, o casal de velhos! Agora era a época.[...] Chegava essa época agora os velhos chegou em casa de família por família pra ver a necessidade. Pras crianças era brinquedo, pros velhos, os mais idosos, cobertor. Cobertor era agora, nessa época de natal. As viúvas ganhavam... as velhas ganhavam cobertor de presente de natal. Presente de natal era cobertor, roupa... Vinha aqueles caminhão, aqueles caminhão lotados. Então tinha uma enorme festa, uma arande festa pra população de Tamoio! Grande festa mesmo! Podia comer, beber a vontade. Diversão tinha várias entendeu? E pras pessoas que às vezes não tinha roupa pra vestir eles fornecia. Era presente pras crianças todas das seções. As viúvas principalmente, roupas, cobertor. Eles conheciam as famílias que eram mais prejudicadas em doença e não podiam trabalhar, mais gente pra tratar em casa, então... entendeu? (ex-colono)

Figura 15 – Festa de Natal com distribuição de brinquedos na Usina Tamoio - Ao centro, o patrão Hélio Morganti.



Fonte: Revista Umuarama n. 7, janeiro de 1948.

Após a morte de Pedro Morganti em 22 de agosto de 1941, seus filhos homens²³, Hélio, Lino, Renato e Fúlvio, assumem a direção da empresa. Valendo-se das leis criadas pelo Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA)²⁴, instituído em 1933 pelo Decreto 22.789, e dos subsídios criados pelo Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC) de 1941, Decreto-Lei 3.855, os mesmos ampliam a organização produtiva e social da empresa com a construção de uma suntuosa igreja – a Igreja de São Pedro - erigida em homenagem ao pai/fundador. Na frente da igreja, na praça central, um obelisco foi também construído exaltando a figura de Pedro Morganti e destacando o trabalho laborioso como fonte de riqueza.

A igreja de São Pedro na Usina Tamoio, percebida como o símbolo mais importante e expressão maior do poder desse grupo usineiro, passou a ser o seu cartão postal. Pessoas ilustres e autoridades religiosas que visitaram a usina, na época, destacaram sua importância e grandeza.

Era em torno da igreja de São Pedro que acontecia grande parte da vida religiosa e social dos trabalhadores e moradores da usina (missas, casamentos, batismos, crismas, primeira eucaristia, festas religiosas, quermesses, além de agregar as irmandades religiosas do Santíssimo Sacramento, Congregação Mariano, Filhas de Maria, Sagrado Coração de Jesus, Irmandade de São Benedito e Círculo Operário).

No período compreendido entre o final dos anos 1940 e 1960, a Usina Tamoio passou por expansão expressiva. Sob a gestão dos filhos de Pedro Morganti, em especial de Hélio Morganti, que ocupava o cargo de Diretor Administrativo, viu-se reproduzido, com pequenas alterações, o modelo de gestão implantado pelo pai, alimentandose, inclusive, a ideologia da grande família. Nesse período, mais terras foram adquiridas, mais casas construídas, sendo que o último bloco de casas construído na sede industrial, num total de 50 residências, a conclusão das obras se deu em 1951 (Monte Alegre II).

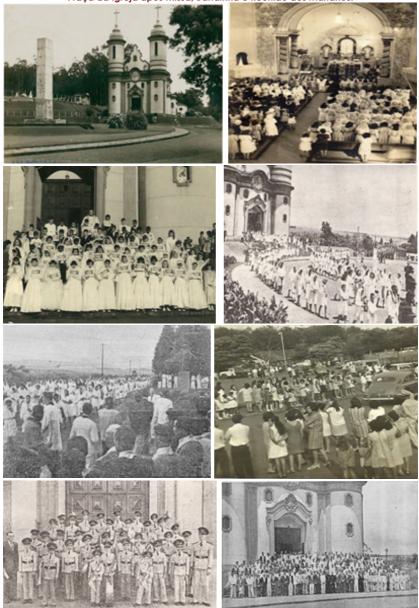
Ampliaram-se, ainda, nesse período, os serviços de assistência médica e hospitalar, odontológica, farmacêutica, à maternidade e à infância, com a construção de um centro de puericultura que oferecia atendimento pediátrico e fornecimento de leite para as crianças até a idade de um ano.

O parque industrial também assistiu importante expansão com a implantação de tecnologias mais modernas como a moenda FULTON

²⁵ Pedro Morganti e Gianina Morganti tiveram 6 filhos: 4 homens e 2 mulheres (Renato, Fúlvio, Hélio, Lino, Beatriz (Bice) e Elsa – Hélio e Lino eram gêmeos).

¹⁴ O IAA, criado em 1933 pelo governo de Getúlio Vargas, impôs uma política dirigista à indústria açucareira. Foi extinto apenas no início dos anos 1990 no governo de Fernando Collor de Melo, era um órgão interventor que dirigia, fomentava e controlava a produção e as relações no mercado e na indústria sucroalcooleira no país.

Figuras 16 a 23 — Igreja de São Pedro, o obelisco e algumas atividades em torno da Igreja (missa, primeira comunhão, procissão das filhas de Maria, Procissão da Semana Santa, Praça da Igreja após missa, Bandinha e Reunião dos Marianos.



Fontes: https://www.facebook.com/pages/usina tamoio e Revistas Umuarama.

de 6 termos importada dos EUA em 1951, e, segundo Hélio Morganti, proprietário da usina, a primeira do tipo a ser utilizada no Brasil, servindo, inclusive, de modelo para a fabricação de tal tecnologia no país. Esse pioneirismo reconhecido pelas inúmeras visitas de industriais do ramo à usina, no período de sua fase dinâmica, foi destacado na entrevista realizada com Hélio Morganti, como seque:

Agora, a parte mais importante que eu acho além da parte social, é o que tinha Tamoio, e sem falsa modéstia eu era talvez a alma de tudo, foi o pioneirismo industrial que Tamoio estabeleceu no Brasil inteiro em relação à tecnologia do açúcar. Tamoio foi o berço da nova tecnologia do açúcar [...] Eu viajava muito, ia muito pra congressos. Eu estava bem a par de toda a coisa e as melhores. Todas as máquinas até 1968, tudo o que se fez, tudo ... praticamente tudo o que se fez na indústria açucareira, Tamoio estava na frente. Tanto assim, por exemplo, nós em 1951, instalamos em Tamoio a melhor moenda do mundo, era a primeira moenda totalmente acionada com turbina a vapor. Antigamente existiam motores a vapor que hoje ... A moenda de Tamoio com turbina a vapor que veio em 1951 é ainda a mãe de todas as moendas que se construíram no Brasil. E foi... foi da moenda de Tamoio que surgiram as 300, 400 moendas que têm no Brasil. São todas cópias. 98% são cópias da moenda de Tamoio. (...) Foram copiadas por indústrias mecânicas do Brasil. A Dedini começou a construir todas as moendas - a maioria. Depois começou a Zanini. A Zanini era em Ribeirão Preto, começou a fazer as moendas. As moendas depois vieram... mas eu acredito que no Brasil, todas as... Eu acho que 99%, 98% das moendas atualmente funcionando, no Brasil, são todas filhas da moenda de Tamoio, todas filhas de Tamoio. (...) ficaram simplificadas, porque a moenda de Tamoio era um pouco sofisticada. Foi tirada aquela sofisticação e ... Foi abrasileirada, e hoje, até hoje, todas as moendas que têm...(...) No norte, nordeste, tem algumas que são importadas ainda. São Paulo, seguramente, 100% são. (Hélio Morganti – antigo proprietário da usina)

Figuras 24 e 25 – Moenda Fulton de 6 ternos, importada dos Estados Unidos em 1951, sendo transportada para a Usina e já instalada.





Fonte: Revista Umuarama no. 44, março de 1951.

Ainda, na área social, no período da administração dos filhos, a Usina Tamoio, que já contava com um importante grupo escolar na sua sede industrial, assistiu ampliações no setor educacional com a elevação de 2 Escolas Isoladas à categoria de Grupo Escolar (da Seção Bela Vista do Chibarro e da Seção Jacaré), completando um conjunto de três Grupos Escolares e nove Escolas Isoladas. Com isto, mais trabalhadores e seus filhos puderam obter a formação escolar até 4°. série primária (atual 4°. no do ensino fundamental)²⁵.

Figuras 26 e 27- Grupo Escolar "Gianina Morganti" da sede e Grupo Escolar "Pedro Morganti" da Bela Vista.





Fonte: https://www.facebook.com/usinatamoio/photos.

Para tentar reduzir o elevado índice de analfabetismo existente em suas terras, sobretudo da população adulta, instituiu-se, mais tarde, o ensino noturno²⁶. A sopa já oferecida no grupo da sede desde 1941, em adoção à proposta governamental de instituição da merenda escolar, foi também estendida para os outros grupos, visando atender também as crianças daqueles setores. Neste conjunto, o oferecimento de materiais escolares aos alunos mais carentes, por meio de recursos da caixa escolar, sem dúvida, era também muito importante (CAIRES, 1993).

No final dos anos 1950 e meados dos anos 1960, mais dois investimentos completaram o setor educacional na Usina Tamoio, com a criação do "Jardim da Infância do Seu Hélio" e a instituição do "Ginásio Estadual da Usina Tamoio" incentivado pela aprovação do projeto de lei no. 846/58, de autoria do Deputado Estadual Scalamandré Sobrinho. A instituição do Ginásio Estadual da Usina Tamoio, ao propiciar condições de acesso ao estudo ginasial aos jovens da sede e das seções agrícolas, veio, até certo ponto, encurtar

²⁵ Em 1948, num total de 28 classes nos grupos e escolas isoladas da Usina Tamoio, eram ministradas aulas para I.050 alunos (ALMEIDA, 1948).

²⁶ Em 1950, conforme dados do censo realizado na Usina Tamoio, o percentual de analfabetos acima de 7 anos era de 38,71%. A instituição do ensino noturno, na usina, teve por objetivo reduzir e esse índice.

a distância em oportunidades de estudos, que separava o pessoal da sede e das seções agrícolas, sobretudo daqueles que anualmente eram beneficiados com concessão de Bolsas de Estudos, outro benefício oferecido pela Usina com a mediação da Delegacia de Ensino de Araraquara, que se encarregava de promover o concurso que premiaria dois alunos: um menino e uma menina.



Figura 28 – Formatura da 1ª. Turma do Ginásio da Usina Tamoio, em 22/12/1965.

Fonte: https://www.facebook.com/pages/Usina-Tamoio.

Além da ampliação no sistema educacional e da construção da igreja de São Pedro, os filhos Morganti aperfeiçoaram os serviços de infraestrutura básica, com a extensão e melhorias da rede de água, energia elétrica e esgoto nas residências dos trabalhadores (CAIRES, 1993).

Nos últimos anos da década de 1940, até o final da década seguinte (1950), registraram-se, ainda, ampliações na organização industrial e social da usina, com a construção de oficinas mecânicas; implementação das atividades assistenciais: de assistência material, médica, religiosa e recreativa, com o equipamento de um armazém de fornecimento e um ambulatório médico na seção Bela Vista, em 1950 e 1958, respectivamente; aquisição de uma ambulância, em 1948; construção de um prédio para funcionamento do Círculo Operário Católico, em 1951; construção da capela de Santa Elza, na seção do mesmo nome, em 1960; organização de uma biblioteca¹⁷ e

²⁷ A biblioteca da Usina Tamoio, um dos itens bastante enfatizado pelos trabalhadores da indústria como símbolo da vida cultural mantida na usina, foi organizada pelo padre da igreja de São Pedro - em Tamoio, com doações de obras literárias e científicas pelos dirigentes da empresa, membros da família Morganti, comunidade empresarial de Araraquara e também por alguns empregados graduados.

construção de uma sala para projeções de filmes e apresentações de peças teatrais. Também é desse período a construção de um campo de aviação para o pouso de aviões de pequeno porte a a construção de uma ponte sobre o rio Jacaré Guaçu para a transposição dos vagões da estrada de ferro até Guarapiranga (distrito de Ribeirão Bonito), onde a usina mantinha plantações de cana. No conjunto das ampliações ocorridas, nesse período, a construção de um grande estádio esportivo para o incremento das atividades esportivas e recreativas foi destacada, pela empresa, como um grande passo na política de assistência ao trabalhador (CAIRES, 1993).

Figuras 29, 30 e 31- Fachada e interior do Estádio Esportivo "Comendador Freitas".







Fonte: https://www.facebook.com/pages/Usina-Tamoio.

Figuras 32, 33 e 34 - Prédios do CírculoOperário Católico, Cinema e Biblioteca.







Fonte: Revista Umuarama no. 41 de Dezembro de 1950 e 100/101 julho/Agosto de 1959 e https://www.facebook.com/pages/Usina Tamoio.

Figuras 35, 36 e 37 – Ponte sobre Rio Jacaré e Campo de Aviação.







Fonte: Revistas Umuarama n. 92/95 de 1958-1959.

Além dos itens já assinalados, outros equipamentos, como açougue, padaria, torrefação de café, fábrica de sabão, leiteria, sorveteria, instituto de beleza, gabinete dentário, agência do correio,

serviços telefônico e de ônibus²⁸ que ligava a cidade de Araraquara à Estação de Tamoio (Estação da Estrada de Ferro), em horários compatíveis com os trens da Cia Paulista de Estrada de Ferro, atribuíam à Usina Tamoio características tipicamente urbanas.

Figuras 38, 39 e 40 - Conjunto de Prédios que serviam à organização social da usina (Farmácia, Correios) ,Ônibus de Tamoio com respectivos horários.



Fonte: https://www.facebook.com/pages/Usina-Tamoio.

Com toda esta organização produtiva e social, a Usina Tamoio se tornou uma passagem necessária, recebendo e hospedando em suas instalações chefes políticos e esportistas renomados como Juscelino Kubtischek, Jânio Quadros, Pelé, dentre outros.

Figura 41 – Visita de JK e Jânio Quadros à Usina Tamoio, acompanhados de Hélio Morganti (de branco, ao lado esquerdo).



Fonte: https://www.facebook.com/pages/Usina-Tamoio.

¹⁸ A empresa Fernandes e Cia Ltda foi organizada em 1940 com apenas 5 veículos, fazendo serviços de transportes da Usina Tamoio (ALMEIDA, 1948).

Pela sua grandeza e toda a organização produtiva e social que sustentava, Tamoio, na época, foi destacada pelo Bispo Diocesano Dom Ruy Serra - Bispo na Diocese de São Carlos, como um "Recanto abençoado, sim porque em Tamoio, graças ao espírito clarividente de seus proprietários, a Justiça Social é uma realidade e a questão social deixa de existir considerada como um problema de luta entre capital e trabalho²⁹.

4 - A Usina Tamoio na Cidade de Araraguara

Rodrigues da Silva (2009), ao propor estudos que privilegiem a Arqueologia Industrial como método e teoria, para a compreensão do Patrimônio Industrial, chama a atenção para o papel determinante da empresa na vida de uma cidade, influenciando, muitas vezes, não apenas o seu processo de desenvolvimento econômico, mas também as práticas assumidas pela vida social, cultural e política do lugar. Para o autor, "A relação estreita que existe entre uma cidade e as organizações industriais (ou prestadoras de serviços) que nela se instalam tem profunda ligação com o desenvolvimento social da primeira em conjugação com o desenvolvimento econômico da segunda. As empresas, segundo ele, têm a capacidade de modificar os espaços em que estão presentes, e em alguns casos contribuem para o desenvolvimento local, tanto do ponto de vista do capital, como também sob a égide do social.

O autor anota: "A significância do patrimônio industrial se faz pela interação existente com o entorno em que se encontra e pela relação a partir do seu significado e da percepção e identificação dadas pelas componentes humanas e sociais em que se encontra integrado" (RODRIGUES DA SILVA, LOPES CORDEIRO, 2017, p. 25)

Pela sua importância econômica e social, a Usina Tamoio, desde muito cedo, construiu fortes vínculos com a cidade de Araraquara. Com ampla capacidade produtiva e de negócios marcou presença no cenário econômico, social e político da cidade. Parte dos lucros auferidos pela empresa era redistribuída em atividades de cunho assistencial e cultural no município. Nos anos 1940 e anos 1950 registra-se uma intensa colaboração da família Morganti com obras assistenciais como a ampliação do prédio da Maternidade Gota de Leite de Araraquara, onde eram atendidas as parturientes da usina; ampliação das instalações do Asilo de Mendicidade de Araraquara, cujos trabalhos de construção ficaram a cargo dos trabalhadores da Usina Tamoio, graciosamente cedidos pela família Morganti; construção de um prédio para funcionamento do Posto de Puericultura na Vila Xavier (um dos maiores bairros da cidade na época), que recebeu o nome de "Posto de Puericultura Comendador Pedro Morganti", em

¹⁹ Trecho do Discurso proferido por D. Ruy Serra em visita pastoral à Usina Tamoio em 29 de junho de 1948. Revista Umuarama n. 19, Julho de 1948.

homenagem ao fundador da usina, e inaugurado em 22 de agosto de 1950. Também a instalação do Posto de Saúde de Araraquara, em 1947, teve importante colaboração da família Morganti (CAIRES, 1993).

No setor cultural, o Núcleo de Belas Artes de Araraquara contou com o valioso patrocínio de Hélio Morganti, que gozava de alto prestígio e estima na sociedade araraquarense, pelo seu caráter benemérito e pela sua elevada posição na indústria local. Atuando como um mecenas, Hélio Morganti tornou-se pessoa com grande prestígio na sociedade e na comunidade industrial araraquarense, com expressiva presença em eventos culturais e cívicos.

O futebol praticado pelos trabalhadores de Tamoio, muito valorizado pela empresa, pelos jogadores e pela população tamoiense, extrapolava o espaço da usina e se misturava com times de Araraquara e até mesmo do estado de São Paulo. Era o Tamoio Futebol Clube filiado "à Federação Paulista de Futebol e à Liga Araraquarense de Futebol, podendo disputar os principais campeonatos do futebol amador do estado de São Paulo. Tendo em mãos este direito, sagrou-se campeão Amador da cidade (1954), além de ter conquistado o Setor 4 do Campeonato do Interior do Estado" (QUANDO O TIME JOGAVA..., 2018)

Indubitavelmente, a Usina Tamoio teve e continua tendo, até hoje, grande importância para a cidade de Araraquara. Sua contribuição para mudanças na paisagem do município, tanto na área rural/agrícola, quanto urbana é inegável.

Suas marcas estão presentes não apenas na memória da população araraquarense, especialmente de seus antigos trabalhadores e moradores, mas também em espaços públicos como ruas e prédios da cidade. A Rua Comendador Pedro Morganti (Rua 11), que se estende por três bairros (Santana, Centro e Carmo), assim como a Rua Comendador Hélio Morganti, no bairro Quitandinha, e a Rua Lino Morganti entre os bairros Água do Paiol e Igaçaba são referências da importante presença da família Morganti na cidade. Mais recentemente foi criado o empreendimento imobiliário denominado Residencial Vila Morganti, na Vila Xavier.

5 - O Império Desmorona: "Tudo que é sólido desmancha no ar"

Toda a estrutura construída pelos Morganti fez da Usina Tamoio um Império. Contudo, já a partir de final dos anos 1950, mais precisamente a partir de 1957, na contramão da onda expansionista que a usina vivia, esse Império começa a apresentar sinais de desmoronamento, o que vai exigir dos usineiros mudanças organizacionais e administrativas urgentes. Essas mudanças serão verificadas no setor agrícola e industrial com o início do rompimento no padrão de relações de trabalho existente, que se torna cada vez mais marcado pela burocratização e pela racionalidade. No setor agrícola, em compatibilidade com o movimento de modernização tecnológica

que se verifica no Brasil a partir do final dos anos 1950 e anos 1960, observam-se mudanças no sistema de plantio da cana-de-açúcar com a implantação de um novo sistema de zoneamento, curvas de nível, assim como o uso de máquinas e implementos agrícolas mais potentes (tratores).

Com a mecanização do corte de cana, uso de defensivos agrícolas, carpa química e o novo zoneamento dos setores agrícolas, a usina põe em prática o seu plano de racionalização do trabalho e redução da mão de obra que vinha sendo discutido desde meados da década de 1950. A implantação desse plano no setor garícola, que coincide com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em 1963, torna obsoleto um modelo de plantio e tratos culturais, baseado no trabalho manual e realizado com instrumentos de trabalho rústicos (arado, enxada, dentre outros) e animais. No quadro de gestão da empresa novas personagens são integradas. A admissão de engenheiros agrônomos e outros profissionais com formação universitária, deixa para trás os trabalhadores práticos e com conhecimentos empíricos adquiridos no cotidiano do trabalho. Todas essas mudanças vão interferir diretamente nas condições de vida e de trabalho das famílias trabalhadoras, em especial dos colonos de cana. que sofrem um processo de ruptura de suas relações de trabalho e consequente expulsão da usina (CAIRES, 1993).

Nesse contexto, gradativamente, as concessões que giravam em torno da moradia começam a ser negadas. O aluguel das casas, antes simbólico, e o fornecimento de energia elétrica passam a ser cobrados. Os filhos das famílias trabalhadoras, que viam nas ocupações da usina uma possibilidade de engajamento e permanência no local, deixam de ser empregados pela empresa, o que os força a buscar oportunidades de trabalho fora daquele espaço. O fornecimento no armazém, um dos mais importantes sustentáculos desse padrão de relacionamento, torna-se mais restrito e pouco a pouco vai sendo minado. Esse processo atinge, indistintamente, setor garícola e indústria (CAIRES, 1993).

Descontentes, muitos trabalhadores e suas famílias deixam o lugar e vão para as cidades vizinhas (Araraquara, Ibaté e São Carlos, principalmente). A crise financeira que a usina vivia desde o final dos anos 1950 acentua-se na década de 1960, com a promulgação da lei número 5.107/66, que institui o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Tudo isto culmina com a transferência da usina, por meio de venda, para o Grupo Silva Gordo, detentor de capital financeiro, proprietário do Banco Português do Brasil, em abril de 1969.

Com a venda da usina, na década de 1970, o processo de mudanças nas formas de produzir e nas relações de trabalho que já vinha ocorrendo torna-se mais intenso. Paralelamente, o novo grupo proprietário começa a atrasar os pagamentos de salários dos trabalhadores e dos encargos patronais como o FGTS, cujos primeiros atrasos são registrados em 1977.

No início dos anos 1980, a crise se aprofunda. Os trabalhadores, sem salários e sem condições de sobrevivência, decidem por uma greve, que se mantêm por 120 dias em períodos intercalados. Organizados em passeatas e movimentos reivindicatórios vão para as ruas de Araraquara lutar por seus direitos. Esta situação mobiliza a cidade, a imprensa local, regional e mesmo nacional. Envolve políticos e órgãos públicos. Discute-se nesse momento a desapropriação das terras da usina para fins de pagamento dos trabalhadores. A Justiça do Trabalho, que já vinha sendo inundada com processos trabalhistas desde o final do período Morganti, viu-se ainda mais acionada. Muitos trabalhadores pedem rescisão indireta de contrato de trabalho por não cumprimento do mesmo. Processos cada vez mais volumosos são registrados nesse órgão trabalhista, muitos sem resolução (FERRANTE, 1984 e CAIRES, 1993).

Apesar das lutas, pouco foi resolvido e em 29 de outubro de 1982, por decisão do grupo gestor, as atividades da usina são totalmente paralisadas, deixando para trás um enorme patrimônio, muitas dívidas trabalhistas, e as poucas famílias que resistiram em deixar o lugar. Tudo foi deixado ao tempo, se deteriorando, sendo corroído. Uma das fazendas da usina, a Fazenda Bela Vista do Chibarro, conforme já mencionado, penhorada em dívida do Grupo Silva Gordo com o governo do estado (Caixa Econômica Estadual) foi desapropriada pelo governo de São Paulo para fins de reforma agrária. Hoje existe no local um assentamento rural.

Por algum tempo, o imenso patrimônio construído pela Usina Tamoio se manteve em pé, mas aos pouco, já deteriorado pelo tempo e pela falta de manutenção, foi sendo destruído. As casas das seções agrícolas e outros equipamentos que as acompanhavam como escolas, igrejas, assim como a casa sede da usina, foram demolidas pelos novos proprietários que temiam uma ocupação por movimentos de trabalhadores sem-terra.

Figura 42 e 43 – Casa sede da Usina e Capela da Seção Marilú (uma das últimas a ser demolida).



Fonte: https://www.facebook.com/pages/Usina Tamoio.

Nesse cenário, a história da Usina Tamoio muda radicalmente. De paraíso transformou-se em cidade fantasma perdida entre canaviais abandonados. Na década de 1990, foi vendida para o grupo Açucareira Corona, proprietário da usina Bonfim, que passou a ocupar suas terras com cana e após algum tempo colocou a usina em funcionamento. Mais tarde, em 2011, esse grupo, vendeu-a para o Grupo Cosan/Raízen que a manteve em funcionamento até 2017, quando, alegando falta de matéria-prima (cana), encerrou as atividades novamente, demitindo cerca de 250 trabalhadores. Atualmente a Usina Tamoio encontra-se novamente paralisada.

De seu imenso patrimônio edificado, na sua sede, restam apenas os prédios que compunham a parte industrial, a majestosa igreja de São Pedro, o obelisco construído em homenagem a Pedro Morganti, alguns prédios que serviam à organização social, algumas casas de trabalhadores que se encontram abandonadas e deterioradas pelo tempo, ruínas do estádio esportivo Comendador Freitas e de outras construções. Apenas na Seção Bela Vista do Chibarro, local onde hoje existe o assentamento rural, já mencionado, foram preservadas as casas, capela, prédios onde funcionavam o ambulatório médico e o clube social, uma vasca recentemente revitalizada, além do já citado casarão. No entorno do casarão podese observar também o antigo terreiro de secagem do café e outros equipamentos que atendiam as necessidades da casa (Tanque de lavar roupa, espelho d' agua). O casarão atualmente encontra-se

Figuras 44, 45, 46 e 47 – Casarão em ruínas(frente e lateral) e espelho d'agua.



Fonte: acervo da autora.

em ruínas, tendo inclusive, recentemente, sido interditado para visitação, pela Prefeitura Municipal de Araraquara, pois oferece risco aos visitantes.

O grande e importante patrimônio que se mantem é o patrimônio imaterial. São as lembranças e memórias de antigos trabalhadores e moradores, que expressam a satisfação, a alegria e o contentamento de trabalhar e viver em Tamoio. Abaixo destacamos alguns depoimentos.

E a gente vivia bem lá. A gente era feliz e não sabia [...] Porque nós tínhamos médico [...] agente tinha médico, tinha enfermeiro ,tinha padaria, tinha açougue, tinha armazém, tinha loja de roupa...Tudo o que você precisava você achava ali. Você tinha loja de ... A gente falava ferragem, mas é pra ... sabe? Coisas ... Utensílios domésticos, justamente, sabe? Tinha torrefação de café, tinha refinaria... O açúcar era refinado lá mesmo. Então a gente era super feliz, a gente criou os filhos... (ex-colona)

[...] E a festa de São Pedro e 1°. de maio... Então essa era fora de série! Tinha toda quanto é diversão pra criançada brincar, todo esporte, tudo! Até a hora do jogo que era a sensação pra todo mundo. Das 8 horas da manhã que acabava a missa até a hora do jogo era pra turma de lá. Era jogo de seção. Começava às 8 horas, ia disputar o torneio de um com outro etc. Era uma família desde as da sede até a última seção! Uma família né (ex-administrador)

Semana Santa era perfeita! Todo mundo saía de casa pra participar da Semana Santa. A procissão do enterro, de Tamoio, na sexta-feira da paixão, é inacreditável! Porque hoje... Nós que contamos isso e vivemos. Era procissão quilométrica, era por quilômetro e todo mundo saía de casa, aquele pessoal da seção vinha todos eles pra igreja. A usina punha condução, punha em cada seção, dois, três ônibus pra trazer o pessoal. Quando não tinha ônibus, vinha de caminhão. E eles queriam participar... Era uma maravilha! Uma maravilha mesmo! Você não vê mais isso hoje. Infelizmente! Porque o povo se sentia bem! Você olhava no povo de Tamoio, todo mundo sorria. Depois começaram a chorar, depois de 69 (1969), no Silva Gordo (...) Mas você via aquele povo alegre. Um povo feliz! (ex gerente de armazém)

Lá na usina a gente era tão alegre! Fiscal não precisava se preocupar que a gente trabalhava mesmo. Tinha amor de trabalhar. Hoje em dia,ninguém mais trabalha com amor. Só trabalha porque precisa do salário e a gente era o contrário. A gente não ligava pra dinheiro. Agente trabalhava porque gostava de trabalhar. Não estava preocupado em ganhar tanto. A gente tinha o que comer. Não tinha o luxo que tem hoje [...] A gente estava sempre cantando [...] A gente tinha remédio, tinha médico, hospital, tinha tudo! (ex-colona)

119

São essas memórias que insistem em manter vivas, por meio da realização de festas, bailes e outros eventos que possibilitam o (re) encontro desses sujeitos. Nesses (re) encontros as pessoas se juntam para (re) lembrar e (re) viver os bons momentos vividos na Usina Tamoio. Em meio a muito trabalho, mas com a alegria proporcionada pelas necessidades materiais satisfeitas, e também pelos bailes, pelo futebol, pela religiosidade. Os (re) encontros de hoje permitem o (re) fazer desse lugar e desta vivência que o tempo, na memória, insiste em não apagar.

Figuras 48 a 57 – Algumas ruínas da Usina (casas das colônias e estádio esportivo Comendador Freitas).



Fonte: http://www.facebook.com/pages/Usina Tamoio.

Considerações finais

O patrimônio industrial, vale mais uma vez ressaltar,

[...] se refere à existência de um patrimônio técnico e arquitetônico que busca entender o conceito da conservação em um sentido mais amplo do campo do patrimônio cultural. Estão envolvidos desde princípios de proteção, reutilização, museística, à gestão no âmbito de orientação, planificação e organização da memória industrial a partir das atuações de órgãos gestores

administrativos ou de particulares responsáveis pelos elementos industriais considerados vestígios, segundo a linguagem da arqueologia. (SANTACREU SOLER, 1992 apud RODRIGUES DA SILVA; LOPES CORDEIRO, 2017, p. 19)

Na Usina Tamoio, exceto o prédio industrial que está sob a auarda do atual proprietário, o Grupo Raízen, grande parte deste importante patrimônio industrial e seus vestígios materiais, infelizmente, estão abandonados ao tempo e correndo um sério risco de desaparecer. A suntuosa igreja de São Pedro, após anos fechada, passou por reforma e foi reaberta em 2012 para receber fiéis e para a realização de cultos reliaiosos (missa). Atualmente com a nova paralisação da usina pelo atual grupo gestor, encontra-se novamente fechada, cercada por alambrados e sem permissão de acesso. No ano de 2018 suas instalações e a casa paroquial sofreram com a invasão por desconhecidos que furtaram especialmente documentos históricos, levando, assim, parte importante da memória da usina. Próximo à sede industrial, o mato toma conta das ruas e o que resta das casas que antes abrigavam famílias trabalhadoras. Urgente se torna a intervenção do poder público para a salvaguarda e preservação do que ainda resta do patrimônio industrial ali existente, considerando seu valor histórico, arqueológico, arquitetônico e cultural.

Neste sentido, algumas iniciativas já foram registradas. Após alguns movimentos reivindicando a preservação do Patrimônio Industrial da Usina Tamoio, na tentativa de salvaguardar ao menos parte deste importante patrimônio, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Paleontológico, Etnográfico, Arquivístico, Bibliográfico, Artístico, Paisagístico, Cultural e Ambiental de Araraguara (COMPPHARA) realizou o tombamento do Casarão da seção Bela Vista do Chibarro, conforme Decreto 11.853 de 05 de dezembro de 2018. Também a Jareia São Pedro, o Obelisco construído em homenagem a Pedro Moranti, 2 casas de colonos e o que resta do Estádio Comendador Freitas têm a salvaguarda garantida pelo Termo de Compromisso e Avenças entre a empresa Raízen e Prefeitura Municipal de Araraguara, desde o ano de 2018. Encontrase em análise o processo que prevê o tombamento de alguns bens presentes no assentamento Bela Vista do Chibarro, a saber: Terreiro para secagem do café, Tulha, Capela de São Judas Tadeu, Colônia da Agrovila, Vasca, Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti (Atual EMEF "Hermínio Pagoto"), Posto de Saúde, Salão onde funcionava o antiao clube ou armazém de fornecimento da seção e serinqueira. (INVENTÁRIO PARTICIPATIVO..., 2022)

Todavia entende-se que a preservação do patrimônio da Usina Tamoio deve ir além dos elementos materiais. Considera-se que o importante patrimônio imaterial que a Usina Tamoio mantém também deve ser objeto de salvaguarda e preservação. É este que persiste com muita força e representa as lembranças e memórias dos antigos

trabalhadores e moradores, que insistem em não deixar cair no esquecimento um tempo lá trabalhado, vivido e por eles rememorado como um tempo bom. O esforco para preservar a Usina Tamoio na memória de seus antigos trabalhadores e moradores tem se verificado por meio da promoção de eventos que propiciam o retorno a aquele luaar, tais como a festa em homenaaem a São Pedro, padroeiro da usina, que ocorreu por algum tempo nos anos 2000, idas à missas na jareja de São Pedro, exposição de fotos da Usina, exposição de artes por "Artistas de Tamoio", que acontecem em espaços públicos de Araraguara, como na Câmara Municipal, por exemplo, dentre outros acontecimentos. Na seção Bela Vista do Chibarro, a festa junina realizada no mês de junho²⁰ e promovida pelos trabalhadores assentados representa também uma oportunidade para que antigos trabalhadores e moradores de Tamoio, bem como a população de Araraquara em geral, possam revisitar o local. Tudo isto permite o retorno ao lugar de pertencimento e onde as raízes estão fincadas.

Atualmente, se o acesso às terras da usina está restrito pelo atual grupo proprietário, as redes sociais, em especial o facebook, se transformam em mais um lugar de memória, que permite o (re) encontro da irmandade tamoiense. Hoje, se nem todos podem estar presentes em carne e osso, esta rede social se transformou em um lugar para o (re) encontro dos que estão perto, mas também dos mais distantes que, mesmo à distância, não deixam de participar, compartilhar e de rememorar, com publicações de fotografias de pessoas, de paisagens, de festas, de eventos importantes vividos na Usina Tamoio: casamentos, batizados, primeira comunhão, eventos esportivos (principalmente o futebol), formaturas, ou um simples brindar o tempo trabalhado e vivido naquele lugar.

Tudo isto constitui, como enfatiza Maurice Halbwachs (1968 apud POLLAK, 1989, p. 3),

[...] pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos [...], o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente relembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias.

Os movimentos promovidos pelos ex-trabalhadores e exmoradores da Usina Tamoio, expressam, sem dúvida, esse sentimento de pertencimento e representam o desejo de querer ver e se ver como parte de uma coletividade, de uma comunidade afetiva que resiste em se desfazer.

 $^{^{20}\,\}mathrm{A}$ festa junina, em sua 30a. edição, $\,$ não ocorreu nos anos de 2020 e 2021 em virtude da Pandemia da Covid-19.

Figuras 58, 59 e 60 - Convite e lembrança do IX Encontro dos Amigos de Tamoio-2017.



Fonte:https://www.facebook.com/photo.

Figuras 61,62 e 63 - Cenas de festa de São Pedro, de missa e estampa de camiseta usada por pessoas que aderiram ao movimento de preservação do patrimônio da U. Tamoio.



Fonte: https://www.facebook.com/photo.

Referências

ALMEIDA, Nelson Martins. Album de Araraquara, 1948.

CAIRES, Angela Cristina Ribeiro Caires. **NEM TUDO ERA DOCE NO IMPÉRIO DO AÇÚCAR**: Usina Tamoio – vida, trabalho e lutas (1917-1969) 402 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras – Unesp Araraquara, 1993.

CAPORRINO, Amanda Walter. **Na era das usinas**: a usina Monte Alegre e o desenvolvimento da agroindústria canavieira em São Paulo (1930-1964) Dissertação. (mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2016.

CHAGAS, Cassiane. Usina Tamoio: da importância econômica aos capacetes coloridos. Disponível em: https://araraquaraagora.com/noticia/5633/usina-tamoio-da-importancia-economica-aos

capacetes-coloridos>. Acesso em: 30 de Nov. 2022,

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira BottaFerrante. Tamoio: Olha tem nó na cana **Revista Perspecivas**, São Paulo, n. 7 p. 31-40, 1984.

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE AQA. Disponível em: Acesso em: 06 dez. 2022">https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?II=-21.800467113220044%2C-48.17847763236313&z=18&mid=1nblReCjmnqlRRoBOygPjeO2-uA3t2eYR>Acesso em: 06 dez. 2022

KUHL. Beatriz Mugayar. Patrimônio Industrial: Algumas Questões em Aberto. In: usjt - arq.urb - número 3/ primeiro semestre de 2010. Disponível em: https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/115. Acesso em: 31 mar 2021

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. Anais do Seminário Internacional História do Tempo Presente. Florianópolis, UDESC, ANPUH-SC; PPGH, 2011. Disponível em: http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/313/234. Acesso em. .01abr 2021

ORNELAS, Manoelito de. **Um Bandeirante da Toscana** (Pedro Morganti na Lavoura e na Indústria Açucareira de São Paulo). São Paulo: Edart, 1967.

QUANDO O TIME JOGAVA, TAMOIO PARECIA SER UMA USINA FANTASMA. PORTAL RCIA: Araraquara e Região. 16/11/2018. Disponível em: https://rciararaquara.com.br/variedades/os-grandes-clubes-da-nossa-terra/quando-o-time-jogava-tamoio-parecia-ser-uma-usina-fantasma/Acesso em 06 dez. 2022.

RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo André. Arqueologia Industrial e Patrimônio Industrial: ?Novo? Enfoque à Memória Cultural. **Fórum Patrimônio**: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (UFMG. Online), v. 2, p. 53, 2009.

RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo André. **A (In)Visibilidade de Patrimônio Industrial e Cultural**: Uma Proposta de Preservação e Conservação. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), UFMG, 2016. Disponível em https://pucmings.academia.edu/rgros. Acesso em: 02 abr 2021.

THIESEN. Beatriz Valladão. Arqueologia industrial ou arqueologia da industrialização? Mais que uma questão de abrangência. Patrimônio: **Revista Eletrônica do Iphan.** Disponível em: http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=161>. Acesso em 01 abr 2021.

UMUARAMA. Revista de Divulgação Interna da Usina Tamoio. 1947-1962 www.estacoesferroviarias.com.br/ferroviaspart_sul/efusinatamoio.htm

MEMÓRIA E MATERIALIDADE CULTURAL NO ASSENTAMENTO BELA VISTA DO CHIBARRO Robson Rodrigues¹ e Dulcelaine Lúcia Lopes Nishikawa²

Resumo: As referências patrimoniais do município de Araraquara comprovam a diversidade cultural existente na medida em que os registros históricos identificam diversos momentos da dinâmica sociocultural de sua população, como a presença indígena e os conflitos com a sociedade envolvente; o processo de imigração; a expansão econômica cafeeira e a construção das ferrovias para chegada e escoamento de produtos agrícolas. Assim a partir deste ensaio o que se busca é fazer algumas reflexões sobre o patrimônio histórico cultural da área que abriga o Assentamento Bela Vista do Chibarro, procurando sistematizar e registrar as contribuições na construção coletiva do patrimônio histórico local, com o intuito de fortalecer a concepção da importância da sua preservação e ressignificação. A importância de trazer a reflexão está associada ao fato de que esses múltiplos atores deixaram suas marcas na vida cultural regional. Todos os cidadãos e cidadãs que viveram nesse município cooperaram de alguma forma para a construção sociocultural e econômica regional.

Palavras-Chave: Assentamento de Reforma Agrária; História; Memória; Patrimônio Cultural.

Abstract: The patrimonial references of the municipality of Araraquara are proof of the existing cultural diversity, of which the historical records identify several moments of social dynamic within the population, whether that being the presence of indigenous populations and the conflict with surrounding society, the immigration process, or the expansion of the coffee economy leading to the construction of railroads for the disposal of agriculture products. This essay's purpose is to reflect on the historical cultural patrimony on the Bela Vista do Chibarro habitation, focusing on systematizing and recording the collective contributions on the construction of the local historical patrimony, strengthening the concept about the importance of its reframing and preservation. Multiple agents were responsible for the cultural mark on the region; therefore, the

² Arqueólogo. Doutor em Arqueologia pelo MAE/USP. Pós-Doutor em Antropologia pelo PPGCS/INCIS/UFU. Presidente da Fundação Araporã. e-mail: robson_arqueo@yahoo.com. br.

² Socióloga. Mestre em Engenharia Ambiental pelo CRHEA/USP e Doutora em Sociologia pela FCL/UNESP. Membro da Fundação Araporã. e-mail: dulcenishi@yahoo.com.br.

reflection about it is of importance. Every citizen that has lived in the city worked, in some way, to build the regional social culture and economy.

Keywords: Land Reform settlement; History; Memory; Cultural Patrimony; Myth; Belief.

1 - Introdução

Como bem definido na legislação brasileira os patrimônios culturais são os modos de expressão, formas de criar, invenções científicas e tecnológicas, obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas ou culturais, além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico. "Constituem-se patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, Art. 216, 1988). Sendo de caráter "Material" aquilo que é palpável como: Construções, sítios paisagísticos, arqueológicos, museus, documentos, acervos museológicos. Os patrimônios de caráter "Imaterial" são: saberes, habilidades, crenças, modos de expressão e de ser das pessoas, festas, músicas, lugares onde ocorrem práticas culturais coletivas (CONSTITUICÃO ..., 1988).

As referências patrimoniais do município Araraquara evidenciam essa diversificação cultural na medida em que os registros históricos identificam diversos momentos da dinâmica sociocultural de sua população, como a presença indígena e os conflitos com a sociedade envolvente; o processo de imigração; a expansão econômica cafeeira e a construção das ferrovias para chegada e escoamento de produtos agrícolas. Fatos históricos que deixaram suas marcas na vida cultural regional. Todos os cidadãos e cidadãs que viveram nesse município cooperaram de alguma forma para a construção sociocultural e econômica regional. Fatos estes que devem ser recolhidos e sistematizados para se registrar essas contribuições na construção coletiva do patrimônio histórico local e fortalecer a importância pela preservação da identidade cultural regional.

A conscientização a respeito da importância do patrimônio cultural se faz necessária, e é preciso que os munícipes entendam que se trata de um conjunto de bens móveis, imóveis, materiais e imateriais existentes, e que sua conservação tem que ser de interesse público, seja este interesse dado por fatores memoráveis e associados ao seu valor histórico, arqueológico, arquitetônico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Compreende-se que a salvaguarda do patrimônio cultural passa pela construção de um diálogo com as sociedades democráticas, pois é pelo exercício da cidadania que os conhecimentos, as inovações e as práticas são orientadas. Nessa mesma linha de pensamento Funari e Carvalho (2008) comentam que é preciso romper com a visão de patrimônio enquanto expressão de espaços arquitetônicos tombados e bens arqueológicos estáticos. Segundo os autores, tanto os restos arqueológicos quanto os monumentos são usados pelos atores sociais para produzir significados seja no que compete à criação de uma identidade nacional, ou afirmação de uma diversidade étnica. Portanto, remete-nos à necessidade de encararmos estes artefatos como sendo socialmente construídos e contestados em termos culturais. Sendo assim, a maior contribuição dos patrimônios culturais materiais e imateriais é a geração de uma capacidade reflexiva, muito mais do que contemplativa.

Nesse sentido, a importância de desenvolver outra relação com o patrimônio histórico e cultural está associada a duas perspectivas de grande importância. A primeira diz respeito à concepção de que os materiais nos remetem ao passado e que, portanto, fazem parte da história e da memória de uma determinada comunidade humana. A segunda, à nossa contemporaneidade, tendo em vista que são encontradas na paisagem do presente. O que nos coloca uma questão pertinente: a da necessidade de preservá-lo enquanto espaço da construção da memória e do ambiente.

Em nossa perspectiva de análise, as questões ambientais e de preservação do patrimônio arqueológico, histórico e cultural caminham juntas, e neste ensaio norteará a compreensão do contexto observado a partir do território conhecido como Assentamento Bela Vista do Chibarro, localizado no município de Araraquara/SP.

2 - A Fazenda Bela Vista do Chibarro: Aspectos Históricos e Culturais

O Assentamento Bela Vista do Chibarro conta a história da ocupação dos espaços físicos rurais pelo movimento social. No entanto, há informações históricas de que houve uma ocupação anterior, antes da área se tornar assentamento, isto é, a ocupação no período cafeeiro. Sendo assim, em pesquisa realizada sobre a cultura local, o intuito foi o de levantar a história da ocupação com os moradores locais para, assim, promover o fortalecimento e a compreensão da história contada por meio da memória patrimonial³. Nosso entendimento é de que no momento da ocupação a partir do movimento social, também se está promovendo a construção de uma nova história naquele local, e com uma produção cultural envolta nessa construção histórica, portanto, que essa história precisa ser conhecida, valorizada e preservada por todos.

³ RODRIGUES, Robson e NISHIKAWA, Dulcelaine Lopes. Programa de Educação Patrimonial ano âmbito do Projeto de Prospecção Arqueológica na Área de Abrangência da LT 500 kV nova Araraquara - Araraquara CTEEP – Araraquara Furnas (SP). Relatório Final. Alasca Arqueologia. Araraquara. 2012.

Para melhor referenciar o conhecimento sobre o patrimônio histórico cultural da Fazenda Bela Vista do Chibarro nos pautaremos nas informações coletadas por meio de teses e dissertações. Segundo os dados históricos levantados por Gomes e Ferrante (2005), no final do século XIX o Brasil passava por um processo de industrialização tardia e esse acompanhava o declínio do café. A fazenda Bela Vista do Chibarro nesse momento histórico era controlada pelo Coronel Antônio Joaquim de Carvalho, isso ainda antes do declínio da economia cafeeira. Este, grande proprietário rural a partir de investimentos na produção de café, se destacava no cenário político e social brasileiro, em especial na cidade de Araraquara.

Complementando essas informações, os relatos de Mascaro (2003) afirmam que o Coronel Antônio Joaquim de Carvalho era um personagem de grande projeção e foi proprietário de fazendas cafeeiras em toda a região do interior paulista, sendo que sua trajetória mostra sua instalação no município de Araraquara com o objetivo de aplicação do capital dos engenhos que tinha em Porto Feliz, numa zona próspera para o novo negócio da produção de café. No entanto, após alguns anos, a fazenda é vendida para seu genro Teodoro Dias de Carvalho, que se favoreceu ainda mais dos privilégios concedidos pelo governo da época às elites agrárias:

A família proprietária da Bela Vista foi pertencente ao grupo privilegiado dos proprietários de terras que, há gerações, aplicavam seus (...) capitais no setor agrícola. Seu poder, advindo da propriedade, os projetou para a vida política e para cargos importantes, onde sua atuação era decisiva, a seu próprio favor. Durante o ciclo cafeeiro, enriqueceram ainda mais, sendo que a expressão dessa prosperidade se deu, também, no campo da arquitetura, inclusive urbana (MASCARO, 2003, p. 46).

Hoje ainda é possível observar testemunhos materiais das riquíssimas estruturas arquitetônicas do período cafeeiro. No entanto, em 1930, no auge da decadência do ciclo cafeeiro, em razão da grande depressão causada pela crise da Bolsa de Nova Iorque em 1929, a fazenda é novamente vendida, agora pelos herdeiros de Teodoro Dias de Carvalho, para Pedro Morganti, proprietário da Usina Tamoio.

Uma vez vendida, passou a compor as terras da Tamoio. Seu proprietário, Pedro Morganti, imigrante italiano, veio ao Brasil para trabalhar com seu irmão, proprietário de uma torrefação de café na cidade de São Paulo. No decorrer dos anos, Morganti passou a refinar açúcar de forma artesanal, no mesmo prédio em que seu irmão possuía negócios. Segundo Amaral (2007):

A região conhecida hoje como Bela Vista, na zona rural de Araraquara, foi durante o século XIX um dos grandes polos de produção de café, que contavam com grande quantidade de mão-de-obra escrava e imigrante. No casarão onde ficava a sede da família proprietária da

antiga fazenda de café, e onde hoje moram famílias de trabalhadores sem-terra, é possível reconhecer as invenções da engenharia da época para torturar os escravos. Também não sucumbiram ao tempo as construções faraônicas feitas em pedra e com mão-deobra escrava por onde eram trabalhados os grãos de café e escoados até o porto de Santos. [...] Com o declínio das exportações de café e o fim da mão-de-obra escrava, a antiga fazenda vendeu suas terras para a família Morganti, que converteu a produção de café para a monocultura de cana, e teve como marco a Usina Tamoio. (AMARAL, 2007, p.6).

Já nos relatos históricos que compõem os estudos de Caires (1993) e Mascaro (2003) é possível constatar que houve muita prosperidade no ramo de refinação de açúcar nesse momento histórico. Isso graças à facilidade promovida pelo governo nessa época. Mascaro (2003) destaca tal fato:

Em Araraquara, uma das medidas mais importantes para o sucesso da retomada do plantio da cana-de-açúcar foi um dos projetos de lei elaborados pela Câmara Municipal, em 1929 (...) dessa forma, a partir de 1920, o cultivo da cana-de-açúcar e a produção sucroalcooleira vão expandindo no município de Araraquara, tornando-se uma de suas produções mais expressivas e atingindo seu pico em meados de 1940 (MASCARO, 2003, p. 49).

Caires (1993) vai explicar que esse projeto de incentivo ao cultivo da cana isentou os usineiros por 15 anos do pagamento de impostos. O objetivo era que os engenhos tivessem capacidade de moer pelo menos 250 toneladas de cana ao dia, e que as destilarias produzissem cinco mil litros de álcool em 24 horas. Sendo assim, a expansão da agricultura canavieira toma os vales e o entorno da Usina Tamoio, até chegar à Bela Vista.

Historicamente a fazenda Bela Vista esteve sob os domínios dos Morganti desde 1930 até final da década de 1960, mais precisamente até abril de 1969. Neste período a fazenda fez parte do aglomerado de terras da Usina Tamoio – empresa constituída por uma sede industrial e pelas seguintes seções agrícolas: Marisa, Marilú, Serra D'água, Aparecida, Chibarro, Bela Vista, Banhadinho, Santa Elza, Santa Beatriz, Mantuana, Salto, Morro Azul, Jacaré, Andes, Santa Joana e Lucânia, totalizando um território de 5.278 alqueires. Esse foi o momento mais próspero do plantio e processamento de cana no país e na região de Araraquara e teve especial destaque nesse momento histórico.

No entanto, segundo o levantamento histórico feito por Caires (1993, 2005) Rosim (1997), Mascaro (2003), Gomes (2005) e Teixeira (2011), a década de 1960 trouxe alguns problemas para a Usina Tamoio. Isso em razão de estarem ocorrendo alterações estruturais na economia do país. Essas transformações se deram devido à implementação do processo de modernização tecnológica ocorrido no setor agrícola

brasileiro, associado à extinção do regime de colonato que afetará tanto o setor cafeeiro, quanto o canavieiro. Na Usina Tamoio, o regime de colonato na cana, que já vinha sofrendo um processo de desmonte desde meados dos anos 1950, gradativamente, vai sendo minado. Se no período inicial desta usina estimava-se a existência de 150 a 200 famílias colonas, em 1961, esse número foi reduzido para 41. Nos anos seguintes, sobretudo a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 1963, este regime de trabalho foi totalmente extinto, sendo os colonos remanescentes transformados em trabalhadores assalariados, dando continuidade e finalizando ao processo que já vinha ocorrendo desde meados dos anos 1950 (CAIRES, 1993).

Na verdade, esse também será o início de lutas políticas entre usineiros e colonos. Na concepção de Caires (1993) e Teixeira (2011) o deixar de ser colono para assumir a condição de assalariado foi bastante significativo na vida dos trabalhadores da Usina Tamoio, pois estes foram desapropriados de seus instrumentos de trabalho e de seus animais usados também no trabalho da terra. Ainda segundo os dados de Caires (1993 apud TEIXEIRA, 2011), em 1961 a usina lançou um plano mais agressivo de eliminação de seu excesso de mão de obra, considerando seu atraso frente ao acelerado processo de mecanização da lavoura já instaurado no país.

Mesmo com todas as medidas tomadas no sentido de se transformar, para acompanhar o desenvolvimento das novas técnicas modernas de produção, em 1966 a usina não tinha conseguido modernizar de fato as suas estruturas, que se apresentavam ainda bastante obsoletas, o que, associado a outros problemas financeiros e de ordem familiar, fizeram com que esta viesse a ruir completamente em abril de 1969. Sendo assim, é vendida para um grupo detentor de forte capital financeiro, o Grupo Silva Gordo.

No entanto, esse novo grupo proprietário segue na mesma perspectiva planejada pelo Grupo Morganti, ou seja, desenvolveu uma política de arrocho do número de trabalhadores e rompeu profundamente com o ideário pautado no paternalismo, no clientelismo, em relações pessoalizadas e benesses oferecidas pelos patrões e que existia entre os trabalhadores locais. O Grupo Silva Gordo segue dando sequência ao projeto de mecanização da agricultura, e a estrutura patriarcal de Morganti deixa de existir, dando espaço para a existência de relações cada vez mais racionais e de um trabalhador assalariado, cujo relacionamento entre patrões e empregados passa a se apoiar na legislação trabalhista (CLT e ETR). Essa política se inicia desde o período Morganti, com a persuasão dos trabalhadores no sentido desses optarem "espontaneamente" pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ou por seu desligamento da empresa.

No entanto, devido à má administração, onze anos depois a usina começa a entrar em colapso, e esse processo se arrastou por anos. Sua intensidade fica explicitada pelos problemas que a empresa

passou a apresentar tais como o não recolhimento do FGTS, atrasos salariais, paralisação do processo produtivo, improdutividade de suas terras, elevados débitos fiscais com o Fisco Estadual e Federal e estabelecimentos oficiais de crédito do Estado (CAIRES, 1993 e ROSIM, 1997, p. 43).

Em 1977 o Grupo Silva Gordo já havia estampado na Usina Tamoio as marcas de sua administração. Segundo Caires (1993, p. 368):

Nesse quadro crítico, representado pelo não pagamento de elevados débitos fiscais para com o fisco estadual e federal, com constantes atrasos nos pagamentos dos salários dos trabalhadores e o não recolhimento do FGTS, trabalhar naquela usina passou a ser uma desventura.

No final de 1981, as lutas políticas dos trabalhadores com os donos da Usina Tamoio – o Grupo Silva Gordo - se acirram de tal maneira que culminam em uma greve, que durará por mais de 120 dias em períodos intercalados. Esta greve, como bem salientam Ferrante (1984) e Caires (1993, 2005), não teve êxito, pelo fato de os trabalhadores terem sido barrados pelos mecanismos utilizados pela empresa para esvaziar o movimento, e principalmente porque não tinham uma tradição de lutas. Mas é interessante observar que, com a demissão de 22 trabalhadores por justa causa, houve uma organização de representantes de vários órgãos sindicais, governamentais estaduais e federais, levando a discutir a perspectiva de desapropriação da usina pelo não cumprimento dos interesses sociais.

Segundo Caires (1993), nesse momento, a questão da terra apareceu atrelada à luta pelos direitos. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Araraquara, representante dos trabalhadores, defendia o pagamento dos direitos trabalhistas, e prosseguiu acionando judicialmente o Grupo Silva Gordo. Conseguiu, em Janeiro de 1983, que a justiça colocasse em leilão uma das fazendas pertencentes ao patrimônio da Usina Tamoio, a Fazenda Chibarro⁴, que havia sido oferecida pelo grupo proprietário em caução da dívida referente ao pagamento dos salários atrasados e do FGTS não recolhido.

Após uma tentativa fracassada de leilão desta fazenda, foi decidido adjudicar a propriedade em nome do sindicato para o pagamento de tais débitos trabalhistas. A ação do sindicato, que desde o início tendia a preferir medidas conciliatórias com os proprietários da usina, a ausência de tradição de luta por parte dos trabalhadores da usina e o desgaste provocado pelo longo período de espera, fizeram com que fosse realizado um acordo conciliatório entre as partes. Sobre este acordo conciliatório Caires (1993, p. 377) comenta:

 $^{^{}q}$ É importante esclarecer que esta fazenda, ou seja, a Fazenda Chibarro não é a Fazenda Bela Vista do Chibarro. São, na realidade, territórios distintos e envolvem histórias também distintas.

[...] Ainda, para tal decisão, colaborou muito a crença de que a terra nada lhes servia sem as condições técnicas para trabalhá-la. A ilusão de que a usina pudesse vir a ser reativada impediu que os trabalhadores mantivessem o desejo de se tornar proprietários das terras, que segundo alguns deles, representam o seu pulmão. É na Fazenda Chibarro que se encontra a represa, fonte de água para a usina e da qual ela não prescinde. Mais uma vez, parece ter prevalecido a crença de que a terra do patrão era inviolável. Parece ter pesado nesta decisão resquícios da fidelidade sentida e devida desde o período Morganti, fortemente enraizada na memória e na vida dos seus antigos trabalhadores.

Segundo Ferrante (1984), Caires (1993) e Teixeira (2011), em 1986, por ocasião da visita do Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário – Dante de Oliveira - à Araraquara, políticos e lideranças sindicais locais solicitaram ao ministro a inclusão da Usina Tamoio no Plano Nacional de Reforma Agrária. Durante e logo após a greve dos trabalhadores da Usina Tamoio em 1981, toda a cidade de Araraquara se mobilizou. Informada dos acontecimentos pela Comissão de Apoio aos Trabalhadores da Usina Tamoio, um grupo constituído por várias entidades de classe de Araraquara, Sindicatos, Partidos, representantes de instituições ligadas à Igreja Católica, à Comissão de Justiça e Paz e representantes dos trabalhadores da usina, entre outros, se organizaram, e a Comissão arrecadou fundos e alimentos para os grevistas e demitidos e também promoveu reuniões entre representantes do grupo proprietário e os trabalhadores da usina.

Ainda, segundo Teixeira (2011), ao ter a certeza de que após o acordo trabalhista estaria extinta a possibilidade de os trabalhadores assalariados rurais da usina se tornarem proprietários de terras, e que as terras da Usina Tamoio continuariam a ser arrendadas sem nenhum controle por parte dos órgãos governamentais, iniciou-se uma campanha que objetivava mobilizar trabalhadores desempregados, gerando uma demanda real por terra na região. O maior representante desse processo foi o Sindicato dos Empregados Rurais, com sede em Araraquara. Mas, somente em 1989, após a desapropriação da Fazenda Bela Vista do Chibarro e destinação a projetos de Reforma Agrária pelo governo do estado de São Paulo, por motivo de dívidas do grupo Silva Gordo com a Caixa Econômica Estadual, esta fazenda começou a ser ocupada por trabalhadores rurais vindos de outras localidades⁵, sendo a partir de então destinada ao Projeto de Reforma Agrária denominado Assentamento Bela Vista do Chibarro.

⁵ Conforme Gomes (2011, p. 33) as primeiras famílias que chegaram para ocupar as terras do Assentamento Bela Vista do Chibarro eram originárias da região de Promissão e Vale do Paraíba. Depois foram chegando outros grupos de outras regiões do país, em especial, do sul-Paraná e do nordeste-Bahia.

3 - O Patrimônio Material e Imaterial Ressignificado no Assentamento Bela Vista do Chibarro

Apresentando um rico cenário histórico e de memória sociocultural, os moradores do Assentamento Bela Vista do Chibarro, criaram novas formas de se relacionar com o passado histórico local, para isso se municiam de mitos e ritos que foram sendo repassados pelas gerações, a partir de contações e registros de memória.

Como destaca Lévi-Strauss, a mensagem inconsciente de um mito (crença) corresponde ao conteúdo consciente e ao problema que tenta ser resolvido por meio de um conflito (LÉVI-STRAUSS, 1976, p.11). Este conflito se relaciona ao universo físico e simbólico que constituiu o universo do Ser Humano. E este universo é composto de fatos e percepções: lógicos, conceituais e imaginários, que compõem um repertório de crenças e sentimentos que se explicam por situações não racionais como fé, mitos e crenças.

Assim, auando os assentados relatam as histórias do casarão histórico existente no assentamento, por exemplo, e afirmam que esse espaco é ocupado por fantasmas, ou quando afirmam a existência de um túnel que era utilizado como rota de fuga de pessoas escravizadas, ou guando retomam a concepção de que o alpendre frontal do casarão era utilizado como forma de o dono da propriedade vigiar o terreiro de café e por consequência o trabalho dos escravizados, ou quando relatam ouvir gemidos e gritos vindos da parte dos porões do casarão, local onde se encontrava a senzala; toda essa retomada histórica, que é repassada a partir da oralidade e construída miticamente, ou mesmo como crencas, age como ferramenta que evita o completo apagamento da memória local, estando associada à vida das pessoas, perpassando pelos sofrimentos e pelas vivências históricas dos próprios moradores. Importantes elementos culturais vão assim sendo ressignificados pelas várias gerações e para as gerações futuras, num processo constante de criação e recriação, movimento que é único para os viventes do local.

Gomes e Ferrante (2009), ao citarem Simmel (1997), comentam que os sujeitos se sentem representados quando fazem parte deste repertório, sendo que esse sentimento dá uma sensação de satisfação. De acordo com o autor citado, compor um universo de significados proporciona uma relação de troca que se dá pela reciprocidade, garantindo relações mais íntimas entre participantes da sociedade; sejam entre vizinhos, parentes que trocam favores, professor e aluno ou entre os mais velhos e os jovens (SIMMEL, 1997 apud GOMES e FERRANTE, 2009).

Essas transferências dos saberes, considerados não oficiais, vão se transformando ao logo do tempo, contudo mantêm os elementos agregadores, revelando ao ouvinte sentimentos e expressões mais íntimas, para além do que se emite na mensagem. Ou seja, significa a manutenção de hábitos adquiridos ao longo da história do grupo

(MAUSS, 1950).

Assim, a reconstrução da memória acontece de forma coletiva, dependendo dos mais velhos para que sejam criados os laços, valores e práticas específicas que serão transmitidos posteriormente aos filhos e netos em espaços de troca não apenas objetivos, mas principalmente subjetivos.

Halbwachs (1990) explana que as memórias coletivas entram em contato umas com as outras, e isso provoca um movimento de compreensão e de confirmação de seus significados, mas para tanto, é preciso que os indivíduos tenham mútuas lembranças de suas vidas no passado, e esqueçam as barreiras que as separam do presente. Dessa forma, as lembranças comuns possibilitam que a memória coletiva seja reconstruída enauanto fundamento comum.

[...] para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para obter a lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aqueles e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Desse modo, quando os assentados relatam memórias de período histórico que não vivenciaram ou que tomam para si, é essa dinâmica da construção e da ressignificação da dinâmica sociocultural e da memória que marcam o lugar. Essa dinâmica será dada a partir de outras premissas, nesse caso, passando pela constituição de mito e pelas crenças.

No que compete à materialidade, retomamos nossa reflexão a partir de um texto de Menezes (1998), intitulado "Memória e cultura material: documentos pessoais e espaço público". Nesse ensaio, o autor ressalta que na bibliografia recente sobre materialidade e memória é possível observar que a investigação sobre o papel central dos objetos materiais nos processos de rememoração ocorre de maneira fragmentária e tímida. Na reflexão de Menezes (1998), existe uma simetria entre memória e materialidade em processos cognitivos incorporados na história de vida das pessoas.

Nesse aspecto, a exterioridade, a concretude, a opacidade, em suma, a natureza física dos objetos materiais trazem marcas específicas para a memória social. Explica ainda, o autor, que a durabilidade do artefato, que em princípio sempre costuma ultrapassar a vida de seus produtores e usuários originais, torna o objeto capaz de expressar o

passado de forma profunda e sensorialmente convincente.

Esta propriedade das coisas - compartilhada até certo ponto com os textos escritos- faz com que alguns artefatos tenham um lugar especial como símbolos do passado. As culturas se diferem na medida em que os artefatos são usados no cotidiano da vida das pessoas. De acordo com Menezes (1998), existe uma importância da presença do indivíduo no campo da cultura material. E essa presença jamais é exclusiva (apenas um indivíduo). Denota-se a existência de outrem, ou seja, a materialidade só se perfaz na relação social. A identificação de mãos individuais na produção de artefatos seria irrelevante se não estivesse imbricada na rede de relações que de alguma forma lhes dão suporte. Assim o casarão, a igreja, as casas na vila e algumas ruínas, as panelas de barro, as ferramentas de ferro, dentre tantos outros objetos, fazem parte da história do lugar, e iluminam o imaginário dos assentados que hoje produzem novas histórias e memórias nesse lugar.

Figuras 01,02 e 03 – Casarão em ruínas da antiga sede da fazenda Bela Vista do Chibarro.



Fonte: acervo dos autores.

Considerações finais

O Assentamento Bela Vista do Chibarro foi instituído a partir das lutas sociais que teve o Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara como força motivadora dos trabalhadores do campo, que lutavam por terras provenientes de projetos de reforma agrária. Dos antigos trabalhadores da Usina Tamoio, poucas famílias, 3 ou 4 apenas, que resistiram em deixar o local, após a falência da usina pelo grupo Silva Gordo, foram engajadas no projeto. A maioria das famílias assentadas é proveniente de outras cidades do estado de São Paulo ou mesmo fora dele (Paraná, nordeste-Bahia). Ao longo dos anos estas famílias foram chegando e se estabelecendo no local.

Nesse contexto, a construção da identidade cultural se fundamenta na forte atuação de parcela da sociedade, que lutou pela terra, reivindicou direitos e, no decorrer do processo de assentamento, contribuiu para a preservação dos elementos materiais da história social do lugar, pois não se estabelece uma relação afetiva e de pertencimento com os espaços e objetos culturais sem um forte engajamento. Portanto, se faz necessário solidificar essa

relação de pertencimento ao ambiente sociocultural e principalmente compreender esse lugar como sendo de todos, evidenciando seu caráter público.

Podemos concluir que a memória social dos fatos é, portanto, decisivo na construção do sentido da dimensão histórica da vida social. E propicia a percepção do processo de desenvolvimento cultural como algo sujeito a mudanças que se produzem, por intervenção das forças sociais do presente, a partir de acúmulos de informações produzidos historicamente.

Como bem podemos observar na construção histórica da Fazenda Bela Vista do Chibarro esse espaço é abastado do ponto de vista sociocultural e sua preservação enquanto bem patrimonial é fundamental tanto para as pessoas que lá vivem quanto para o próprio município de Araraquara.

Referências

AMARAL, D, M. Educação Rural em Assentamento de Reforma Agrária Assentamento Bela Vista do Chibarro – Araraquara. Trabalho de Conclusão de curso em Pedagogia, na Universidade Federal de São Carlos, no centro de Educação e Ciências Humanas Pedagogia, 2007.

CAIRES, A. C. R. **Nem tudo era doce no império do açúcar**: Usina Tamoio: Vida, Trabalho e Lutas – 1917-1969. Dissertação 402f (Mestrado em Sociologia) Faculdade de Ciências e Letras, UNESP de Araraquara, 1993.

______, O assentamento Bela Vista em outros tempos, Usina Tamoio: vida e trabalho.ln **Anais - Simpósio: Impasses e dilemas da política de assentamentos**, dias 28, 29,30 de setembro, 2005.

CARVALHO, Aline V. de e FUNARI, Pedro P. A. **Patrimônio e Diversidade:** algumas questões para reflexão. Anais do IV Encontro de História da Arte. IFCH, UNICAMP, 2008.

FERRANTE, V. L. S. B. TAMOIO: Olha, tem nó na Cana. **Revista Perspectivas**. São Paulo: n. 7 pags. 3I-40, 1984.

FUNARI, Pedro P. A. **Arqueologia e patrimônio**. Habilis. Erechim, 2007

FUNARI, Pedro Paulo, e PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural.** Zahar: Rio de Janeiro, 2006. 72 p.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra.** Editora Peirópolis, São Paulo 2002

GOMES, T. P. de S. Um estudo das relações sociais e políticas do assentamento Bela Vista de Araraquara através da festa junina. In:

Anais do Simpósio Impasses e Dilemas da Política de Assentamentos, Araraquara, de 28 a 30 de setembro, 2005. CD-ROM.

_____. Sociabilidade x Conflito: projetos de assentamentos na região de Araraquara, In anais da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia. Goiânia-GO, CD-ROM, Junho de 2006.

GOMES, T. P. de S, FERRANTE V.L. S. B. Dos Conhecimentos tradicionais aoCurrículo Institucionalizado: Um estudo da importância dos saberes tradicionais em assentamento de Reforma Agrária de Araraquara-SP. Disponível em: <www.encontroobservatorio.unb.br/arquivos/artigos/18>, publicado em 2005. Acesso 14/12/2011

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo, Editora revista dos Tribunais, 1990.

MANO, Marcel. Os Campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas (SP), 2006. 357 f. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280084/1/Mano_Marcel_D.pdf. Acesso em 25 novembro 2022.

MASCARO, L. P. **Arquitetura e Modo de Vida no Assentamento Rural Bela Vista do Chibarro.** Dissertação de Mestrado. EESC/USP, São Carlos, 2003.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dádiva.** Lisboa: Edições 70, 1950

MENEZES. Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. **Revista Estudos Históricos.** V. 11, n. 21. FGV. São Paulo. 1998.

MENEZES, U. B. de. Os paradoxos da Memória. In: MIRANDA, D.S de (org.). **Memória e Cultura:** a Importância da memória na formação cultural humana. São Paulo: Edições SESC SP, 2007.

NISHIKAWA, D. L. Le RODRIGUES, R. **Reflexões a respeito da educação** patrimonial e ambiental a partir da arqueologia desenvolvida na região de **Araraquara/SP.** Disponível em http://www.ambiente-augm.ufscar. br/uploads/A3-093.pdf, acesso, 20/10/2011.

RODRIGUES, Robson e NISHIKAWA, Dulcelaine Lopes. Programa

de Educação Patrimonial no âmbito do Projeto de Prospecção Arqueológica na Área de Abrangência da LT 500 kV nova Araraquara - Araraquara CTEEP - Araraquara Furnas (SP). Relatório Final. Alasca Arqueologia. Araraquara. 2012.

ROSIM, L. H. **Nas terras da usina, o fazer-se de um assentamento.** Dissertação (Mestrado) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1997.

RÚSSIO, W. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. IBPC. 3. SP. 1990.

SIMMEL, G. Sociabilidade, um exemplo de sociologia pura ou formal. In: SIMMEL, G. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1997.

TEIXEIRA, R. A. **Grupo escolar Comendador Pedro Morganti: estudo histórico sobre a cultura escolar de uma escola primária do meio rural** – Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2011.

Submissões

Diretrizes para Autores

A **Moitará** – Revista Eletrônica da Fundação Araporã destina-se à publicação de estudos e trabalhos inéditos oriundos das áreas de Antropologia, Arqueologia, Educação, História e Linguística, resultantes de pesquisas e práticas educativas que apresentem consistente abordagem teórico-metodológica relacionada à pesquisa teórica ou empírica, ensino e/ou extensão, contemplando resultados relevantes.

Trata-se uma publicação anual da Fundação Araporã e em cada edição será contemplada, exclusivamente, os eixos temáticos que se apoiam no diálogo interdisciplinar e intercultural relacionados às questões voltadas aos povos indígenas – cultura, diversidade, cosmologia, territorialidades, educação, direitos, memória, identidade -, ao patrimônio cultural, arqueológico e ambiental.

A Revista também recebe contribuições em forma de resenhas de livros lançados no período de até dois anos para publicações nacionais, e de até três anos para as internacionais, tendo por base a chamada da edição, além de entrevistas com pesquisadores, educadores e lideranças indígenas que possuam trabalhos relevantes nas temáticas propostas.

A pertinência da publicação será avaliada pelo Conselho Editorial e pareceristas ad hoc, considerando a adequação ao perfil da Revista e/ou da edição temática, o conteúdo e a qualidade das contribuições.

O trabalho deve ser enviado em formato doc, docx ou rtf e caso haja imagens, solicita-se que elas sejam inseridas no próprio texto, devidamente legendadas e creditadas segundo as normas da ABNT. É necessário que o autor que fizer uso de imagens em seu texto possua prévia autorização para a sua reprodução.

Todos os textos publicados implicam na autorização do autor e de que sua produção seja regida pela licença de distribuição Creative Commons CC BYNC- ND 3.0 BR (http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/).

O artigo deverá apresentar as especificações de formatação indicadas a seguir:

- De 12 a 20 páginas. As notas indicativas deverão ser de fim da página.
 As referências deverão vir no fim do texto;
- 2. Papel tamanho A4:
- 3. Programa Word for Windows (versão 2003 modo de compatibilidade);
- 4. Fonte Arial; tamanho 12; espaçamento 1,5; margens: superior e inferior 2,5; esquerda e direita 3,0; alinhamento justificado;
- 5. Título em maiúsculo, centralizado e em negrito;
- 6. Nome do(s) autor(es) alinhado à direita depois de uma linha de espaço do título:
- 7. Vinculação institucional, logo abaixo do(s) nomes(s) do(s) autor(es), também alinhado à direita;
- 8. Endereço eletrônico logo abaixo da vinculação institucional;
- 9. Depois de uma linha de espaço, o resumo do trabalho:

- a) O resumo deve conter até 15 (quinze) linhas;
- b) Fonte Arial; tamanho 12, espaçamento simples;
- C) Parágrafo único; sem bibliografia; sem notas; em margem; sem figuras (apenas texto);
- Depois de uma linha de espaço, deve-se acrescentar três palavraschave.
- 20. Abstract: com máximo de 15 (quinze) linhas; em margem; fonte Arial, tamanho 12; espaçamento simples; sem margem. Depois de uma linha de espaço: keywords.
- 21. Depois de duas linhas de espaço, o texto completo do trabalho;
- 22. As citações de até três linhas devem constar entre aspas, no corpo do texto, com o mesmo tipo e tamanho de fonte do texto normal. As referências devem indicar entre parênteses nome do autor em letras maiúsculas, ano de publicação e páginas;
- As citações a partir de quatrolinhas devem ser em Arial 11, com recuo esquerdo de 4 cm, espaçamento simples.

As referências devem constar no corpo do texto, entre parênteses;

- 24. O uso de notas de rodapé deve ter apenas o caráter explicativo/complementar. Devem ser numeradas em algarismos arábicos sequenciais (Ex. 1, 2, 3 etc.) na fonte Arial 10 e espaçamento simples;
- **25.** Depois de duas linhas de espaço, ao final do texto, as referências bibliográficas devem ser apresentadas de acordo com as normas da ABNT, dispostas em ordem alfabética por autor;
- **26.** Os textos poderão apresentar imagens, ilustrações e/ou gráficos desde que apresentem as fontes e informações exigidas pela legislação em vigor no país:
- 17. As páginas não devem ser numeradas;
- 28. Os textos deverão ser elaborados em português. Caso apresente problemas textuais ou gramaticais, apontados pelos pareceristas, o mesmo será devolvido para as devidas correções sob a responsabilidade do(s) autor(es), estipulando prazo para devolução do mesmo.
- 29. O editor-chefe encaminhará notificação aos autores informando sobre a aprovação ou não do texto para publicação. Junto á notificação será enviada cópia do conteúdo do parecer, sem identificação do parecerista;
- 20. C a s o o autor não promova as alterações sugeridas, em se tratando apenas de mera irregularidade (erros ortográficos, formatação etc.), a Revista poderá promover de ofício as modificações necessárias.
- 22. Não se tratando de meras irregularidades, o não atendimento pelo autor das
- solicitações de ajustes ou modificações, ou em caso de plágio ou descumprimento da presente norma, haverá exclusão do trabalho, comunicando-se via e-mail;
- 22. Os textos deverão ser enviados exclusivamente para o e-mail: revistamoitara@
- gmail.com O editor-chefe encaminhará os artigos para o Conselho Editorial, sem identificação do(s) autor(es), para dois pareceristas cujos nomes serão mantidos em sigilo. Em caso de divergências nos pareceres, o texto será enviado a um terceiro consultor:
- 23. Nos casos em que o pareceristas sugerirem ajustes ou correções nos trabalhos enviados, os autores devem proceder aos referidos ajustes dentro do prazo de 15 dias para que sejam enviados para nova análise formal;
- 24. Conceitos, afirmações e ideias contidas no texto serão de inteira

responsabilidade do(s) autor(es);

- 25. Resenhas, resumos, entrevistas e outros textos não serão submetidos ao sistema de pareceres. A publicação de tais matérias será decidida pela Comissão editorial Executiva;
- **26.** Um mesmo autor não poderá ter mais de 1 (um) artigo científico publicado no mesmo exercício. Não serão computados neste limite as resenhas e resumos.

Declaração de Direito Autoral

Ao realizar a submissão do texto o(s) autor(es) está(ão) concordando automaticamente com a publicação do mesmo, caso obtenha pareceres positivos dos avaliadores. Dessa forma, com a publicação o(s) autor(es) estará(ão) automaticamente cedendo os direitos autorais do texto para a Moitará – Revista Eletrônica da Fundação Araporã.

Os autores somente poderão publicar o mesmo texto em outras obras, veículos e/ou periódicos mediante autorização formal da Comissão Editorial da revista.

Tal procedimento faz-se necessário porque a Moitará tem o compromisso de publicar apenas textos originais.

Tendo em vista as normas do trabalho científico, a autoria do trabalho deve ser restritaàqueles que fizeram uma contribuição significativa para a concepção, projeto, execução ou interpretação do estudo relatado. No caso de vários autores, o autor principal deve garantir que todos os coautores estejam incluídos no artigo. O autor principal também deve certificar-se que todos os coautores viram e aprovaram a versão final do manuscrito e que concordaram com sua submissão para publicação.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

